



UNIVERSIDADE
CATÓLICA
PORTUGUESA

BRAGA

O uso das redes sociais nas famílias monoparentais femininas

Controlo, privacidade e interações geracionais

Dissertação de Mestrado apresentada à
Universidade Católica Portuguesa para
obtenção do grau de mestre em **Serviço
Social**.

Raquel Silva Gomes

Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais

MAIO 2016



CATÓLICA

FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS

BRAGA

O uso das redes sociais nas famílias monoparentais femininas

Controlo, privacidade e interações geracionais

Dissertação de Mestrado apresentada à
Universidade Católica Portuguesa para
obtenção do grau de mestre em **Serviço
Social**.

Raquel Silva Gomes

Sob a Orientação do Prof. Doutor **Manuel António
Antunes da Cunha**

Co-Orientação da Prof.^a Doutora **Alexandra
Patrícia Lopes Esteves**

DECLARAÇÃO DE HONRA

(Entrega de dissertação ou relatório)

Eu, Raquel Silva Gomes com o número: 232812068 do II Ciclo de Estudos em Serviço Social, declaro por minha honra que o trabalho apresentado é de minha exclusiva autoria, é original, e todas as fontes utilizadas estão devidamente citadas e referenciadas, que tenho conhecimento das normas e regulamentos em vigor na Faculdade Filosofia e Ciências Sociais e que tenho consciência de que a prática voluntária de plágio, auto-plágio, cópia e permissão de cópia por outros constituem fraude académica.

Braga, 10 de maio de 2016

(assinatura)

*Qualquer assunto,
por insignificante e fácil
que pareça tem muito que saber se
quisermos aprofundá-lo.*

Fernando Costa

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, o professor Manuel António Antunes da Cunha por todo o apoio, disponibilidade, observações, orientações e paciência que teve para comigo em todos os pequenos passos que fui dando até conseguir terminar a investigação.

À minha co-orientadora, a professora Alexandra Esteves por toda a ajuda, apoio, disponibilidade e compreensão que sempre teve comigo em todo o processo.

A todas as pessoas que aceitaram participar no estudo, pois sem elas não seria possível a sua realização.

Aos meus pais e ao meu irmão que presenciaram e me incentivaram em todas as fases desta investigação e que nunca me deixaram desistir do meu objetivo.

Aos meus amigos, João e Marta, que ao aturarem o meu mau-feitio e cansaço físico e emocional sempre me incentivaram a continuar, dizendo que era capaz de chegar até ao fim.

A todos os que me apoiaram, em especial também aqueles que me ajudaram a contactar com os agregados familiares, saibam que sem vocês não teria conseguido.

A todos muito obrigada!

RESUMO

A presente dissertação intitulada “*O uso das redes sociais nas famílias monoparentais femininas: Controle, privacidade e interações geracionais*” tem por objectivo refletir sobre o papel que as famílias têm na consciencialização junto dos seus jovens para a vigilância presente na internet e em especial nas redes sociais. Para tal, começamos por explicar o controlo social panótico, apresentando as seus objetivos e consequências. Apresentamos a evolução do controlo panótico que nas sociedades atuais atua por meio da internet e das redes sociais, definindo ambos os conceitos. Descrevemos, ainda a conceção de família e a sua evolução, dando especial atenção às famílias monoparentais femininas e aos seus desafios. Tendo-se verificado, pelo estudo exploratório junto de três agregados familiares monoparentais femininos, através de seis entrevistas, que a mãe tende a não conseguir partilhar conhecimentos de normas e valores da forma que esperaria. Nas famílias estudadas há uma inversão de papéis familiares no respeitante à *web*, por ser a filha a principal conhecedora deste meio. Por fim as adolescentes, por considerarem dominar a internet, demonstram preocupar-se mais com o controlo feito pelas mães do que com a vigilância generalizada.

Palavras-Chave: *panótico; famílias monoparentais; famílias monoparentais femininas; internet; redes sociais; controlo social.*

ABSTRACT

The present dissertation titled "the use of social networks in female single-parent families: control, privacy and generational interactions" aims to reflect on the role that families have on awareness together of their teenagers to the present surveillance on the internet and in particular on social networks. To do this, we start by explaining the panoptic social control, showing its objectives and consequences. We present the evolution of the panoptic control that current societies operate through the internet and social networks, defining both concepts. We describe, yet the concept of family and its development, giving special attention to single-parent families and to their challenges. Were verified by exploratory study with three female single-parent households, through six interviews, which the mother tends to not be able to share knowledge of norms and values the way she wouldn't expect. In the families studied there is role reversal for the family about web due to the fact that the daughter is the main expert of this medium. Finally the teenagers, by considering they dominate the internet, it shows that they worry more with the monitoring done by mothers than with generalized surveillance.

Keywords: *panoptic; single-parent families; female single-parent families; internet; social network; social control.*

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela n.º 1: Internet Users in the world (2016)	22
Tabela n.º 2 : Evolução do tipo de família em Portugal, 1960-2011(%)	45
Tabela n.º 3: Agregados familiares e conexão à internet	73

ÍNDICE DE ANEXOS

ANEXO N.º 1: Grelha analítica	II
ANEXO N.º 2: Guião de entrevista (mãe)	III
ANEXO N.º 3: Guião de entrevista (filha)	VI
ANEXO N.º 4: Transcrição da entrevista da «mãe 1»	IX
ANEXO N.º 5: Transcrição da entrevista da «filha 1»	XVII
ANEXO N.º 6: Transcrição da entrevista da «mãe 2»	XXIV
ANEXO N.º 7: Transcrição da entrevista da «filha 2»	XXXII
ANEXO N.º 8: Transcrição da entrevista da «mãe 3»	XXXIX
ANEXO N.º 9: Transcrição da entrevista da «filha 3»	XLVII

ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO	1
I. O CONCEITO DE PANÓTICO	4
A. Controlo social	4
B. O sistema panótico	8
C. As sociedades de controlo instantâneo	12
II. AS REDES SOCIAIS COMO MEIO DE CONTROLO E VIGILÂNCIA SOCIAL	17
A. Revolução dos meios de vigilância e monitorização social	19
1. Internet	20
2. As redes sociais	24
B. Pegada Digital	27
C. Os jovens e a sociedade da informação	29
D. Acompanhamento familiar no uso das redes sociais	32
III. FAMÍLIAS MONOPARENTAIS FEMININAS	37
A. Conceção histórica de família	37
B. Tipologias de família	42
C. Famílias em Portugal	44
D. Famílias monoparentais femininas e seus desafios	46
E. Famílias monoparentais femininas e o Serviço Social	50
IV. CONTROLO E PRIVACIDADE ONLINE COLOCADO À PROVA NAS INTERAÇÕES GERACIONAIS	54
A. A escolha e definição da metodologia de investigação	54
B. A entrevista	55

C. Famílias monoparentais femininas em Braga - universo e amostra	57
D. Pergunta de partida e hipóteses de trabalho	58
E. O Guião	59
F. O contacto com as famílias: circunstâncias e dificuldades	61
G. As famílias: apresentação e caracterização	61
H. Relação mãe-filha em contexto monoparental	63
1. O papel de mãe e vulnerabilidades confessadas	66
2. Interações geracionais na web	69
I. Práticas e representações online	72
J. Vigilância e perigos associados à web	77
CONCLUSÃO	87
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	91
ANEXOS	I

INTRODUÇÃO

A presente dissertação de Mestrado em Serviço Social tem como título “O uso das redes sociais nas famílias monoparentais femininas: Controlo, privacidade e interações geracionais”. No âmbito da nossa pesquisa, procurámos reflectir sobre a vigilância presente na internet, em especial nas redes sociais, assim como a percepção das eventuais consequências negativas das partilhas feitas na *web*.

A escolha deste tema está relacionada com a recente propagação de notícias relativas às falhas de privacidade nalgumas das principais e mais utilizadas plataformas *online*. Por outro lado, a utilização da internet também se encontra sob o controlo constante de todos os seus utilizadores, um fenómeno que podemos denominar de novo controlo social panótico. Centrar-nos-emos numa geração que convive com esta realidade desde o seu nascimento (nativos digitais), nomeadamente os adolescentes do sexo feminino que crescem em famílias monoparentais. Nas famílias monoparentais femininas, a mãe é, em princípio, a única responsável pela subsistência, cuidar e educar dos filhos dependentes e pela imposição de normas e valores sob a sua prole. Ao serem regidas por apenas um membro, estas famílias tendem a ser vulneráveis não apenas economicamente, mas também socialmente e afetivamente.

A estrutura da presente dissertação está dividida em quatro capítulos que desenham todas as etapas do nosso percurso de investigação que convidamos o leitor a seguir. Os três primeiros constituem uma breve revisão da literatura em torno de um conjunto de autores que consideramos relevantes para o tema e que nos permitem definir os conceitos e correntes de pensamento essenciais à nossa reflexão. Assim, o primeiro capítulo aborda a visão histórica do panótico - controlo social fundado para

vigiar, em simultâneo e a todo o instante, todos os cidadãos. No segundo capítulo voltamo-nos para a descrição das novas tecnologias da informação, em especial da internet e das redes sociais, para analisarmos o controlo social nelas e por elas exercido e que se assemelha, muito, ao controlo panótico. Falamos ainda de um conjunto de questões associadas à *e-vida* e a todas as partilhas feitas *online*. Por fim, no terceiro capítulo começamos por apresentar algumas definições, tipologias e a evolução da família enquanto principal meio de socialização, antes de nos determos mais demoradamente sobre as características da família monoparentais femininas e todas as eventuais dificuldades que lhes são inerentes. Neste capítulo, apresentamos ainda a visão e a intervenção do Serviço Social junto destes agregados familiares, potencialmente mais vulneráveis.

No seguimento do enquadramento teórico, o último capítulo começa por contextualizar as hipóteses de trabalho e respetiva explicação, assim como a metodologia adoptada, com justificação da mesma. Prosseguimos com a análise dos dados recolhidos através de um conjunto de entrevistas que permitiram dar corpo ao cariz exploratório desta dissertação. Como já terá deduzido o leitor, esta investigação não tem a pretensão de chegar a generalizações, ou de abordar o tema a nível nacional, mas sim de dar uma visão mais detalhada duma amostra de famílias monoparentais a residir na cidade (concelho) de Braga.

É cada vez mais de conhecimento geral que as partilhas feitas nas redes sociais devem ser devidamente ponderadas antes de serem colocadas em linha. Interessam-nos, de modo particular, as famílias monoparentais para aferir as dinâmicas e repercussões específicas que este fenómeno pode ter junto de tais adolescentes. Por isso, definimos a seguinte problemática: *Quais são as práticas e comportamentos das jovens e das mães*

inseridas em núcleos monoparentais no que diz respeito à privacidade e vigilância das redes sociais?

Para tentar responder a esta pergunta de partida orientamos a nossa investigação em torno de três hipóteses de investigação. A primeira pretende conhecer, de forma sintética, a relação entre a mãe e a filha, em particular, da forma como são partilhados conhecimentos e valores. A segunda tem como objetivo aprofundar as dinâmicas familiares em torno da utilização da internet e das redes sociais e entender a importância dada à *e-vida*. A terceira e última hipótese aborda os conhecimentos que a família tem sobre a vigilância *online* e eventuais preocupações e medidas tomadas nesse âmbito.

O nosso trabalho de campo, ainda que circunscrito, centra-se numa amostra algo diversificada, sendo esse o motivo que nos levou a selecionar famílias monoparentais femininas com filhas com quinze anos de idade e mães titulares de diversos graus de escolaridade (nono ano, bacharelato e licenciatura). Procuramos aferir se os conhecimentos e o relevo dados à *e-vida* tendem a variar de acordo com esta variável.

Importa, por fim, informar o leitor que apesar da receptividade demonstrada pelos agregados familiares selecionados, quer no que respeita às mães, quer no que respeita às filhas, e que permitiram a realização desta pesquisa, deparamos-nos com um conjunto de dificuldades devido ao tempo dado para concluir o estudo e que impediu que a nossa amostra fosse mais diversificada.

I. O CONCEITO DE PANÓTICO

Ao depender da situação política e social vigente, enquanto conceito científico, o controlo social é associado ao consenso e às políticas que tentam solucionar os conflitos socialmente estabelecidos. As grandes conceitualizações teóricas relativas a este conceito datam do século XX, associadas a teorias funcionalistas e dos sistemas, englobando diferentes formas de dominação social, política, económica, cultural e respetivos meios de controlo. O controlo social é definido como o conjunto de ações, justificadas pela defesa da ordem social, de modo a obter a consciencialização e a uniformização dos cidadãos, por meio do ensinamento e da punição (Olmo, 2005).

Ao colocar-se em prática por meio de políticas coletivas, o controlo social depende do poder instaurado, definido como o conjunto de mecanismos e procedimentos intrínsecos a todas as relações sociais, cuja principal função é a manutenção do poder. É o poder que estabelece os comportamentos a ter em cada situação, sendo responsável pela criação e manutenção dos meios de controlo social e de punição correspondentes ao desvio (Foucault, 2008).

A. Controlo social

Originalmente, o controlo social idealizava a autorregulação dos comportamentos humanos, de acordo com as regras formais impostas e a manutenção da ordem social, uma vez que a desordem era tida como o veículo do delito e do conflito. Para tal, a sociedade fundou meios de controlo formais (como a polícia, o

tribunal e a legislação) e informais (como o estabelecimento de normas, crenças e costumes). Nos anos quarenta do século XX, o controlo social passa a associar-se ao Estado e às suas formas de opressão, dominação e punição (Olmo, 2005).

Exemplo flagrante do controlo social, apesar de ainda não definido enquanto tal, é o modelo de quarentena e de policiamento do pestífero, aplicado nas comunidades infetadas pela doença, no período medieval. Caracteriza-se pelo isolamento dessas comunidades, em especial dos doentes, pela observação e controlo do seu estado de saúde. Também a exclusão do leproso, na Idade Média, que aniquilava a possibilidade de contacto entre o leproso e os restantes cidadãos, constitui um modelo de controlo social em que os doentes eram excluídos da vida social, colocados fora dos limites da comunidade e, socialmente, considerados mortos. O exílio dos leprosos era justificado em prole da purificação e da segurança da comunidade. Nas sociedades pestíferas do século XVIII, foi reativado o modelo de quarentena e policiamento que isolava e inspecionava interruptamente cada rua, cada habitante, pelo olhar e registo dos inspetores, de forma a analisar a evolução/propagação da doença. Assistia-se, desta forma, à imposição de um poder pleno e sem obstáculos, de observação próxima e meticulosa, que não permite o desvio à norma instaurada (Foucault, 2002).

Também a prática penal, enquanto meio formal de controlo social, se distingue como das mais relevantes, ao ser aplicada pela vigilância e controlo do corpo social. Nos seus primórdios, nos finais do XVIII, aquando do término das práticas de suplício associado à crescente valorização do corpo e ao surgimento das teorias utilitaristas, inicia-se a utilização de castigos com humanidade e rigor judiciário (Foucault, 2007). Os castigos judiciais eram, inicialmente, administrados por meio de provas da verdade, sendo as provas do crime organizadas, hierarquizadas e associadas, pelo tribunal a

determinada pena. Porém, mesmo quando não eram reunidas provas suficientes para a condenação dos suspeitos, estes eram condenados por se considerar que nenhum indivíduo é suspeito impunemente. Esta irregularidade do sistema (que se deveria reger pela análise detalhada da quantidade e qualidade dos indícios de crime, por existir um limite mínimo para a condenação, mas que acaba por deixar grande margem para o juiz possa condenar mesmo sem atingir esse limite) impôs a criação de nova prática penal, ainda no mesmo século, segundo a qual nenhum suspeito possa ser condenado sem a acumulação de provas que o culpabilizem perante todos os indivíduos capazes de apurar a verdade. Neste sistema, o juiz apenas deve condenar, perante as provas recolhidas, se estiver intimamente convicto da culpa do suspeito. Na existência de qualquer dúvida sobre a sua culpa, o suspeito deve ser absolvido. Porém, em meados do século XVIII, o sistema penal, apesar de funcionar através de um processo judicial que dita normas universais, materializa-se em leis desiguais que privilegiam determinados arguidos em função da sua posição social. Tais desigualdades têm origem na permissão da deliberação pessoal do juiz, acabando por deixar pouca margem de defesa ao arguido e devido ao segredo que envolve todo o processo (Castillo, 1997). É, por isso, que Beccaria (in Castillo, 1997: 108) afirma que a pena deve “esencialmente ser pública, pronta, necessária, la más pequeña de las posibles en las circunstancias actuales, proporcionada a los delitos, dictada por las leyes.” e elaborada de forma a que o prisioneiro e os restantes cidadãos não voltem a cometer o crime punido.

Com as alterações do sistema de condenação, a lei penal passou a requerer o isolamento dos cidadãos desviantes, considerados socialmente perigosos. Nesse âmbito, a pena deve assentar num cariz preventivo-educativo e conseguir que os seus efeitos negativos sejam superiores às vantagens que o crime providencia (Foucault, 2002). O

processo judicial deve ser acompanhado de um sistema de vigilância, justificado em prol da segurança - aliada da normalização dos desviantes – com o objetivo máximo de modelar os comportamentos sociais e individuais da população. Os meios de vigilância são uma forma de controlo social na mão do Estado, que ambiciona manipular, manter e distribuir as suas relações de força e de poder. Assim, o governo depende da arte de governar que o deve apresentar como detentor da verdade, responsável por tudo o que acontece nos seus limites territoriais e definidor de comportamentos (Foucault, 2008).

Ligado à prática penal, à segurança e à disciplina encontra-se o sistema prisional, a mais comum forma de punição, cuja evolução provem das exigências e objetivos fixados pelo sistema penal, que requer a correção do condenado durante o período de cumprimento da pena. Porém, até ao século XVIII, o sistema penal não oferecia aos seus ocupantes grandes condições de higiene ou salubridade no decurso do cumprimento da pena, apesar das despesas serem pagas pelos próprios presos. As prisões eram espaços de transmissão de doenças infecciosas, sem qualquer divisão dos reclusos em função do estado de saúde, doença ou sexo. Para além desses fatores, também a estrutura física das prisões era deplorável, por serem locais demasiado escuros, hediondos e, regra geral, sem qualquer manutenção estrutural. A prisão tinha como único objetivo separar o delinquente da comunidade, ignorando a dignidade humana. Apesar de formulada como meio de requalificação comportamental e espiritual dos condenados - ao instaurar horários e normas para cada atividade, preparando os detidos para a sua reintegração social – era, na prática, um sistema caótico que não conseguia alcançar esses objetivos. Foi precisamente por não alcançar os objetivos a que se propôs, conjuntamente com o crescente *status* dos direitos humanos, que ocorreu

a reforma do sistema prisional, na segunda metade do século XVIII, valorizando-se os direitos do detido e a dignidade humana (Parra, 1997).

B. O sistema panótico

A referida reforma prisional contou com o contributo de vários pensadores de diversas áreas, entre elas a Filosofia e o Direito, nomeadamente, Montesquieu, Voltaire, John Lock e Beccaria (Esteves, 2010). Nesse contexto, Jeremy Bentham (1787) considerava o direito penal como uma criação humana que pretendia atingir os objetivos e o benefício social. Na constituição de uma nova estrutura penitenciária - o modelo panótico - o autor segue a vertente utilitarista, ao conceber a detenção como meio de poder e disciplinação. A lei deve ter como propósito o benefício igualitário e racional de toda sociedade (Parra, 1997). Estruturalmente, o sistema panótico caracteriza-se por ser uma infraestrutura circular, formada por um anel de celas com visibilidade total para o seu interior a partir da torre de vigia, também ela redonda, que se encontra no centro da construção. A partir desse ponto, o vigilante pode observar, em simultâneo e de forma continuada, todos os ocupantes das celas, sem que estes consigam vê-lo, ver-se entre si, ou manter qualquer tipo de contacto com os restantes prisioneiros. Assim, os ocupantes das celas encontram-se em total isolamento e sabem que podem estar a ser observados a todo o momento, acabando por se comportar de acordo com a norma e se tornarem nos seus próprios vigias. Aqui, o poder é impessoal, homogéneo e, de certa forma, omnipresente. Neste renovado sistema, de elevada segurança, as despesas dos presos são suportadas pelo Estado. Durante o período de detenção,

pretende-se que o condenado seja reabilitado, essencialmente, através do trabalho. Os encarcerados encontram-se divididos por estado de saúde, delito cometido, sexo, sistema de higiene e alimentação, reincidência e idade, de modo a otimizar os objetivos normalizadores. Apesar de ser fundado como modelo prisional, a sua estrutura pode ser aplicada, de forma eficaz, a outro tipo de instituições que necessitem de constante vigilância, como o hospital, a escola ou as fábricas. (Bentham, 1995).

No poder panótico, consegue-se que o preso se institua como objeto da sua própria vigilância, dando-se a descoberta do corpo como meio e alvo do poder, passível de treino, manipulação e aperfeiçoamento. Tal descoberta proporcionou, consequentemente, a vontade de controlo minucioso e constante de todas as parcelas da vida quotidiana, com o objetivo final de disciplinar e «docilizar» o corpo social por meio da observação. O adestramento/«docilização» é realizado, idealmente, sobre o corpo, o tempo, a maneira de ser, o discurso, as atividades e a sexualidade de cada cidadão. A dissociação da relação ser visto/ver é, simultaneamente, produtiva e vã, sendo fundamental que o observado se sinta vigiado, mesmo não havendo necessidade de o ser efetivamente. Esta dissimilitude deve-se ao facto do poder panótico ser visível (nos seus resultados), mas inverificável, resultando num poder autónomo e desindividualizado que atua pela observação (Foucault, 2007). Foucault (2007: 229) considera que o modelo panótico é polivalente para:

emendar os prisioneiros, mas também para cuidar dos doentes, instruir os escolares, guardar os loucos, fiscalizar os operários, fazer trabalhar os mendigos e ociosos. (...) Cada vez que se tratar de uma multiplicidade de indivíduos a que se deve impor uma tarefa ou um comportamento, o esquema panótico poderá ser utilizado.

Assim sendo antevê o panótico como disciplinador social ágil, capaz de ampliação a todo o corpo social e de tornar os cidadãos úteis e hábeis. Para tal, os seus mecanismos teriam de ser desinstitucionalizados, mais concretamente, a disciplina tornar-se-ia num olho sem rosto apto à observação de todo o social, fazendo registos de tudo o que observa, modelando o cidadão segundo o sistema de forças estabelecido. Dessa forma, as multiplicidades humanas são coordenadas por um poder indolor que «dociliza» os cidadãos sem deixar margem para resistência:

substituir um poder que se manifesta pelo brilho dos que o exercem, por um poder que objetiva insidiosamente aqueles aos quais é aplicado; formar um saber a respeito destes, mais que patentear os sinais faustosos da soberania. Em uma palavra, as disciplinas são o conjunto das minúsculas invenções técnicas que permitiram fazer crescer a extensão útil das multiplicidades fazendo diminuir os inconvenientes do poder que, justamente para torná-las úteis, deve regê-las.

(Foucault, 2007: 243)

Por conseguinte, as disciplinas são, na sociedade moderna, a contrapartida política das normas jurídicas, segundo as quais o poder é redistribuído e forma indivíduos disciplinados (Foucault, 2007). Ora, ao interrelacionar-se diretamente com o saber [disciplina], o poder é denominado, por Foucault, de biopoder e aplicável a todo o corpo e quotidiano social, por ser incorpóreo e circular por toda a formação social. Com esta omnipresença do poder, os cidadãos encontram-se submetidos a um campo de visibilidade total e, ao interioriza-lo, limitam os seus comportamentos desviantes e responsabilizam-se por si mesmos. A coordenação dos comportamentos pessoais é conseguida por meio de um poder que torna tudo visível, exceto a si mesmo, dado tornar-se mais eficaz e normalizante quando se mantém fora da visibilidade social. O biopoder assume-se como regulador de comportamentos, de modos de vida, de

relacionamentos interpessoais e intrapessoais, de trocas, de comunicações e das instituições (Pereira, 2006).

Segundo Foucault (in Lavoura, 2009), o poder panótico introduziu-se nas sociedades entre os finais do século XVIII e os inícios do século XIX, aquando da extensão da disciplina a todos os cidadãos, instituições e sistemas económicos. Nesse período, a disciplina alastrou-se a todos os cidadãos - deixando de ser aplicada apenas à população inserida em instituições como a prisão, o hospital, a escola, ou a fábrica - por meio da política de racionalidade existente. A política encontrava-se subdividida em micropoderes que moldavam o corpo e os comportamentos, sendo regida pela disciplina que ordenava as multiplicidades e colocava em prática as relações de poder pela contínua vigilância. O poder político, nestas sociedades, fundamenta as suas ações na legislação e na sua principal técnica de coerção – o panótico – que, apesar de fixado pelos limites legislativos, estende a sua vigilância a toda a existência do cidadão, multiplicando a assimetria de poderes. As sociedades ocidentais são, por isso, mais de controlo do que propriamente disciplinares e têm, essencialmente, como função a normalização de condutas e a produção de cidadãos submissos à dominação. Passam, assim, a dar menor ênfase à punição e maior à prevenção, tornando-se mais produtiva, uma vez que acaba por hierarquizar, inspecionar e registar todo o corpo social em simultâneo.

Em última instância, o modelo panótico cria um poder incessante, mecânico, homogéneo, assente na vigilância, sendo independente dos seus constituintes e justificações. O panoptismo sustenta o seu poder através dos indivíduos que a ele estão submetidos, pois eles se tornam nos seus próprios controladores e partilham/transmitem, socialmente, as limitações entre si. Tais características permitem que o modelo seja

adaptado a processos tecnológicos e a outras áreas e campos sociais, sem alterar a sua forma de controlo – a vigilância. Apenas se modifica o meio de observação, por não existir, nas sociedades, uma torre de vigia com visão unilateral que englobe todos os cidadãos e locais. A observação passa a ser feita por novas tecnologias, entre as quais, as câmaras de vigilância que possibilitam uma vigia registada e constante, associadas ao conhecimento dos cidadãos que a interiorizam e limitam os seus comportamentos pela sua presença, tal como acontecia com a torre de vigia. Aceitando a vigilância, os cidadãos sujeitam-se às suas limitações e imposições, comportando-se de acordo com elas e multiplicando a força do seu poder. Esta vigilância ultrapassa a observação dos comportamentos, pois identifica cada identidade, tornando-se capaz de controlar o que cada cidadão poderá fazer (Lavoura, 2009). O panótico é:

um dos traços caraterísticos da nossa sociedade. É uma forma de poder que se exerce sobre os indivíduos em forma de vigilância individual e contínua, em forma de controlo de punição e recompensa e em forma de correcção, isto é, de formação e transformação dos indivíduos em função de certas normas. Este tríptico aspecto do panoptismo - vigilância, controle e correcção - parece ser uma dimensão fundamental e caraterística das relações de poder que existem na nossa sociedade.

(Foucault in Lavoura, 2009: 53)

C. As sociedades de controlo instantâneo

Com a introdução de novos meios de observação, as sociedades modernas são consideradas de controlo instantâneo, por incluírem a comunicação imediata do tudo que observam. Apesar de se caracterizarem como liberais, são sociedades onde os cidadãos se movimentam entre controlos praticamente ilimitados, proporcionados por novos meios técnicos e tecnológicos, entre os quais se destacam os meios de

comunicação que dominam a palavra e, conseqüentemente, o poder social que se impõe e transmite através de si (Lavoura, 2009).

Na atualidade, as sociedades encontram-se num estado de emergência social, policial e criminal, fundamentando a sua ordem num sistema, essencialmente, de controlo e punição que garante a manutenção da ordem vigente. O controlo social legitima a ordem e o poder, ao impor comportamentos e ao vigiar constantemente os cidadãos no seu quotidiano, por meio da videovigilância, por exemplo (Olmo, 2005).

Assim, no decorrer das últimas décadas, as sociedades têm adotado políticas de segurança nacional, baseadas em dispositivos de vigilância que visam não só deter indivíduos criminosos, como também conservar os dados pessoais de cada cidadão. Os mecanismos que possibilitam a recolha e a troca de dados pessoais iniciaram-se, entre os finais da década de oitenta e os inícios da década de noventa, com a universalização progressiva do uso da internet (fundada para utilização militar e, inicialmente, a si reservada), que dispõe de meios próprios de recolha e armazenamento dos dados pessoais dos seus utilizadores. Para obter os referidos dados do utilizador, o sistema vigia todos os passos dados por ele *online* e organiza-os em circuitos de comunicação, semelhantes ao registo informativo do sistema panótico, mas sem limites espaciais, abrangendo assim uma maior escala de informação (Frois, 2011).

Por seu turno, o aumento da utilização das câmaras de videovigilância teve como principal objetivo a tentativa de limitar e prevenir os comportamentos desviantes, através da definição de uma relação de poder unidirecional, proveniente da observação e do controlo. No caso português, a instalação deste meio de controlo social apenas pode ser feita em locais públicos que publicitem a sua existência, dependendo da autorização prévia da Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd), que limita e define a

natureza dos dados pessoais que podem ser recolhidos. As informações pessoais que podem ser controladas não são fixas, mas variam em função dos perigos sociais definidos em cada momento. A Comissão Nacional de Proteção de Dados e os sistemas de videovigilância são, por sua vez, coordenados e justificados pelo Estado na ótica de segurança a que os cidadãos têm direito. A par destes meios, também as forças policiais têm o poder de vigiar os cidadãos e de manter a ordem social por meio da função dissuasora e modeladora que exercem no que respeita aos comportamentos desviantes (Frois, 2011).

As sociedades de controlo, segundo Deleuze (in Raleiras, 2009), agem doravante através de meios informáticos e de bancos de dados que identificam os cidadãos pelas palavras-passe e mecanismos de controlo capazes, a cada instante, de localizar os indivíduos. O controlo deixa de atuar apenas nas práticas desviantes e alarga-se aos processos económicos e de socialização, colocado em prática pelo Estado e por instituições privadas e justificado como meio de prevenção de práticas desviantes e de detenção dos seus praticantes. O controlo dos cidadãos é feito através da comparação das identidades, conseguida por intermédio do banco de dados, que contém informações fornecidas pelos próprios utilizadores, aquando da utilização da internet. Os dados recolhidos são registados e partilhados entre os *sites*, num banco de dados, tornando possível traçar um amplo perfil do utilizador. O perfil individual (ou a identidade) *online* engloba hábitos e dados de áreas que vão desde a saúde, à ocupação profissional, à situação financeira, aos hábitos comerciais e *hobbies*, entre outros. O banco de dados foi criado com o objetivo de conhecer a população em geral e não apenas determinado grupo social, abrangendo, para tal, grande parte da navegação *online* do utilizador. É cada vez mais difícil o utilizador manter o seu anonimato ou resistir ao controlo

institucional. De tal forma que os ativistas, defensores da privacidade, chegam a afirmar que se os indivíduos pretenderem manter a sua privacidade e anonimato não podem utilizar a internet, os cartões de crédito ou praticar o seu dever eleitoral (Raleiras, 2009).

Porém, apesar das referidas semelhanças com o poder panótico, alguns autores consideram que nas sociedades modernas atua um sistema pós-panótico ou sinótico. Entre eles, Bauman (in Zimmer, 2009) segundo o qual, se vivência hoje um controlo global, sem limites espaciais ou temporais, por ser feito através do ciberespaço. A internet é um local privilegiado no que toca à recolha de dados pessoais fornecidos individualmente e voluntariamente pelo próprio utilizador na esperança de obter algo positivo em troca (como descontos ou ofertas, por exemplo) e por ser um meio de afirmação pessoal. O ciberespaço é também uma plataforma de trocas de dados individuais entre as instituições que têm como objetivo angariar mais clientes/ utilizadores.

Para Deleuze (1992), as sociedades modernas são sociedades de controlo e exercem, continuamente, o seu poder sobre todos os lugares, por meio de uma rede sem começo, meio ou fim. Esse controlo tem nas tecnologias da informação o seu principal meio de vigia conseguindo alienar todo o corpo social (Zimmer, 2009). A vigilância patente neste poder fomenta a criação de uma «pegada» eletrónica ou digital de cada utilizador, que “segue todos os passos das pessoas sem que elas saibam” (Moreira in Raleiras, 2009: 30).

Segundo Majid Yar (in Raleiras, 2009), a grande distinção entre o poder panótico tradicional e o poder presente nas sociedades de controlo respeita à forma como as informações são recolhidas. Inicialmente, os dados eram recolhidos contra a vontade dos cidadãos por intermédio de enclausuramento dos objetos de observação. Nas

sociedades de controlo, o sujeito a observar é participante ativo na recolha das informações que a si dizem respeito, mesmo que não lhes tenham sido exigidas.

Todos os meios de vigilância e controlo supracitados são justificados pela segurança que proporcionam, apesar de colocarem em causa a privacidade e liberdade dos cidadãos, que os aceitam como instrumentos de apoio às forças policiais para a identificação dos crimes e dos criminosos (Frois, 2011).

Assim, resumidamente, apesar de ter sofrido algumas alterações, essencialmente, na sua capacidade de abrangência (local e temporal), na quantidade de indivíduos sobre os quais o seu poder é exercido e nos meios utilizados para a observação e registo das informações, a essência do poder panótico mantém-se nas sociedades modernas. Pois, o poder do Estado, tal como no modelo panótico, continua a basear-se na observação unilateral. Essa observação tem como objetivo tornar a população submissa ao poder instituído, moldando as identidades sociais de acordo com as características socialmente aceites e prevenir/limitar qualquer comportamento desviante.

II. AS REDES SOCIAIS COMO MEIO DE CONTROLO E VIGILÂNCIA SOCIAL

No decorrer das últimas décadas, a sociedade disciplinar, que acabámos de descrever, foi sendo progressivamente reestruturada e as sociedades tendem a basear-se cada vez mais nas ideologias do panótico, vigiando todos os cidadãos de forma contínua. A sociedade passa a estar munida de meios de vigilância indetetáveis para os atores sociais comuns, mas de conhecimento público, de modo a que a disciplinação social não seja perdida em nenhuma das áreas sociais. A aproximação do controlo social ao modelo panótico tem como principal objetivo garantir o cumprimento das normas sociais demonstrando ao cidadão que qualquer desvio à regra é detectável (Castells, 2002; Couto, 2005).

As sociedades modernas, introduzidas na Europa no decorrer do século XVI, mas consolidadas no século XIX, caracterizam-se segundo Shapin (2008), pelo predomínio do institucional face à espontaneidade e ao subjetivo. Nestas novas sociedades, os cidadãos são instruídos a ponderar as consequências dos seus comportamentos e ações antes de os efetivarem. De cariz sobretudo liberal, as sociedades modernas criam novas formas de poder facilmente associadas ao panótico de Bentham, por se salientarem na vigia e reconhecimento constante e imediato de comportamentos e ações. É um poder que causa nos cidadãos um estado de consciencialização permanente, sendo responsável pela regulação das suas ações (Pereira, 2006).

Para Foucault, o poder é um constituinte social presente em todas as suas relações. Omnipresente, o poder relembra e remete os cidadãos para a visibilidade total, não lhes permitindo agir contra o socialmente estipulado como correto. Incute ao indivíduo a

autorresponsabilização pelos seus comportamentos, através do estabelecimento de normas comportamentais e relacionais. O poder é um modo de ser e estar social, compatível com o contexto social e cultural, que modela os cidadãos para agirem segundo as suas imposições, mesmo contra as aspirações e desejos pessoais (Pereira, 2006: 121).

As novas tipologias de poder são difusas em diversas instituições e mecanismos de controlo, ainda que com distintos graus de poder e autoridade, com o objetivo de manter a ordem pública e social. Entre estas instituições englobam-se as autoridades policiais, as instituições legislativas e, a instalação de câmaras de videovigilância em locais públicos. Ampliam e complexificam o campo de vigia a todos os domínios públicos e da vida social (Gonçalves, 2012).

Entende-se por vigilância social a observação contínua e detalhada de comportamentos e informações pessoais que possibilitem o cumprimento das normas socialmente estabelecidas. Para tal, os cidadãos devem consciencializar-se que são constantemente observados e que se não agirem segundo a norma serão alvo de punição legislativa e entendidos como desviantes (Marwick, 2012).

Todavia, os conceitos de poder e controlo social fundados por Foucault desdobraram-se devido à evolução da sociedade informacional e ao progresso técnico, nomeadamente, na senda da revolução tecnológica que transformou o controlo social pela agilidade e rapidez que proporciona na vigilância e monitorização (Cella, 2013).

A. Revolução dos meios de vigilância e monitorização social

As sociedades atuais distinguem-se pela dominação dos meios tecnológicos de informação responsáveis pela observação e registo da vida quotidiana da população por *webcams*, pela internet e por serviços de (geo)localização presentes em telemóveis, computadores, automóveis, entre outros.

Ao destacarem-se pela omnipresença dos meios tecnológicos no quotidiano dos cidadãos, estas sociedades são conhecidas como sociedades da informação e baseiam, essencialmente, o controlo social dos seus membros nas tecnologias da comunicação e nos *media* que com o seu relevo social podem configurar formas de ser, estar e agir socialmente. Os *media* são, simultaneamente, significações e meios de atuação social que os cidadãos seguem por encontrarem neles uma alternativa aos meios de socialização mais tradicionais. Porém, nem sempre se apercebem que neles encontram um modo de consciencialização dos seus comportamentos, ainda que de forma subtil (Marimoto & Friedland, 2010).

Verbeek (2006) entende que, na sociedade da informação, a população apenas existe verdadeiramente se estiver regularmente em contacto direto com o mundo que, por sua vez, só subsiste se os indivíduos a utilizarem. Don Ihde (in Verbeek, 2006) vai mais longe e afirma que a tecnologia chega a ser incorporada como parte do corpo humano aquando da utilização de lentes de contacto e até mesmo como *terminus* da experiência humana, ao substituir o ser humano em bilheteiras automáticas, por exemplo. Em qualquer dos casos, os artefactos tecnológicos são vistos como presentes e pertencentes ao quotidiano social (Verbeek, 2006).

Para Jaspers (in Verbeek, 2006), a tecnologia dispersa os homens de si mesmos e da sociedade, reduzindo as relações interpessoais entre a população. Sob este ponto de vista, os cidadãos são anónimos entre si e a vida pública subsiste apenas como garantia da vida social. Desta forma, a tecnologia seria um risco para a singularidade da população, sendo responsável pela sociedade de massas onde tudo é rigorosamente organizado, inclusive os comportamentos dos cidadãos. A população é vista como um todo executante de determinadas funções e os cidadãos, enquanto indivíduos, não têm relevo. Apenas importam as suas funções sociais. A existência humana, numa perspetiva próxima da Escola de Frankfurt, não é mais do que uma «vida de massas» na qual os cidadãos não podem ser eles mesmos de forma autêntica e singular (Verbeek, 2006).

O poder de mediação dos artefactos tecnológicos provém da referida interação direta com o Homem, especialmente, em contexto citadino. Estes artefactos moldam os comportamentos públicos pela ampliação/incitação da norma e pela redução/inibição ao desvio. A vida pública, nesta perspetiva, deixa de ser apenas humana, pois a tecnologia é parte integrante nas ações e nos relacionamentos dos cidadãos (Verbeeck, 2006). Como constituinte tecnológico privilegiado no relacionamento humano entre cidadãos, destaca-se a internet que tem despertado, ao longo dos anos, cada vez mais importância neste âmbito.

1. Internet

A internet surgiu na década de sessenta do século XX - no decorrer da Guerra Fria, em formato de *Arpa(net)* - como meio de comunicação entre computadores

militares americanos com características materiais e localizações geográficas distintas. Aproxima-se da conjectura atual, formato *World Wide Web*, trinta anos após a primeira comunicação bem sucedida entre *http* e um servidor (década de noventa). Nesta inovadora tipologia, a internet não servia apenas para comunicar entre computadores de entidades públicas, sendo já dominada e fornecida por empresas particulares a troco de pagamento (Fernandes, 2013).

No formato *World Wide Web* possibilita inovadoras funções, entre elas a comunicação social com lógicas de socialização, a partir das quais os indivíduos se sociabilizam em torno da partilha de afinidades, valores, interesses e objetivos. As relações estabelecidas deixam de se basear apenas na socialização primária, sendo mais individualizadas e com tendência para a formação de movimentos sociais que cruzam o social e o político (exemplo: movimentos religiosos ou pacifistas). A internet pode, desta forma, tornar-se palco de luta e manifesto por causas sociais e humanas e, em última instância como meio de *empowerment*¹ para os cidadãos (Fernandes, 2013).

A *web*, apesar de facilitar a sociabilização ao eliminar barreiras temporais e espaciais entre os sujeitos sociais, tem, em contrapartida, a desvantagem de isolar os cidadãos e de desvanecer o contacto físico (Verbeek, 2006). A partir de 2004, com o surgimento da *web 2.0*, ao contrário do que acontecia no modelo anterior, os cidadãos passam a ser capazes não apenas de visualizar conteúdos, mas também de os criar e partilhar. Ao formular e partilhar conhecimentos, o ator social consegue destacar-se e impor-se individualmente. A internet consegue, desta forma, despertar maior interesse social e passa a meio predileto de interação social entre e intra comunidades, havendo

¹Empowerment é a manifestação individual e comunitária do poder social que visa o aperfeiçoamento social através das ações do cidadão pelo cidadão e por uma melhor sociedade. Empowerment é a mobilização do Homem em torno da resolução dos problemas sociais (Walters; Lygo; Baker, Strkljevic & To in Pinto, 2011).

hoje cerca de três mil e duzentos milhões de utilizadores em todo o mundo, ou seja 46% da população do planeta (Zimmer, 2007; Internet Live States, 2016). Tal como demonstra a seguinte tabela:

Tabela n.º 1: Internet Users in the world (2016)

Year	Internet Users**	Penetration (% of Pop)	World Population	Non-Users (Internetless)	1Y User Change	1Y User Change	World Pop. Change
2016*	3,424,971,237	46.1 %	7,432,663,275	4,007,692,038	7.5 %	238,975,082	1.13 %
2015*	3,185,996,155	43.4 %	7,349,472,099	4,163,475,944	7.8 %	229,610,586	1.15 %
2014	2,956,385,569	40.7 %	7,265,785,946	4,309,400,377	8.4 %	227,957,462	1.17 %
2013	2,728,428,107	38 %	7,181,715,139	4,453,287,032	9.4 %	233,691,859	1.19 %
2012	2,494,736,248	35.1 %	7,097,500,453	4,602,764,205	11.8 %	262,778,889	1.2 %
2011	2,231,957,359	31.8 %	7,013,427,052	4,781,469,693	10.3 %	208,754,385	1.21 %
2010	2,023,202,974	29.2 %	6,929,725,043	4,906,522,069	14.5 %	256,799,160	1.22 %
2009	1,766,403,814	25.8 %	6,846,479,521	5,080,075,707	12.1 %	191,336,294	1.22 %
2008	1,575,067,520	23.3 %	6,763,732,879	5,188,665,359	14.7 %	201,840,532	1.23 %
2007	1,373,226,988	20.6 %	6,681,607,320	5,308,380,332	18.1 %	210,310,170	1.23 %
2006	1,162,916,818	17.6 %	6,600,220,247	5,437,303,429	12.9 %	132,815,529	1.24 %
2005	1,030,101,289	15.8 %	6,519,635,850	5,489,534,561	12.8 %	116,773,518	1.24 %
2004	913,327,771	14.2 %	6,439,842,408	5,526,514,637	16.9 %	131,891,788	1.24 %

Fonte: Internet Live States. (2016). *Internet Users in the World*. Recuperado em 24 de março, 2016, de <http://www.internetlivestats.com/internet-users/>

No caso de Portugal, são cerca de sete milhões os utilizadores da internet, representando 67% da população total. Mais do que afirmar que mais de metade da população nacional utilizada a internet, importa revelar que cerca de 73% dessa população navega pela *web* diariamente, sem distinção entre sexos. Porém, se a mesma análise for feita por faixas etárias, os dados alteram-se substancialmente. Entre os quinze e os vinte e quatro anos 94% dos jovens portugueses acedem regularmente à

internet. Importa ainda referir que a percentagem de utilização da internet vai aumentando paralelamente ao grau de escolaridade. A título de exemplo, repara-se que apenas cerca de 32% da população com o sexto ano afirma utilizar a internet, duplicando-se o valor no referente ao nono ano de escolaridade e continuando a subir para cerca de 88% e 93% no respeitante ao ensino secundário e ao superior, respetivamente (Cardoso & Mendonça, 2014; Marktest, 2015).

Para além das referidas características, a *web 2.0* tem como objetivo final a resposta perfeita e adequada a cada pedido de cada utilizador aquando de uma pesquisa, através de informações sobre si, anteriormente, recolhidas e associadas entre si. A título de exemplo, quando um utilizador comum tinha pesquisado conteúdos sobre a *Apple* e passa a procurar informações sobre determinada cidade, são-lhe apresentadas todas as filiais da referida marca nela localizadas assim como os pratos tradicionais que têm como ingrediente a maçã (Zimmer 2007).

Para conseguir essa *resposta perfeita* são criados perfis individualizados e detalhados para cada utilizador da internet. É por esta razão que esta plataforma é associada a problemáticas relativas à privacidade e à segurança. Apesar da aparente liberdade que potencia, a internet observa e regista todos os dados pessoais fornecidos pelos utilizadores, constituindo uma infraestrutura de vigilância social que pretende monitorar e coleccionar identidades (Brignall, 2002; Zimmer, 2007).

2. As redes sociais

As redes sociais nasceram em 1997 como uma lista de perfis conhecidos que permitia a comunicação entre esses mesmos perfis, sempre dependente da utilização da internet. No campo da sociabilização entre cidadãos, as redes sociais - além de eliminarem barreiras temporais na conversação, como as restantes plataformas da *web* - possibilitam a partilha de ficheiros em tempo real (Simões, 2011; Marwick, 2012).

Ao longo dos anos, as redes sociais foram aperfeiçoadas para uma plataforma que facilita a relações interpessoais e grupais, através da pesquisa de identidades em torno de interesses e opiniões comuns. A organização destas redes é elaborada em torno de perfis públicos ou semipúblicos, individuais ou de organizações. Os perfis presentes nas redes sociais, quer sejam individuais ou de organizações, possibilitam a acumulação de informações pessoais/grupais e quotidianas dos seus intervenientes partilhadas de livre e espontânea vontade (Marwick, 2012).

É exatamente neste ponto que reside o valor mercadológico de uma rede social: ela congrega indivíduos que a utilizam como base de apresentação, comunicação e ambiente de relacionamento; classifica-os em grupos de perfis combinando variáveis diversas; rastreia deslocamentos coletivos ou individuais de interesse; indexa, a qualquer tempo, qualquer um para entregar-lhe mensagens (em geral publicitárias) particularmente significativas. [...] Ao passo que configuram entre os sites mais acessados do mundo, tais plataformas consolidam um rentável modelo de negócio baseado em visibilidade, vigilância, identidade e indexação.

(Bello, 2011: 147)

Os cidadãos tendem a partilhar o seu quotidiano nas redes sociais por acreditarem ser o meio preferencial para se imporem enquanto atores sociais, com identidade e personalidade vincada, a fim de demonstrarem a sua relevância e papel social. Com a urgência de demonstrar uma tal importância e relevo social, conseguida através das suas

partilhas, o utilizador das redes sociais predispõe-se ao *voyeurismo* social e à prática de exposição de si. A privacidade é desvalorizada por ser entendida como um obstáculo à existência social (Nascimento, 2009; Bello, 2011).

Ao basearem-se na partilha de informações pessoais e do quotidiano, as redes sociais intensificam a vigilância social presente na internet, pois nestes meios os utilizadores encontram-se à mercê da observação dos restantes usuários mesmo que tal função esteja aparentemente bloqueada. Também os órgãos governamentais, inclusivamente a polícia, são assíduos utilizadores das redes sociais que exploram como forma de controlo social, através do uso de softwares como os *peer-to-peer* e o *spyware* (mecanismos que englobam todas as conexões e informações que o utilizador contém no seu computador), imperceptíveis para o utilizador comum (Brignall, 2002; Lee & Cook, 2014).

Com as práticas de exposição de si, as redes sociais, atingiram uma nova forma de controlo social, a «*sousveillance*», que induz o cidadão a uma constante sensação de observação, quanto mais não seja realizada pelos restantes utilizadores. Ao saber que qualquer partilha sua é susceptível à vigia e registo social, o utilizador limita os seus comportamentos aos estabelecidos como corretos, com receio de sofrer represálias ao não fazê-lo. Nas sociedades «*sousveillance*» qualquer comportamento pode ser visto, registado e partilhado por qualquer cidadão em tempo quase real (Nascimento, 2009; Ganascia, 2010; Nascimento, 2010).

O *Facebook* é rede social mais utilizada e permite a partilha e a observação de informações, opiniões, fotografias e vídeos em tempo real e sem aparentes limitações. Tal como quando nascem, aquando da inscrição nesta ferramenta, todos os indivíduos partem em igualdade de direitos e recursos. Porém, tal não se verifica na sua totalidade,

pois, apesar de nem todos os utilizadores terem noção, é um negócio que se sustenta através da publicidade direcionada e personalizada conseguida pelas informações retidas sobre cada utilizador. Este processo permite às empresas saber quais os produtos que os utilizadores podem considerar úteis (Cruz & Restivo, 2014).

Ao contrário de outras redes sociais, o *Facebook* engloba inúmeras definições de privacidade e segurança que permitem detalhar a cada partilha qual a rede de amizade que fica apta a observá-la. Porém, alguns dos participantes não dão valor ou utilidade às referidas definições de privacidade e acabam por permitir que toda a sua rede de amizade esteja apta a visualizar as suas partilhas. Não delimitando as suas partilhas, o utilizador não coloca apenas em causa a sua privacidade, mas atinge também as dos amigos presentes nessas publicações, mesmo que eles delimitem a sua, pois no seu perfil as informações continuarão disponíveis. No caso específico dos jovens, estes tendem apenas a bloquear determinadas informações de seus pais e educadores, não dos restantes utilizadores das redes sociais (Cruz & Restivo, 2014).

Como referimos, o *Facebook* é a rede social com maior número de perfis ativos a nível mundial com cerca de mil e quinhentos milhões de perfis ativos, acontecendo o mesmo em Portugal onde se registam mais de quatro mil e setecentos milhões de utilizadores (Internet Live States, 2015; Marktest, 2015). Apesar de ser a rede social com maior relevo, o *Facebook* não é a única rede social e é seguido de muitas outras, entre elas o *Twitter* com funções idênticas às do dominante *Facebook*, o *Instagram* e o *Google+* rede mais dedicada à partilha simplificada de fotografias, o *Pinterest*, que, através do fornecimento de dados pessoais, sugere ideias para projetos e interesses escolhidos por pessoas «similares» ou o *LinkedIn*, cujas características permitem conectar profissionais e novidades de cada setor profissional, entre outras.

B. Pegada Digital

Ainda que os utilizadores não se apercebam, as empresas fornecedoras de internet e os agentes policiais e governamentais vigiam os cidadãos através dos passos por eles dados *online*. Estas instituições combinam entre si estratégias de controlo, governação e de comercialização das informações e partilhas realizadas. O controlo digital é, de tal forma, abrangente que se assemelha à observação e controlo a que estavam sujeitos os constituintes de instituições panóticas. Funda-se um panótico inovador praticado em múltiplas camadas de observação, no qual cada utilizador é observado pelos restantes e, em simultâneo, apto a testemunhar os passos dados pelos mesmos (Brignall, 2002; Nascimento, 2009). Porém, nem todo o referido *voyeurismo* pode ser considerado vigilância social. Para o ser, tem de obedecer a determinados parâmetros sociais, entre eles o condicionamento de comportamentos e ações sociais (Gammon, 2010).

The constellation of practices framed variously as stalking, watching, creeping, gazing or looking are characteristic of social media use, but this social surveillance creates panoptic-type effects. People monitor their digital actions with an audience in mind, often tailoring social media content to particular individuals.

(Gershon & Trottier in Marwick, 2012: p. 379)

Assim, um dos mais flagrantes exemplos de vigilância social a que estamos sujeitos aquando da utilização da internet passa pelo motor de busca *Google*, que fundou uma comunidade digital alargada e adaptada a todos os seus utilizadores, de forma individual. Esta adaptação é conseguida através da observação e registo contínuo de todos os passos dados pelo utilizador, entre eles as pesquisas efetuadas, os resultados selecionados, os restantes hábitos de navegação (e-mail, redes sociais, etc.) e da

utilização de *cookies*². Esta comunidade, apesar de adequar a resposta ao perfil do usufrutuário, fá-lo sem perder o seu cariz moldativo (Gammon, 2010).

Segundo Bruno (in Nascimento, 2009), todas as movimentações feitas pelos cidadãos são armazenadas num banco de dados em perfis individualizados resultantes de três passos: a recolha da informação, o seu registo no banco de dados e a criação do perfil computacional que permita antever e delimitar de comportamentos e ações. Assim, nas sociedades contemporâneas, a identidade dos cidadãos é organizada em ficheiros e arquivos, que abrangem informações legais e sociais e permitem interligar comportamentos e indivíduos através de padrões de classificação pessoais e grupais (Machado, Silva & Amorim, 2010).

A plataforma *web 2.0*, no caso específico as redes sociais, permite ainda que os cidadãos tenham desde muito cedo uma *e-vida*, nem sempre resultante da vontade individual (exemplo disso são as partilhas de fotografias e informações de bebés feitas por seus pais e pares). Mais do que isso, a tecnologia computacional permite a identificação de pessoas em fotografias com rostos não identificados pela junção de informações presentes no banco de dados. Na verdade, tudo o que o utilizador partilha e visualiza na *web* é registado e encontra-se disponível para observação de forma legal. Forma-se assim a chamada *pegada digital*, responsável pela personificação identitária e reputação social de cada cidadão, com repercussões sociais, pessoais e profissionais (Cruz & Restivo, 2014).

² *Cookies* são pequenos arquivos que os sites armazenam no disco rígido dos utilizadores para perceberem quantos e quais os acessos feitos para tentar chegar às suas preferências. São uma espécie de histórico de navegação que se mantém mesmo quando o utilizador o apaga.

C. Os jovens e a sociedade da informação

Em ciências sociais, a adolescência é entendida como uma fase da vida humana na qual os atores sociais tendem a formar (sub)culturas onde partilham e experienciam novos comportamentos e realidades. A juventude é uma geração dependente das gerações que a antecedem por não ter independência económica ou espacial, caracterizada por poucos recursos e privilégios sociais, sem direito ao voto ou à emancipação (Almeida, Alves, Delicado & Carvalho, 2013).

Hoje, os jovens dão relevo e destinam significativa parte do seu tempo à utilização das novas tecnologias da comunicação, até porque no âmbito do sistema educativo são preparados para a sua utilização e valorização (por exemplo, em disciplinas específicas como a de Tecnologias da Informação e Comunicação). Ao nascerem e crescerem em sociedades marcadas pelas tecnologias da comunicação e ao serem instruídos para a prática das mesmas, ganham à-vontade na sua utilização e são conhecidos como *digital natives*. Neste prisma, os adolescentes tendem a inverter a relação de dependência que têm com as gerações que os sucedem ao assumirem o papel de educadores, por se lhes associar um maior domínio dessas ferramentas (Almeida *et al.*, 2013).

A população jovem contemporânea desenvolveu-se numa sociedade regulada pelas novas tecnologias que se afirmam como agentes de modelação social, política e cívica. Habermas (in Morimoto & Friedland, 2010) afirma que esta geração criou novas formas de linguagem e de socialização e uma cultura no seio da qual a tecnologia tende a afirmar-se como forma de vida individualizada, com crescente desvalorização do contacto físico. Os jovens vivem, essencialmente, através da *lifeworld* e do conjunto de

elementos simbólicos utilizados na *web 2.0* para se imporem enquanto atores sociais e serem reconhecidos como tal pelos restantes (Schutz in Morimoto & Friedland, 2010).

O investimento social e cultural nas tecnologias da informação e comunicação é notório. Os cidadãos tendem a sentirem-se na obrigação de aderirem e adquirirem estes equipamentos para suas casas, por acreditarem que são necessários ao desenvolvimento social familiar. Porém, tal valorização e adesão não é igualitária, pois os agregados com pais com menos qualificações desvalorizam a sua utilização e demoram mais tempo a adquiri-los (Almeida *et al.*, 2013).

A valorização social dos meios tecnológicos de informação e comunicação permitiu a quase banalização da utilização da internet e em especial das redes sociais, facilitada pela «*geração Y*», cidadãos nascidos entre 1982 e 2000, crente na sua utilização e sem grandes limitações na exposição pessoal e social. Apesar de não o demonstrar, esta geração tem consciência da visibilidade e exposição que a sua relação com a tecnologia propicia, mas vê-a como integrante da sua utilização e aceita-a em troca de respostas, em tempo real, para todas as suas necessidades. Os adolescentes pertencentes à «*geração Y*» sentem-se «obrigados» a participar nelas para não serem socialmente excluídos, não sentindo concretamente os seus efeitos e consequências (Lee & Cook, 2014).

For the participants the internet is therefore a tool to be taken and used for an individual's own needs, rather than a structural tool of oppressive surveillance (...) The connection to others and the access to services outweigh any concerns over the monitoring and use of their data..

(Lee & Cook, 2014: 9)

Também na adesão às redes sociais os jovens lideram face às restantes gerações, pois nelas vêem uma forma facilitada de criação e manutenção de relações sociais de amizade, o tipo de relacionamento por eles mais valorizado. Nelas encontram ainda notícias em tempo real daqueles que consideram ser exemplo a seguir, os seus ídolos. Para os adolescentes, as redes sociais são uma solução que lhes permite, simultaneamente, procurar informações educacionais, manter o contacto com os seus relacionamentos sociais e ouvir os seus gostos musicais - todo o entretenimento que procuram de forma gratuita, veloz e imediata (Boonaert & Vettenburg, 2011; Clarke, Boyd in Simões, 2011)

the internet is seen as one of the important mediums for socialization or as a co-educator, a diversity in socialization trajectories can be tracked. This enables educators and policy-makers to take a broader view on learning. Learning should not only be seen as an informational manner based on middle-class values, but should also be inspired by young people's perspectives on their digital lifeworld.

(Boonaert & Vettenburg, 2011: p. 62)

Mais do que terem inclinação e aptidão para as redes sociais, os jovens interpretam-nas como integrantes do seu quotidiano e como potencializadoras de interação social, aparentemente desprovida de olhares adultos. Estes sites são então os locais de eleição para consumir e encobrir comportamentos que não querem associados a si pelos seus pais e educadores, tais como serem fumadores ou consumirem álcool. Porém, atualmente, apesar de continuarem a ser dominadas pela população mais jovem, as redes sociais são também frequentadas pelas faixas etárias que os antecedem, especialmente no caso do *Facebook*, o que propicia que os adolescentes procurem outras redes menos comuns para conseguirem manter encobertas as suas ações socialmente menos aceitáveis. A mudança para outras redes sociais é, sobretudo, feita com o intuito de permanecer longe do olhar dos pais e educadores, sem ligar a outras

implicações como a falta de configurações de segurança e privacidade do seu perfil e partilhas (Almeida *et al*, 2013; Cruz & Restivo, 2014).

Com a banalização e homogeneização da utilização da internet e em especial das redes sociais nas camadas populacionais mais jovens, associadas à sua menor maturidade e maior instabilidade, a sociedade sente necessidade de regular o que os jovens pesquisam e fazem na internet. Todos os comportamentos e opiniões partilhados na internet são vigiados. Quando foge à regra social, o interlocutor é rotulado de disfuncional e entendido como um perigo social. É, por isso, importante que estas gerações sejam educadas a encarar a utilização da internet como fim informacional ou de comunicação submisso à norma (Boonaert & Vettenburg, 2011).

D. Acompanhamento familiar no uso das redes sociais

Tal como referimos, o domínio das redes sociais é associado às gerações adolescentes, apesar destas ferramentas tenderem a constituir-se globais e integrantes do quotidiano da maioria dos agregados familiares contemporâneos. Não obstante o seu cariz individualizador, a presença das novas tecnologias da comunicação e da informação no quotidiano familiar pode favorecer a socialização primária³ e a transmissão de conhecimentos a si associada. A *web* e as redes sociais conseguem essa delegação de competências essencialmente pela partilha de conhecimentos que gera entre pais e filhos, de forma mais igualitária que noutras realidades. Porém, tal repartição de interesse e conhecimento proporcionado por estas tecnologias não se

³ Socialização primária é entendida como o processo pelo qual as crianças se tornam seres auto-conscientes, com saberes e capacidades adequados à sua cultura de origem, ligando as gerações entre si (Giddens, 2008).

verifica em todas as famílias sendo, maioritariamente, associada a agregados familiares cujos progenitores têm graus académicos mais elevados. É também nestas famílias que se observam mais e maiores preocupações com a utilização destas ferramentas e onde são, commumente, impostas maiores limitações aquando da utilização da internet, como a supervisão parental (Marimoto & Friedland, 2010; Almeida *et al*, 2013).

Além da família, também a escola e os pares são agentes de socialização com presença constante nestes meios, pelo facto de os considerarem como ferramenta de ensino, utilizada e incentivada em contexto de aula. Ao serem impulsionados em contexto académico, os meios tecnológicos, vincam a sua tendência de universalização e a dependência da faixa etária juvenil (Marimoto & Friedland, 2010).

Com a incorporação das tecnologias da comunicação e informação no quotidiano social, especialmente, nas camadas populacionais mais jovens, que são incentivadas em contexto escolar e familiar para a sua utilização, os jovens deixam de conseguir estar desconetados à internet e às redes sociais, pois sentem a necessidade de saber em tempo real o que acontece no mundo. Os adolescentes são os atores sociais que mais expõe a sua intimidade e a dos seus pares, assim como os mais predispostos à «hiperexposição» do eu, a fim de tentar tornar-se «celebridades» cibernética (Castro, 2013). Segundo o modelo de Debord (in Castro, 2013), o estrelato cibernético é atingido aquando da mediatização/espetacularização das partilhas quotidianas e significa alcançar o tão desejado relevo social.

Na atualidade, não basta ser-se formado para se ser socialmente bem-sucedido, é também fundamental saber movermo-nos na sociedade digital, de forma segura e responsável, agindo através de intervenções positivas. São essas partilhas assertivas e de encontro ao estabelecido socialmente que potenciam uma marca digital positiva (Cruz

& Restivo, 2014). A movimentação da população nas plataformas sociais e consequente *e-vida* da população, começa demasiado cedo e nem sempre pela vontade própria dos intervenientes. Temos como exemplo as partilhas feitas pelos pais de informações relativas a seus filhos ainda bebés e sem capacidade de opção. As informações postadas *online* podem ser apagadas. Porém, a simples supressão das informações partilhadas não basta para as erradicar total e permanentemente. Essas partilhas apenas deixam de estar ao alcance dos utilizadores comuns, pois para quem tem conhecimentos na área tecnológica, vontade e persistência de as encontrar – os denominados *hackers*⁴ - é possível consegui-lo (Cruz & Restivo, 2014).

A máxima, «tudo o que você diz pode ser usado contra você» é uma realidade nas redes sociais. Desde posturas preconceituosas, desvios da língua portuguesa, atitudes de pouca cortesia e assim por diante, podem vir a «conspirar» contra seu autor.

(Castro, 2013: p.7)

Apesar de começarem a ter alguma consciência do controlo e registo de todas as ações cometidas *online*, os cidadãos continuam a partilhar o seu quotidiano nas redes sociais por entenderem essa vigilância como parte integrante da estrutura social, e não como meio de opressão e de coerção. Esse controlo é ainda tido como necessário ao funcionamento social e à manutenção da segurança individual e social. Mais do que isso, a vigilância é desvalorizada face às ferramentas que possibilita, entre elas o imediatismo, tão estimado nas sociedades atuais onde os atores se encontram em constante movimento e pressão temporal (Lee & Cook, 2014).

⁴ Os *hackers*, ou ciberpiratas, são indivíduos com extensos e enraizados conhecimentos informáticos utilizados, essencialmente, na invasão ilegal de sistemas, ou para outras práticas ilegais (Franco, Villar, Almeida & Castelero, 2002).

São várias as notícias que alertaram já os utilizadores para a existência de falhas na manutenção da privacidade de informações pessoais dos utilizadores em contexto informático e, em especial, na internet. Mais uma vez, serve de exemplo o caso da *Google*. Em Espanha, no final do ano dois mil e catorze, a empresa foi condenada a pagar uma multa de novecentos mil euros por violação e divulgação desses mesmos dados pessoais. Também em França, esta empresa foi sancionada a pagar multa por desrespeito à política de privacidade *online* vigente no país. Apesar de ser um dos mais flagrantes exemplos em falhas de privacidade *online*, a verdade é que a *Google* não é um caso isolado, também a *Wikileaks* tem alertado os utilizadores mundiais que várias empresas espiam os seus usuários através dos seus telemóveis e e-mails. De facto, marcas especializadas em tecnologias da segurança têm vendido mecanismos capazes de monitorizar uma verdadeira vigilância eletrónica (Mendes, 2011; Séneca, 2011, Laranjeiro, 2013).

Para além dos problemas de privacidade, os recentes ataques terroristas em França fizeram instituições de todo o mundo repensar a liberdade de expressão presente na internet aquando da perceção de toda a propaganda *Jihadista* nestes meios. A internet tem vindo a ser, cada vez mais, o meio preferencial de comunicação entre organizações terroristas por permitir que comuniquem entre si sob identidades falsas, tentando despistar as entidades policiais internacionais. Como tal, apesar de se apregoar como um local onde todos podem circular e manifestar-se livremente, a *web 2.0* tem vindo a limitar e bloquear, em alguns países europeus como a França, de imediato e automaticamente qualquer site ou utilizador da internet que incite ou defenda comportamentos terroristas (S.A., 2015). O mesmo acontece, mas por motivos

diferentes, com as restrições ou proibições de acesso a sites que ponham em causa os direitos de autor ou de transmissão de determinados conteúdos ou acontecimentos.

Nas sociedades da informação, em especial para as gerações mais jovens, a identidade pessoal e social depende, de certa forma, do que foi, é e será a sua vida na *web* e nas redes sociais. Com a subordinação das suas identidades pessoais e sociais às intervenções que fazem nas redes sociais, os adolescentes devem ser educados para a prevenção e consciencialização dos riscos que correm ao expor o seu quotidiano sem limites de privacidade. Esta instrução, tal como as restantes, deve encontrar-se ao cargo dos agentes de socialização primária e secundária, a família e os professores, respetivamente. Os jovens devem ser guiados na sua *pegada digital* e compreender que a forma como se movem na internet e nas redes sociais pode ter impactos efetivos na sua vida presente e futura (Cruz & Restivo, 2014).

III. FAMÍLIAS MONOPARENTAIS FEMININAS

Nas sociedades modernas, encontramos-nos submetidos a um poder que se instaura através da vigilância constante dos cidadãos. Para tal, a sociedade dispõe de meios de controlo que evoluíram a par das tecnologias da informação e da comunicação, especialmente através da internet e das redes sociais. Importa-nos, por isso, perceber o conhecimento que os cibernautas têm dos problemas que um uso não esclarecido da *web* pode acarretar para a sua privacidade presente e futura - *pegada digital* - e o papel que a família desempenha nesta educação/consciencialização.

A. Conceção histórica de família

Várias formas de família têm sido configuradas e praticadas ao longo dos anos. Algumas delas persistem até à atualidade, enquanto que outras não conseguiram manter-se pelas mais diversas razões. O conceito de família não pode, todavia, ser analisado sem ter em conta o contexto histórico-espacial, as condições sócio-económicas e as políticas vigentes (Simionato & Oliveira, 2003). Como refere Segalen (in Leandro, 2009: 67), a família interliga-se, diretamente, com as restantes vertentes sociais, porque “é reveladora de uma certa forma de organização, regularizando a transmissão das práticas e valores culturais”. A família articula-se com o trabalho, o poder e os haveres sociais.

A família é uma instituição universal e ancestral associada a culturas e sociedades, cujas primeiras definições surgem na Grécia Antiga sob a denominação de *oikos*, um conjunto de pessoas em torno de uma casa. O grupo era agregado em torno de uma

aliança económica e política entre os esposos e de laços de sangue entre pais e filhos, com repercussões económicas, educativas, morais e afetivas, sendo igualmente responsável pela mediação das relações entre o indivíduo e a sociedade. É sobretudo no período medieval, em torno do século XII, que a família aparece intimamente dependente do casamento, como sacramento indissolúvel e consensual entre os esposos, constituindo ainda hoje a base familiar mais comum. Importa, porém, realçar que existem formas familiares que não estão associadas apenas a este laço, entre elas as famílias árabes poligâmicas, nas quais o chefe de família pode casar com quatro mulheres tendo que sustentar os quatro agregados familiares simultaneamente; a família chinesa (existente até à revolução chinesa de 1949) submissa ao poder clânico que definia a exogamia e as possibilidades de união; a família indiana fiel à ideologia bramânica (até meados do século XX) e patriarcal onde cada mulher é esposa, em simultâneo, de um conjunto de irmãos ou em regime monogâmico; e família japonesa indissociável de uma casa, patriarcal, patrilinear e criadora de lealdade e piedade filial (Leandro, 2009).

No século XVIII, nas sociedades ocidentais, a família deixa de estar exclusivamente erigida sobre uma estrutura de trabalho doméstico, na sequência da industrialização e de mudanças políticas e sociais que vão paulatinamente abrir caminho para igualdade de géneros: homens e mulheres passam a trabalhar em fábricas e não em casa. Graças ao trabalho remunerado, as mulheres deixam, pouco a pouco, de estar apenas confinadas à autoridade e dependência do seu marido e/ou pai. Também os progressos científicos, em especial no âmbito da medicina, alteraram os comportamentos familiares ao permitirem ao casal - mais à mulher - regular os nascimentos com métodos contraceptivos (Leandro, 2009).

A par da evolução industrial e dos avanços científicos, também a evolução cultural, no século XIX, permitiu que os casamentos deixassem de ser arranjos familiares para manutenção do património e passassem a acontecer mais por vontade própria dos intervenientes e dos sentimentos amorosos. Nas famílias modernas, valorizam-se primeiramente os sentimentos e só depois se pensa na reprodução e no património cultural dos intervenientes. Mesmo no que respeita à educação dos filhos ocorreram grandes alterações. Os casais deixam de ver o filho como uma mão-de-obra e sustento, passando a considerá-los como um projecto a longo prazo, investindo na sua formação com vista ao seu sucesso individual. Porém, ao configurarem-se em torno dos sentimentos, os casamentos acabam por sair fragilizados enquanto instituição, uma vez que o casal apenas mantém esta união institucional enquanto o sentimento persistir, o que aumenta o número de divórcios e separações. Neste prisma, a família é tida como um refúgio, um ninho, um abrigo assente na liberdade e na igualdade (Leandro, 2009).

Ainda no século XIX, surgiu a primeira nomenclatura científica de família, apesar do seu carácter ancestral, fundamentalmente evolucionaste e baseada no matrimónio entre um homem e uma mulher e na procriação. A família tem ainda um carácter tributário ao ser a responsável pela manutenção do património comum (Simionato & Oliveira, 2003). Já no decorrer do século XX, passou a ser entendida como um local de eleição para a formação da personalidade individual com partilha das diversas dimensões da vida individual e social, de cariz menos autoritário e mais compreensivo.

Assim, os círculos familiares foram-se modificando na sua estrutura, dimensão, funcionalidades e representações sociais, mas alguns elementos são comuns a todas as formações familiares, nomeadamente a coabitação, a funcionalidade e a partilha de laços de aliança, de sangue e institucionais ou contratuais. A família constitui um

sistema relacional, presente em todas as sociedades apesar de adaptado ao contexto social, entre indivíduos que partilham laços de sangue, sentimentos e valores (Leandro, 2009; Simionato & Oliveira, 2003).

Para que um grupo de pessoas que coabitem num mesmo espaço físico seja considerada uma família é necessário que os membros nela inseridos partilhem características relacionais precisas e vínculos afetivos especiais. É fundamental que a estrutura familiar seja construída em torno de vínculos de afinidade, de consanguinidade, de casamento e de descendência. À família estão também associadas tarefas como a partilha de cuidados entre os seus membros e a educação das crianças. Em alguns casos, como no contexto rural, a família era ainda uma unidade produtiva associada ao seu sustento e no qual todos os membros participavam hereditariamente (Saraceno, 1997). Como refere Alboim (2003: 13), o agregado doméstico deve ser entendido como:

grupo elementar de solidariedade quotidiana, tendo como base um critério de co-residência entre indivíduos, que implica quer a partilha do mesmo tecto (critério locacional), quer a partilha de recursos e mesmo de actividades (critério funcional). Na maior parte dos casos estruturado em função de laços de parentesco, o grupo de co-residência abrange também as situações em que estes não estão presentes, como é o caso das pessoas que vivem sós ou unidas por outros vínculos que não os de sangue ou da aliança.

Segundo Leandro (2011), a família tem origem no casamento, como objetivo a reprodução e formas de funcionamento próprias. Partilhando ainda laços específicos (apesar de não obrigatórios em todas as suas tipologias): os laços de aliança (pela partilha de um compromisso comum), os laços jurídicos e religiosos (respeitantes ao casamento) e os laços biológicos (decorrentes dos laços de sangue). Na família há, ainda, a repartição de um espaço comum e de tarefas/funções por todos os seus

membros, assim como a partilha de sentimentos, crenças, normas e valores definidos pelos membros adultos (responsáveis pela criação e educação das crianças). Neste âmbito,

a família caracteriza-se por uma cooperação entre os sexos e entre as gerações e por relações de plena reciprocidade. Serviço recíproco, acolhimento gratuito e incondicional caracterizam as relações familiares. Somente na família a pessoa é acolhida na sua totalidade e não em alguma sua parte, como acontece em todas as outras relações sociais.
(Petrini, 2009: 112)

A adaptação da família, enquanto instituição social, é interna e não se altera apenas estruturalmente, embora todas as suas relações sejam moldadas pelo contexto social. De forma sintética, a família é um sistema relacional, um conjunto de indivíduos que partilham laços de sangue, sentimentos e valores, inserido em determinado contexto social (Simionato & Oliveira, 2003).

Em síntese, a conceção de família foi evoluindo e transformando-se em modelos que vão desde a «família instituição» à «família de associação». A primeira assenta em finalidades de sobrevivência e matrimónio, passando pela «família aliança» ainda de cariz institucional (casamento), mas já determinado pelo amor romântico, depois pela «família fusão» também baseada na união pelo sentimentalismo, mas com igualdade entre os cônjuges, até chegar-se à «família associação» com sobreposição do individualismo sobre os nós conjugal (Alboim & Wall, 2002).

B. Tipologias de família

A família é um conjunto doméstico de pessoas que partilham um espaço de vida e que acreditam partilhar, entre si, laços mais intensos entre sexos e gerações. Porém, nem todos os indivíduos que partilhem a mesma habitação e serviços podem ser considerados uma família, devendo obrigatoriamente compartilhar laços conjugais ou sanguíneos. Para Weber (in Leandro, 2009), a família é uma «sociedade doméstica», uma comunidade que assegura as necessidades e regula a vida quotidiana social de todos os seus membros, através da partilha de valores e crenças sociais e comportamentais.

A tipologia familiar mais comum por todo o mundo é a família nuclear conjugal ou grupo doméstico simples constituída por uma estrutura triangular totalmente independente dos restantes parentes habitante numa residência própria. Contemporaneamente, a família simples e de apenas um núcleo familiar tende a ser o resultado de uma união por mútuo acordo, baseado no romantismo, que avista a procriação e que deve durar até que os seus membros se sintam unidos entre si por laços conjugais (Leandro, 2009).

A família tronco, de cariz patriarcal, é um grupo doméstico que agrega, no máximo, dois casais co-habitantes ou colaterais como irmãos solteiros ou deficientes, em que o casal mais velho é o responsável pela regulação familiar. Tradicionalmente, a referida autoridade é transmitida hierarquicamente para o filho varão, podendo ser para outro filho ou filha se a autoridade patriarcal assim o desejar. Nestas famílias, a organização familiar é estendida à obrigação de trabalho individual para a manutenção e

valorização do património familiar, um dos principais motivos para o seu desuso global (Leandro, 2009).

A família alargada é um grupo de pessoas que vai além do casal simples e seus descendentes, integrando outros parentes solteiros ou casais que podem ser familiares ascendentes, descendentes ou colaterais. Estas famílias são ascendentes quando os membros suplementares pertencem a uma geração mais velha que a do chefe de família, descendentes quando os restantes parentes são de uma geração mais recente que a do casal referência ou colateral quando o grupo doméstico agrega elementos desta via. As famílias alargadas podem ainda ser de cariz ascendente e colateral ou descendente e colateral, em função das necessidades sociais e económicas dos membros do grupo (Leandro, 2009).

Embora nem sempre reconhecida como tal, existe uma outra forma familiar, a família monoparental de estrutura dual, constituída por um dos pais e os filhos ou por um dos avós e netos, com habitação e estrutura independente. A maioria destas famílias são matriarcais, regidas pela mãe, e o resultado de situações vividas anteriormente que levaram ao divórcio/separação, viuvez ou à realidade de mãe solteira (Leandro, 2009).

Paralelamente ao aumento de divórcios, surge uma nova tipologia de família, a família recomposta caracterizada por um casal de adultos, casados ou não, e por um ou mais filhos de anterior(es) união(ões) de um ou dos dois membros do casal. Ao contrário do que acontece nas restantes tipologias, a família recomposta é organizada em torno do(s) filho(s) e não do casal, mas mantêm-se as mesmas tarefas e atribuições para cada um dos seus elementos existente nas famílias «originais», havendo uma reorganização familiar a partir das famílias pré-existentes de um dos cônjuges. Estas famílias podem também ser encaradas como uma segunda família de procriação, como

uma nova «fratria» que deixa, parcialmente, para trás as histórias anteriormente vividas isoladamente, criando uma nova entidade familiar e de parentesco (Leandro, 2009).

C. Famílias em Portugal

A conceção de família em Portugal teve uma importante viragem a partir da década de noventa, do século XX, aquando da explosão do número de divórcios e, conseqüente, aumento das famílias recompostas e complexas. Para além do enorme aumento de separações e divórcios, instalou-se ainda a banalização da dissociação entre casamento e parentalidade, aumentando também o número de famílias monoparentais e o número de mães e pais solteiros. Tal evolução coincidiu com o surgimento de trabalhos científicos e demográficos sobre as condições de vida familiar e sobre a exclusão social, que permitiram que esta nova tipologia de família ganhasse notoriedade (Alboim, 2003; Wall & Lobo, 1999).

Como se pode ver no quadro seguinte, em Portugal os agregados familiares nucleares conjugais continuam a ser os mais comuns e representam ainda cerca de 68% dos agregados domésticos, seguidos das famílias sem núcleo familiar com uma representação de 23% e das famílias complexas com uma representação perto dos 9%. As famílias monoparentais representam 9% do total de famílias portuguesas, ficando em 7,8% a percentagem de famílias monoparentais femininas.

Nota: Nesta análise as famílias monoparentais são entendidas como uma estrutura dual na qual está presente um dos pais e um ou mais filhos, de qualquer idade, assim nela podem, por exemplo, estar presentes uma mãe divorciada e um filho menor ou uma mãe viúvas com um filho também viúvo ou divorciado.

Tabela n.º 2 : Evolução do tipo de família em Portugal, 1960-2011(%)

Quadro 1 - Evolução do tipo de família- Portugal, 1960-2011 (%)				
	1960	1991	2001	2011
Famílias sem núcleo familiar	16,4	16,6	19,5	23,3
Pessoas a viver sozinhas	11,5	12,4	15,5	20,4
Outros tipos de família	4,9	4,2	4,0	2,8
Famílias simples(c/ 1 núcleo familiar sem outras pessoas)	68,2	69,5	70,1	68,0
Casais (subtotal)	62,3	63,9	63,1	59,0
Casal sem filhos	14,8	20,0	22,0	23,8
Casal com filhos	47,5	43,9	41,1	35,2
Monoparentais (subtotal)	5,9	5,6	7,0	9,0
Pai com filhos	-	0,8	0,9	1,2
Mãe com filhos	-	4,8	6,0	7,8
Famílias complexas	15,4	13,9	10,4	8,7
Alargadas (1 núcleo familiar + outras pessoas)	-	10,0	7,3	5,8
Múltiplas (2 ou mais núcleos familiares)	-	3,9	3,1	2,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (Org.). *Famílias nos Censos 2011: Diversidade e Mudança*. (2013). Recuperado em 5 de dezembro, 2015, de https://www.ine.pt/xportal/xmainxpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=206614267&DESTAQUESmodo=2&xlang=pt.

Nas famílias monoparentais encontramos um maior número de agregados familiar constituídos pela mãe e seu(s) filho(s). Ou seja, a maioria das famílias monoparentais são femininas e construídas por mães divorciadas, solteiras, viúvas ou separadas que assumem sozinhas a formação/educação de uma família. Wall (2013) considera que a monoparentalidade é maioritariamente feminina porque, globalmente, a legislação continua a dar prioridade à mãe na obtenção da custódia dos filhos - o que acontece em cerca de 90% dos casos - até porque a criança apenas é entregue ao pai se for uma decisão justificada.

A verdade é que, apesar dos esforços institucionais, o conceito de família monoparental é, praticamente, inexistente nas políticas sociais portuguesas no que respeita ao acompanhamento e intervenção junto das famílias de pais ou mães que não vivam em casal. A vulnerabilidade destas famílias é reconhecida, mas apenas é tida em conta nas instituições de assistência social que trabalham com famílias de pais sós e lhes atribuem subsídios, caso se justifique e proporcionais à remuneração que apresentam (Wall & Lobo, 1999).

D. Famílias monoparentais femininas e seus desafios

Com a evolução sociocultural segundo a qual as famílias devem assentar numa base de união conjugal, resultante de sentimento e vontade mútua, e manter-se apenas enquanto esse sentimento persistir, as famílias monoparentais não param de aumentar. Este aumento advém não apenas da separação entre cônjuges em que um deles constitui nova família com o(s) filho(s), mas também pelo surgimento de pais solteiros que formam família apenas com o(s) seu(s) filho(s). Como descrevemos anteriormente, a família monoparental é um agregado familiar composto por apenas um dos progenitores e pelo(s) seu(s) filho(s) dependente(s).

Porém, como lembra Baliana (2013: 15), “crescer com um único progenitor era uma experiência comum mesmo há um século atrás, quando a mortalidade atingia com maior frequência homens e mulheres na flor da idade, deixando viúvas/os e órfãos ainda não adultos.”, formando-se um agregado familiar com apenas um dos progenitores e sua prole. Apenas no decorrer dos anos sessenta, em Itália, se deram os primeiros passos para diferenciar estas famílias das nucleares, começando por se chamar a esta realidade

de «*one-parent families*» ou «*lone-parent families*» nos levantamentos estatísticos. A denominação de família monoparental surgiu mais tarde, em França, na década de oitenta, por iniciativa de sociólogas feministas através da adaptação de *lone parent* para contabilização estatística e recenseamento populacional. Outro dos objetivos subjacente à constituição de uma nova conceção familiar foi a distinção destas famílias dos núcleos familiares constituídos por um casal dos agregados com apenas um progenitor (viúvo, divorciado/separado ou solteiro) e sua prole. Em Portugal, o despontar desta denominação foi ainda mais tardio, datando apenas do final dos anos oitenta, acompanhando o desenvolvimento das Ciências Sociais, mas continua quase ausente das medidas de proteção e de intervenção social portuguesas, ao contrário do que acontece noutros países em que estas famílias são acompanhadas por serviços sociais por serem consideradas mais vulneráveis (Wall & Lobo, 1999; Baliana, 2013).

A monoparentalidade tradicional está associada a três fenómenos: o falecimento de um dos cônjuges, o celibato associado à procriação fora do casamento e à ausência do cônjuge (separação conjugal). A monoparentalidade divide-se essencialmente em duas tipologias: as famílias em que um dos pais assume o cuidado do filho e outro não é tão ativo na parentalidade e os agregados familiares de pais solteiros em que o outro progenitor nunca assumiu o seu papel parental (Wall & Lobo, 1999; Baliana, 2013).

Por questões relativas ao entendimento da definição de família monoparental utilizada em diferentes estudos é pertinente referir que, família monoparental em estudos de sociologia de família e de política social alude a, um/a pai/mãe a coabitar com filhos dependentes e sem cônjuge. Ao inverso da sociologia da família, a estatística mais recente opta por uma definição de família monoparental mais ampla, sendo que nesta tipologia familiar são incluídos pais ou mães sem cônjuge, mas com filhos de todas as idades e com várias condições de estado civil.

(Baliana, 2013: 15)

As famílias monoparentais associam-se a uma certa vulnerabilidade, quer a nível económico, quer a nível de cuidado dos filhos, pois um único progenitor não é (em princípio) tão capaz de dar a mesma atenção e cuidado que os dois progenitores conseguiriam, assim como não consegue auferir os meus rendimentos que ambos atingiriam (Wall, 2003). A vulnerabilidade engloba acontecimentos que fragilizam as pessoas afetiva, social ou economicamente ou está associada à violência, resultante de insuficientes suportes sociais. A vulnerabilidade constitui-se assim como um conjunto de acontecimentos que coloca a família monoparental em risco estrutural e social. Malícia (2012: 26-27) descreve-a da seguinte forma:

As mulheres têm a seu cargo, sozinhas, filhos que sofrem de desvantagem comparativamente às famílias nucleares, pois têm de assumir todas as responsabilidades sem ter o apoio efetivo de alguém com os mesmo deveres.

Nas famílias monoparentais femininas, o agregado familiar depende sempre da mãe que tem que conseguir satisfazer todas as necessidades quotidianas familiares, como cuidar e educar os filhos, os afazeres domésticos ou a atividade profissional para assegurar as despesas mensais necessárias à vivência diária - necessidades partilhadas com o companheiro nas famílias clássicas. Todavia, apesar de todas as dificuldades por que passam nas famílias monoparentais femininas o vínculo afetivo entre a mãe e o(s) filho(s) tende a ser mais forte do que nas restantes tipologias familiares (Malícia, 2012).

Nas famílias monoparentais, a mãe e o(s) filho(s) tendem a sofrer desvantagens sociais e financeiras e, conseqüentemente, maiores tensões emocionais derivadas da sobrecarga a que o progenitor está diariamente sujeito. A par da inquietação maternal, os filhos têm maior propensão para amadurecer precocemente, porque os papéis de cada interveniente são reavaliados e adaptados ao funcionamento familiar. Se as famílias

monoparentais femininas eram, maioritariamente, o resultado do insucesso conjugal ou da viuvez, atualmente também podem ser consideradas uma opção. As mulheres são, legalmente, livres para lutarem pela guarda das crianças, em caso de divórcio ou separação, e para tomarem sozinhas a decisão de serem mães, quer por meio de reprodução artificial, quer por adoção (Baliana, 2013).

As dificuldades sofridas pelas famílias monoparentais podem, segundo Correia e Alarcão (in Baliana, 2013), ser agrupadas em três categorias: a conjugal por este sistema nunca ter funcionado ou não ter sido bem sucedido; a parental por não conseguirem dividir tarefas ou partilhar adversidades educacionais; e a problemática identificatória no caso do filho ser do sexo oposto ao do progenitor presente, por falta de modelo ideário - a vulnerabilidade presente neste fator depende das restantes variáveis e não é válida em todos os casos.

A ocupação familiar é outro fator que pode limitar a possibilidade de se ser uma boa mãe, sempre presente para os seus descendentes, porque o quotidiano profissional nem sempre permite uma fácil articulação com a esfera pessoal e familiar. A escassez de apoios sociais públicos, como a flexibilidade horária para estas mães por exemplo, não facilita a referida coordenação nas famílias monoparentais portuguesas. Nestas circunstâncias, a mulher tem de conseguir conciliar família, trabalho, afazeres domésticos e educacionais e o lazer, acabando por se sentir desamparada por ter de assumir um conjunto de papéis perante a sociedade (Baliana, 2013).

Apesar das diferenças presentes nas famílias monoparentais face às famílias nucleares, a principal função da família não deixa de ser a educação dos filhos, sendo que nestas famílias o papel educativo tende a ser ainda mais difícil por não haver

partilha de tarefas e ideais. Como descreve Sousa (in Baliana, 2013: 54) nas famílias monoparentais femininas,

Encontrar o equilíbrio entre a abertura e firmeza mediada e o afecto nem sempre é tarefa fácil, mas, o dialogo ainda é um dos canais mais significativos para que a família compreenda suas necessidades e a melhor forma de lidar com os eventuais problemas.

É na fundamental tarefa de educar os descendentes que as famílias monoparentais tendem a sentir maiores dificuldades e fragilidades, assim como na obtenção de todos os recursos materiais socialmente estabelecidos na atualidade.

E. Famílias monoparentais femininas e o Serviço Social

Para o Serviço Social, enquanto Ciência Social, a ruptura de laços sociais e dos sistemas sociais a si associados é entendida como situação de exclusão social e, por isso, como área a trabalhar. A pobreza é tida como a escassez de rendimentos suficientes ao quotidiano, mas também como a privação de poder, oportunidades ou capacidade de intervenção social. O Serviço Social tem como função essencial a intervenção junto de populações com problemas sociais associados e das relações sociais nelas presentes, especialmente em casos de pobreza ou exclusão. Esta intervenção tem como objetivo a emancipação dos grupos sociais desfavorecidos através da legitimação do poder político (Granja, 2008).

O assistente social pretende criar, junto das populações em situação de pobreza ou exclusão social, oportunidades e recursos que lhes permitam fortalecer a sua condição social e os seus laços sociais. Como explica Amaro (2012: 113),

o Assistente Social é tido como um profissional especializado na área das ciências sociais e humanas com capacidade de intervenção, planeamento e investigação e que atua em três níveis distintos: indivíduos, grupos e comunidade. Recorre a procedimentos especializados, como o diagnóstico ou a entrevista, e age com o propósito de identificar e resolver os problemas do indivíduo, grupo ou comunidade, adaptando-o e tornando-o útil à sociedade.

As preocupações do Serviço Social centram-se na resolução dos problemas e vulnerabilidades sociais dos grupos populacionais considerados de risco, trabalhando-os para que consigam satisfazer as suas necessidades humanas e atingir o seu bem-estar pessoal. A *praxis* do assistente social tem como principal objetivo a justiça social e a cidadania através do consentimento informado, com proteção da vida privada, diminuindo as condições de desigualdade (Amaro, 2012).

As problemáticas alvo de intervenção pelo assistente social podem ser estruturadas por categorias de população, desde famílias, crianças, jovens, idosos, entre outras e por problema social associado a essa população em tipologias de défice, dificuldade, inexistência, falta ou desorganização, por exemplo (Granja, 2008).

Para Payne (in Gomes, 2010: 38),

a intervenção social é construída a partir de três elementos, o profissional, o beneficiário e o contexto. A intervenção do AS⁶ centra-se no estabelecimento de uma relação empática e de confiança com as pessoas no sentido de as ajudar a resolver os seus próprios problemas, tendo sempre em conta, o contexto social e organizacional em que desempenha a sua função, bem como, o contexto relacional do beneficiário, alvo da sua intervenção.

No caso específico dos grupos familiares, são vários os problemas que devem ser trabalhados pelo Serviço Social, sendo dos mais comuns a dificuldade de exercício do poder parental, causada pela ausência de regras ou por dificuldade parental de fazer cumprir as normas por si impostas. Também os conflitos pela guarda das crianças, em caso de divórcio, e a reestruturação familiar causam instabilidade afetiva e normativa

⁶ Sigla para assistente social.

junto dos jovens, o que faz com que estes grupos familiares sejam alvo de intervenção social (Granja, 2008).

Os vínculos relacionais, familiares ou sociais, tendem a ser mais vulneráveis nas sociedades contemporâneas com falhas na partilha de responsabilidades formativas e de valores, mesmo em contexto familiar. O assistente social deve ser capaz de compreender cada família de acordo com as suas características, associando-a à conjuntura social, cultural e política em que se insere. Mas deve ter sempre em conta que a família enquanto instituição social deve ser capaz de satisfazer necessidades afetivo-emocionais, de substancia-alimentação e de participação social. Quando não é autónoma em todas essas características, a família deve ser trabalhada de forma a que passe a conseguir trilhar esses caminhos com segurança e ter acesso a todos os seus direitos sociais (Oliveira, 2009).

A mesma sociedade, que traz tantos avanços tecnológicos e transformações produtivas e mantém a população conectada, é a que deixa extremamente vulnerabilizada no que diz respeito a seus vínculos relacionais .

(Oliveira, 2009: 89)

A intervenção social dos assistentes sociais junto de famílias com défices funcionais ou de subsistência é realizada, essencialmente, através da orientação, feita por entrevistas, com a finalidade de as apoiar nos momentos críticos de suas vidas. Ou seja, a intervenção familiar é efetuada por meio de atendimento direto e tem o objetivo de integrar as famílias e trabalha-las de acordo com o controlo social vigente. Esta intervenção vai sendo adaptada no decorrer do processo, por depender das características do grupo familiar interveniente (Mito, 2004).

Segundo Miotto (2004: 10) a intervenção do assistente social junto das famílias pode ocorrer através de diversas técnicas interventivas,

ações sócio-educativas (...) que, através da informação, da reflexão ou mesmo da relação, visam mudanças (valores, modos de vida). As ações sócio-terapêuticas são desenvolvidas diante de situações de sofrimento das famílias, expresso nas suas relações ou pelos seus membros, com intenção de alterar esta situação. As ações periciais (...) através do estudo e da avaliação das situações familiares, visam a emissão de um parecer social para outrem. As ações sócio-assistenciais se relacionam a toda a ação de provimento e de sustentação para atendimento de de necessidades das famílias usuárias. As ações de acolhimento e apoio sócio-institucional (...) com acolhimento e apoio na articulação de recursos através da ativação, integração e modificação das redes sociais e de serviços para atender as demandas familiares.

Em suma, utilize o processo de intervenção que utilizar, o assistente social pretende sempre fortalecer o funcionamento e dinâmica familiar do grupo familiar orientado e aprimorar as capacidades, quer individuais quer familiares. O objetivo passa, assim, por instruir a família a desempenhar as suas competências familiares, sociais e de cidadania, de forma integrante e responsável. O assistente social deve ser um dinamizador da mudança, tendo sempre como valores primordiais o bem-estar social, a dignidade humana, a justiça social e a realização pessoal do utente, que deve ser parte integrante de todo o seu processo de mudança (Gomes, 2010).

IV. CONTROLO E PRIVACIDADE *ONLINE* COLOCADO À PROVA NAS INTERAÇÕES GERACIONAIS

A investigação social pretende explicar o objecto em análise, descrever a realidade com vista a uma eventual intervenção. Por ser limitado o tempo de elaboração do presente projeto, trata-se de um estudo exploratório, de cariz indutivo com recolha e análise dos dados, embora estes não possam ser generalizados. Depois de abordadas as questões de índole metodológica, analisaremos os dados recolhidos na sequência da aplicação das entrevistas, de modo a identificar eventuais tendências e discrepâncias nas famílias monoparentais femininas entrevistadas. Procuraremos, desta forma responder aos objetivos definidos e interpretar os dados obtidos em função das hipóteses de trabalho formuladas.

A. A escolha e definição da metodologia de investigação

Pelo facto de estarmos perante um estudo exploratório, a metodologia de investigação mais adequada é de cariz qualitativo, privilegiando a análise de comportamentos pessoais ou grupais, por microprocessos de investigação. Como refere Martins (2004: 292),

Realizando um exame intensivo dos dados, tanto em amplitude quanto em profundidade, os métodos qualitativos tratam as unidades sociais investigadas como totalidades que desafiam o pesquisador. Neste caso, a preocupação básica do cientista social é a estreita aproximação dos dados, de fazê-lo falar da forma mais completa possível, abrindo-se à realidade social para melhor apreendê-la e compreendê-la.

A investigação qualitativa utiliza metodologias que permitem recolher dados descritivos, relativos a de modos de pensar e comportamentos dos participantes no seu meio natural. Os instrumentos para recolha dos dados vão desde a observação participante ou não participante às entrevistas, questionários e/ou dados documentais (Lalanda, 1998). Segundo Guerra (2006: 11), os métodos qualitativos designam:

uma variedade de técnicas interpretativas que têm por fim descrever, descodificar, traduzir certos fenómenos sociais que se produzem mais ou menos naturalmente. Estas técnicas dão mais atenção ao significado destes fenómenos do que à sua frequência.

Entre os instrumentos de recolha utilizados pelos métodos qualitativos selecionamos a entrevista, pois como referem Fontana e Frey (cit in Duarte, n.d.: 1) a entrevista é “uma das mais comuns e poderosas maneiras que utilizamos para tentar compreender nossa condição humana”.

B. A entrevista

A entrevista recolhe os dados pretendidos através de uma conversa em grupo (focus group), ou apenas entre o entrevistador e o entrevistado em que é obrigatória a presença do investigador em todo o tempo de recolha dos dados. Por ser uma interação direta e que permite uma reformulação constante, a entrevista depende sempre de um carácter ativo do entrevistador que deve motivar o entrevistado a dar as suas respostas de forma aprofundada (Sousa & Batista, 2011).

Para Triviños (in Manzini, n.d.: 2), a entrevista apoia-se em questões básicas redigidas num guião através de um conhecimento prévio sobre o tema e “favorece a descrição dos fenómenos sociais, mas também a sua explicação e a compreensão de sua

totalidade (...) além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações”.

Na verdade, não basta dizer que a presente investigação será feita através da entrevista, pois este método subdivide-se em várias formas de atuação, com diferentes funções. Assim a entrevista pode ter função exploratória com questionamento intensivo junto de interlocutores, com características muito diversificadas, com alteração do guião, se necessário, e cujas conclusões de análise devem ser apresentadas como «hipóteses explicativas» (interpretações hipotéticas). Pode ainda resolver uma função analítica, com o objetivo de criar uma teoria interpretativa geral que deve garantir as diversidade e saturação dos resultados, através da formulação e verificação das hipóteses. Finalmente, a entrevista pode ter uma função expressiva, em que os dados recolhidos têm como finalidade a comunicação (e não a pesquisa), devendo «fazer passar a mensagem» (Guerra, 2006).

Para além de poder desempenhar várias funções, a entrevista pode ser elaborada de quatro formas. Existem as de cariz semidiretivo, que permitem ao entrevistado estruturar o seu pensamento em torno do objetivo definido, com orientações do investigador que eliminem informações que se afastam do objetivo criado e que garantam o cumprimento de todos os pontos definidos no guião. Por seu turno, a entrevista é de cariz diretivo quando realizada essencialmente através de questionário e de questões padronizadas, abertas ou fechadas, com ordem pré-estabelecida. Pode ainda ter a forma de relato de vida, com descrição biográfica e temática do entrevistado. Finalmente, temos as entrevistas de cariz não diretivo, com liberdade para o entrevistado articular o seu discurso apenas em torno de um tema geral (Albarello, 1997).

Apesar de todas as vantagens apresentadas, a entrevista, contém também algumas fragilidades, entre elas a elevada proximidade (ainda que apenas física) entre o investigador e o entrevistado que pode levar ao comprometimento de objetividade e ao favorecimento da especulação em detrimento do rigor científico. Alguns autores consideram que a referida falta de representatividade é também uma das desvantagens da utilização deste método de investigação, por apenas conseguir analisar um caso (indivíduo, grupo ou instituição), não permitindo a generalização dos conhecimentos obtidos (Martins, 2004).

C. Famílias monoparentais femininas em Braga - universo e amostra

Como acabámos de referir, a nossa investigação foi orientada pela metodologia qualitativa, fazendo uso da entrevista exploratória de cariz semidiretivo. Por ser um estudo exploratório a amostra selecionada não pode, de todo, ser considerada representativa do grupo social em questão e os seus dados não podem ser generalizados. O universo respeitante à investigação é constituído pelas famílias monoparentais femininas portuguesas, núcleo familiar presente em 416 343⁷ casos. Se nos centrarmos no distrito de Braga, o número de núcleos familiares com as características definidas acima baixa para 6 987 (Censos de 2011, INE). No universo das cerca de sete mil famílias que encaixam nas características definidas pela investigação foram selecionados três núcleos familiares como alvos da entrevista.

⁷ Fonte INE, *Núcleos familiares monoparentais (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2011) e Tipo de núcleo familiar (Monoparental)*, Censos 2011.

Por se tratar de uma amostra limitada, procurámos que fosse o mais diversificada possível, tendo sido selecionada uma família cuja mãe possui habilitações académicas universitárias (licenciatura), outra cuja mãe que completou o bacharelato e, por fim, uma família em que a mãe finalizou o terceiro ciclo de ensino. As filhas, têm como característica definidora terem quinze anos de idade, por, como vimos anteriormente, ser esta a idade em que passam grande parte do seu tempo livre a navegar na internet e por serem uma geração nativa digital. Ambas têm que ter *e-vida* e perfil em pelo menos uma rede social.

D. Pergunta de partida e hipóteses de trabalho

Tal como afirmámos, o nosso objeto de estudo parte da atualidade do controlo panótico e do seu poder que, se impõe de forma impessoal sobre grande parte da população através da internet e, de forma especial, das redes sociais. Trata-se de um poder que se impõe ao utilizador desde a inscrição, apenas conseguida mediante o fornecimento de dados pessoais, e que perdura no discurso da utilização dos vários serviços online. O objetivo da nossa investigação consiste em analisar a consciência e as práticas dos jovens utilizadores, de famílias monoparentais, no que diz respeito à salvaguarda da sua privacidade no âmbito da utilização das redes sociais. Procuraremos perceber, de modo particular, esse contexto em famílias monoparentais femininas (consciencialização, limitações no acesso, etc.). Em suma, o nosso estudo assenta, na seguinte questão:

Quais são as práticas e comportamentos das adolescentes e suas mães inseridas em núcleos monoparentais no que diz respeito à privacidade e vigilância das redes sociais?

Enunciado o objetivo de estudo e a questão central em torno da qual se irá desenrolar a investigação, importa formular as principais hipóteses de trabalho que servem de orientação para a pesquisa.

1) Tendo em conta que em contexto monoparental a partilha de conhecimentos e valores/normas são definidos por apenas uma pessoa (mãe), a adolescente tende a encontrar-se numa situação de maior vulnerabilidade.

2) Embora as regras familiares para utilização da internet e das redes sociais sejam predominantemente definidas pela mãe, há uma inversão de papéis no que respeita ao conhecimento e domínio das ferramentas digitais.

3) Embora mães e filhas tenham alguma noção das eventuais violações de privacidade na esfera digital (por ex: definições de privacidade), as adolescentes tendem a preocupar-se mais com o controlo feito pelas suas mães do que com as consequências da sua *pegada digital*.

E. O Guião

Expostos os principais objetivos e as hipóteses de trabalho, importa agora explicar que os guiões de entrevista se encontram subdivididos em três dimensões de análise, de modo a abarcar o conjunto dos objetivos definidos. A primeira área aborda o relacionamento mãe-filha, procurando saber-se se a família tem por hábito partilhar os acontecimentos do dia-a-dia e o que costumam fazer no tempo que passam juntas, bem

como perceber se a *web* faz parte do quotidiano doméstico. Inquirimos, ainda, o agregado familiar sobre a transmissão de conhecimentos e regras no funcionamento da internet, sobre quem recaí a responsabilidade pela maior parte da transmissão de conhecimentos e se, em algum momento, ocorre uma inversão nos papéis de poder familiar.

Na segunda dimensão temos como principal objetivo conhecer as práticas da mãe e da filha na web, questionando-as relativamente à frequência e intensidade de utilização da internet, assim como o tipo de plataformas que têm por hábito utilizar regularmente. Ainda neste ponto, exploramos as noções que ambas possuem acerca da internet, em especial das redes sociais, através de questionamentos sobre opiniões/visões relativas à *web* e a uma eventual *e-vida* ativa.

No âmbito da terceira dimensão, abordamos o (des)conhecimento que mãe e filha possam, eventualmente, ter sobre a vigilância na internet, o tipo de preocupações relativas a esse controlo e eventuais procedimentos/ações para tentarem deixar filtrar o mínimo de informação possível (por ex. uso de definições de privacidade). No caso das filhas, colocamos, ainda, questões específicas que pretendem perceber se se preocupam mais com a vigilância da mãe ou com o controlo generalizado no uso da internet, se têm cuidados diferentes em função de cada perfil ou rede social utilizada, pelo facto de a mãe estar ou não presente na rede social.

Por fim, elaboraremos uma pequena caracterização sócio-demográfica da mãe e da filha, de modo a tentar diferenciar as famílias âmbito desta amostragem mais diversificada.

F. O contacto com as famílias: circunstâncias e dificuldades

Definida a amostragem, a pergunta de partida e elaborado o guião de entrevista é tempo de contactar as famílias que preenchem os requisitos da pesquisa. O contacto foi feito por intermédio de amigos ou familiares comuns a ambas as partes (investigador e entrevistadas). Numa primeira fase, começamos por aferir a disponibilidade das famílias para integrarem o estudo, explicando-lhes que a entrevista seria realizada no âmbito de uma dissertação de mestrado que pretendia verificar quais os seus conhecimentos e práticas face às redes sociais e perigos a si associados. Para além desta pequena explicação foi-lhes também dito que as entrevistas teriam que ser feitas em separado (mãe e filha) e que o anonimato das mesmas está garantido, apesar de ser necessária a gravação áudio da entrevista, para um tratamento mais aprofundado dos dados recolhidos

G. As famílias: apresentação e caracterização

Antes de apresentarmos e analisarmos os dados, convém referir que, para preservar o anonimato das entrevistadas, os três núcleos familiares são apresentados da seguinte forma: **família 1**, **família 2** e **família 3**, cada qual constituída por uma mãe e uma filha.

A **família 1** residente no centro de Vila Verde - Braga, é composta pela mãe de quarenta e um anos de idade, titular do nono ano de escolaridade, separada e exercendo a profissão de esteticista, manicure e maquilhadora. A filha, com quinze anos de idade, frequenta o décimo ano de escolaridade. Para além das entrevistadas, a família é

composta por mais dois irmãos (um rapaz e uma rapariga) ambos mais novos. Os dois ex-cônjuges mantêm um bom relacionamento existindo contactos semanais regulares entre pai e filhos, para além do estipulado pelo tribunal. Por serem uma família monoparental feminina com três filhos dependentes, as famílias maternas e paternas estão bastante presentes no quotidiano das crianças.

A **família 2**, residente na cidade de Braga, é formada pela mãe também com quarenta e um anos de idade, licenciada, divorciada e a desempenhar a função de técnica tributária (administração pública). A filha, uma adolescente de quinze anos de idade, frequenta o nono ano de escolaridade. Mãe e filha vivem sozinhas desde o divórcio do casal e refira-se que o progenitor não está muito presente na vida da jovem, mantendo apenas o contacto quinzenal estabelecido pelo tribunal. Por não ter sido um divórcio por mútuo acordo, é sobretudo, a família materna que se tem revelado o grande apoio, principalmente, na fase de ruptura do casal, quando mãe e filha saíram de casa de forma repentina e desamparada.

Por fim, a **família 3**, também residente na cidade de Braga, desde a morte do cônjuge há cerca de cinco anos, é constituída por uma filha e sua mãe, uma professora primária de quarenta e três anos de idade, com bacharelato. Por não se encontrar, neste momento, a exercer a docência, reparte atualmente a sua atividade profissional entre algumas horas de *babysitting* e outras de limpeza. A filha, uma jovem com quinze anos de idade, é estudante do décimo ano de escolaridade. Apesar de não ser filha única por parte do pai, a adolescente não mantém qualquer contacto com o irmão mais velho, devido a um mau relacionamento entre famílias. A única família materna é constituída pela tia que, embora residente no México, mantém contacto regular e prodiga alguma ajuda à distância.

Todas as adolescentes estudam no ensino público em escolas da cidade de Braga, realizando o trajeto casa-escola-casa em transporte público, beneficiando de passes sociais. Todas elas almoçam diariamente na escola.

H. Relação mãe-filha em contexto monoparental

A nossa história pessoal é profundamente marcada pelo contexto familiar em que nascemos, por ser o primeiro meio de socialização, ou seja, o local onde nos moldamos e nos assumimos enquanto pessoa e ator social. As circunstâncias de vida familiar são, por seu turno, impregnadas por condicionantes sociais e opções individuais. Os grupos familiares que estudamos provam isso mesmo, porque em dois dos três casos a monoparentalidade foi escolha das mães, que optaram por se divorciar ou separar dos pais das filhas e por formar um agregado familiar mais restrito. Em apenas um dos casos encontramos uma família que se tornou monoparental não por opção, mas por falecimento do pai e marido. Apesar das causas da monoparentalidade serem distintas, todos os grupos familiares se viram obrigados a adaptar-se à presença de apenas um dos progenitores (a mãe), socialmente considerado o elemento subalterno do casal. A nova configuração doméstica impôs a modificação do seu funcionamento quotidiano e o reajustamento do papel de cada um dos elementos. Desta forma, a mãe teve que acumular às suas funções iniciais aquelas que se encontravam anteriormente reservadas ao pai. Associadas a outras questões de cariz cultural e sócio-económico, esta nova situação pode levar estes núcleos domésticos para situações de exclusão social, eventualmente até pobreza, requerendo o devido acompanhamento social.

Com todas as modificações inerentes à transição de famílias nucleares, com presença do casal e das suas descendentes para grupos familiares monoparentais, a relação entre os elementos que continuam a residir em conjunto tende a estreitar-se, embora também possa, por vezes, dar azo a conflitos mais frequentes.

“Sim, é uma relação muito estreita, uma vez que, pronto, a minha filha não tem pai. Ah... a ligação, a ligação fica muito mais intensa entre mim e ela, porque, pronto, ela colmata a falta do pai agarrando-se bastante a mim e... a necessitar muito da minha atenção.”

(Mãe 3)

Ao intensificarem o vínculo entre si, mãe e filha partilham um conjunto de atividades no tempo que passam juntas. Todas as entrevistadas salientam que aproveitam o tempo partilhado para conversar, colocar a conversa em dia, relativamente ao que lhes vai acontecendo no dia-a-dia. Têm, ainda, por hábito manter o contacto entre si durante o quotidiano profissional e escolar (por via telefónica ou por mensagem de texto). Todos os grupos familiares referem também como atividade conjunta ir às compras e ficar por casa a ver televisão, filmes ou séries. Duas das famílias (2 e 3) mencionam ainda a distribuição das tarefas domésticas, como limpar a casa ou cozinhar.

“A maior parte das vezes ficamos a conversar, a ver séries (...) quando temos que ir, vamos juntas às compras (...) ajudo-a a limpar a casa, às vezes, sou eu que cozinho e não sei quê.”

(Filha 3)

“Todos os dias falamos. Pelo menos questiono-a de como correu o dia, o que aconteceu de especial, relativamente a amiguinhos especiais, por exemplo, não é? E falo-lhe também sobre o meu dia...”

(Mãe 2)

“Sim, normalmente eu ligo-lhe muitas vezes, como não estou com ela. Para me ir mantendo informada também do que se vai passando com ela.”
(Mãe 1)

Ao caracterizarem a relação que mantêm entre si, mães e filhas são consensuais ao afirmarem que, para além da típica filiação, conseguem preservar uma relação de amizade, sustentada na escuta maternal relativamente a todos os assuntos que preocupam as filhas. As entrevistadas dizem conversar entre si até sobre assuntos socialmente tidos como mais delicados, como a sexualidade ou os «amiguinhos especiais» que as adolescentes vão tendo. Reforçando, desta forma, a confiança mútua.

“Nós temos uma relação muito à base de mãe e filha, mas também muito à base de amizade. Porque eu sei que ela é uma das minhas melhores amigas. Eu falo com ela como eu falo como as minhas amigas.”
(Filha 1)

“É assim, para além da relação de mãe e filha temos bastante à-vontade, bastante proximidade. Serei eu a melhor amiga dela?”
(Mãe 2)

“É tanto de mãe e filha, como é muito a amizade. Eu acho que ela é a pessoa em quem eu mais confio mesmo!”
(Filha 3)

As entrevistadas consideram que o relacionamento entre mãe e filha se tornou mais estreito assim que passaram a ser uma família monoparental, explicando esta aproximação pelo facto de colmatarem, mutuamente, a falta de marido e pai no quotidiano familiar. Esta aproximação é um fenómeno ocorrente nas famílias monoparentais, pois como descrevem Eliacheff & Heinich (in Reis, 2005), o vínculo entre mãe e filha nestes grupos familiares estreita-se, de forma tal, que pode levar à

confusão de sentimentos. Nestes grupos familiares, em especial nas sociedades modernas, há:

confusão entre o papel de mãe que deve ser figura de autoridade, daquela que é amiga e cúmplice da filha. Ai o grande equívoco é o da mãe ter a pretensão de substituir o papel que deveria ser ocupado pelas amigas da filha. Como se só o seu amor e amizade bastasse a esta.

(Reis, 2005: 41)

1. O papel de mãe e vulnerabilidades confessadas

Apesar de admitirem cultivar amizade com a filha, quando as questionámos sobre as práticas de imposição de conhecimentos e normas, as mães consideram manter a amizade sem esquecer o seu papel de educadoras, não esquecendo ser as responsáveis pelas suas filhas. Dizem, por isso, que não deixam de impor às suas descendentes as limitações que consideram necessárias e de prodigar conselhos relativamente aquilo que acham mais correto, quer a nível pessoal, quer na área social. Tanto adolescentes como mães afirmam que a supervisão e a transmissão de valores e normas são claramente definidas pela progenitora, enquanto tutora e cuidadora da filha menor.

“A educação tem que partir sempre dos pais, defendo sempre disso.”
(Mãe 3)

“Falo de tentar sempre ensinar-lhe o que sei, tento passar-lhe os meus valores. não é? E também tenho que conseguir o respeito de mãe, de lhe pôr regras e limites...”
(Mãe 2)

A dificuldade sentida por estas mães em perpetuar as normas e limitações que impõem às suas descendentes justifica-se por, no dia-a-dia familiar, serem as únicas cuidadoras e por terem que assumir um papel que não lhes era anteriormente atribuído. Porque, mesmo nas sociedades atuais, o papel familiar da mãe é mais associado ao carinho e a uma postura menos rígida, enquanto que o papel de autoridade e rigor é deixado para o pai. Hiltz (2001: 15) descreve que:

As famílias monoparentais podem enfrentar algumas dificuldades que lhe são peculiares, justamente pelo fato, de um progenitor ter que assumir determinadas funções que normalmente são assumidas por ambos os progenitores. É importante que o progenitor presente possa assumir essas funções, desde que respeitando a questão de gênero, pois um pai nunca responderá da mesma forma que uma mãe o faria sobre alguma determinada questão ou vice-versa. A resposta verbal poderá ser a mesma, mas a postura, a linguagem não-verbal será pertinente ao gênero do progenitor.

Não obstante a mãe ser reconhecida como o elemento da família incumbido da transmissão de conhecimentos e da definição de regras e limites junto da filha, em duas das famílias estudadas, as entrevistadas reconhecem que a imposição de normas nem sempre é aceite. Sentimento oposto é manifestado pela mãe da família 3, que alega que a sua filha tende a aceitar os valores que lhe vão sendo transmitidos, de forma condescendente.

“Sinto que tenho esse importante papel para ela, tento sempre ensinar-lhe o que sei sobre a vida, apesar dela nem sempre querer saber, insisto muito com ela sobre o que acho que ela deve ou não fazer.”

(Mãe 1)

“Eu ouço o que ela diz, mas, às vezes, não... não faço assim tudo como ela diz...”

(Filha 2)

“Eu desde pequenininha insisti sempre nos valores. Ah... no valorizar o que se tem e não querer mais do que se pode ter e, pronto, a minha filha viveu e absorveu muito bem esses valores.”

(Mãe 3)

Estas eventuais transgressões, ainda que sejam descritas como esporádicas em ambos os casos, fazem parte do crescimento das adolescentes, mas também constituem um desafio acrescido para estas famílias monoparentais femininas. Acresce-se a este facto também a descrita falta de tempo que estes núcleos têm para momentos em família e, conseqüentemente, para a transmissão das normas e valores que se querem socialmente inculcados. Em termos sociais, estas famílias são mais vulneráveis, pois a mãe é a única responsável pela subsistência da família e pela educação dos filhos, papéis que nas restantes famílias se encontram, geralmente, divididos pelos dois membros do casal. A figura paternal, associada pelo senso comum à autoridade e à imposição de limites, está parcialmente ausente (excepto na família 3) no quotidiano destas famílias.

As famílias monoparentais, especialmente as femininas, devem ser alvo de atenção e, se necessário, de prevenção e/ou intervenção social por serem socialmente mais vulneráveis, de modo a reforçarem os seus laços e condição social. Entre as famílias estudadas encontramos um caso alvo de acompanhamento social (família 3), cuja debilidade financeira foi comprovada passando a ter apoio social financeiro. A filha é detentora de pensão de sobrevivência, desde a morte do pai e do desemprego da mãe, situações familiares que aconteceram em simultâneo. Nas restantes famílias (1 e 2), por haver acordos em tribunal sob a custódia das menores, os pais são obrigados a contribuir nas despesas familiares através de pensões de alimentos.

2. Interações geracionais na *web*

Apesar da primazia maternal no que se refere à transmissão de conhecimentos, valores e normas sociais, todas as entrevistadas reconhecem que as novas tecnologias da informação e comunicação suscitam uma certa inversão de papéis. Observamos que em contexto familiar são as adolescentes (as filhas), pertencentes à chamada *geração Y*, dos nativos digitais, aquelas que melhor conhecem e dominam essas novas tecnologias. Assim, na esfera da *web*, são as filhas que assumem, de certa forma, o papel de instrução das mães no uso das plataformas e nos seus constituintes.

“Mas quando se trata de questões com as coisas modernas, a internet ou assim, ela pergunta-me e eu esclareço-lhe as dúvidas e ensino-lhe...”
(Filha 1)

“Até sou mais eu que ensino a minha mãe, porque estou mais ligada a essas coisas.”
(Filha 2)

“O computador para mim é o mínimo. Quando preciso de alguma coisa assim mais diferente é a minha filha que me ajuda.”
(Mãe 3)

Segundo Tapscott (in Almeida et al., 2013: 245), a sentida inversão nos papéis formativos, em contexto familiar no que respeita às novas tecnologias da informação e da comunicação, nas famílias em estudo, assenta no fosso entre gerações, dado que:

as relações de poder alteram-se radicalmente. As crianças que constituem a net-generation, nascidas em ambiente tecnológico, «respirando tecnologia», são hoje a autoridade em matéria de literacia e cultura digitais e (...) têm forte independência e autonomia, derivadas do seu treino como information seekers (e não apenas como information recipients).

Apesar de observarmos esta troca de papéis em todas as famílias analisadas, pelos discursos de mães e filhas, podemos relaciona-la proporcionalmente com o grau acadêmico das primeiras. Ou seja, a mãe (2) com maiores habilitações acadêmicas é mais conhecedora das ferramentas da *web* que as restantes. Enquanto que a mãe 1 (detentora do menor grau acadêmico) demonstra ser a mais dependente da filha nas plataformas da *web*, dizendo inclusivamente que a filha foi a responsável pela sua introdução nas redes sociais, criando-lhe o seu perfil pessoal e a sua página de trabalho.

As entrevistadas são utilizadoras ativas na internet, sendo esta ferramenta parte integrante do seu quotidiano. Em família, acontece conversarem sobre as vantagens e as desvantagens duma *e-vida*. Essencialmente, as mães tendem a salientar mais as desvantagens e os perigos associados à utilização excessiva da internet, enquanto que as filhas se voltam mais para as vantagens proporcionadas por estas ferramentas. Como desvantagens são apontados o roubo de identidade e o *cyberbullying* e, como vantagens, sobretudo, a comunicação em tempo real, sem limites temporais ou geográficos. Num dos casos (família 2), a mãe reconhece que, apesar de tentar conversar com a filha sobre os perigos dum uso indiscriminado da internet, os seus esforços não parecem ser muito acatados, uma vez que a filha os desvaloriza, ao afirmar-se mais conhecedora desta realidade.

“Sim, falamos sobre isso. Costumo falar com ela sobre os perigos que há na internet, sobre tudo um bocado. Ela também já tem noção sobre alguns perigos, não é? E também falamos, falamos muito abertamente sobre isso.”

(Mãe 1)

“Falamos sobre isso, apesar de ela desvalorizar um bocadinho aquilo que eu digo, porque acha que eu não domino tão bem, então ela acha que

tem tudo sobre controle. Pronto, aí eu acho que ela se aproveita um bocadinho da minha ignorância, entre aspas, nessa área, dizendo que nem tem assim tanta importância.”

(Mãe 2)

“Sim, conversamos, a minha filha, pronto, é adepta ao Facebook e às redes sociais. Mas claro que ela tem a consciência de que, dos perigos e das limitações que tem que ter com isso e... Apesar de eu sou um pouquinho mais, não gosto muito de, nem, às vezes, nem estou muito dentro dessas situações, mas eu confio na minha filha.”

(Mãe 3)

Ao falarem com as filhas sobre a internet, as mães tentam mediar a utilização que as jovens fazem da internet e manter, também nesta área, o seu papel de reguladoras, esforçando-se por exercer a autoridade parental que lhes é socialmente exigida. Porém, por não serem tão conhecedoras deste meio, as filhas tendem a aproveitar a sua primazia de aptidões na *web* para desvalorizar o que lhes é aconselhado pelas mães.

Ainda assim, as mães, regulam a utilização que as filhas fazem da *web* impondo algumas regras e limites à utilização que as suas filhas fazem deste meio de comunicação. Todavia, as filhas não admitem ou não têm consciência, desse papel regulador. Num dos casos, a mãe (2) refere ter barrando acesso a alguns sites, aquando da instalação da internet, por considerar não serem benéficos para a filha. Numa outra família (1), a mãe revela ter acesso conta de *Facebook* da filha e aproveitar o conhecimento desse *login* para ir dando uma vista de olhos nas movimentações *online* da filha.

“E também tem limite, pronto, sabe que a partir de «x» horas que acabou, que não pode estar mais nas redes sociais. E ela tenta cumprir essas regras que imponho.”

(Mãe 1)

“Sim, está estipulado. Embora eu confesse que nem consigo controlar muito bem isso, porque de dia não estou com ela. Mas ela tem a internet com limite, tem barrados alguns sites que eu pedi para barrarem quando fiz o contrato, mas em termos de tempo, o que ela utiliza, isso não consigo controlar.”

(Mãe 2)

Tal como acontece nestas famílias, a nível europeu, 81% dos pais de adolescentes falam com os filhos sobre como e o que podem ou não fazer na internet, especialmente quando têm filhas pertencentes a esta faixa etária (Livingstone, 2011).

Em jeito de conclusão, podemos afirmar que a relação mãe-filha das três famílias entrevistadas é pautada por uma certa confiança mútua e abertura em termos de relacionamento, sem que sejam esquecidos os padrões sociais associados ao poder maternal, embora as mães nem sempre consigam exercer a sua autoridade. Por outro lado, observa-se uma certa inversão de papéis familiares, no âmbito das TIC⁸, sendo que nesta área é filha que tende a esclarecer mãe. Por fim, nestas famílias as mães assumem ter a tendência de controlar o tempo, as plataformas e as movimentações das filhas na *web*.

I. Práticas e representações *online*

Depois desta análise do quotidiano familiar das famílias entrevistadas, em torno das estratégias e dinâmicas do relacionamento entre mãe e filha, assim como da partilha de valores e conhecimentos, é tempo de olharmos para a conexão que estes agregados

⁸ Tecnologias da Informação e da Comunicação

familiares têm com a internet. A tabela seguinte apresenta, de forma simplificada, alguns dados que nos cabe analisar.

Tabela n.º 3: Agregados familiares e conexão à internet

	<i>Família 1</i>		<i>Família 2</i>		<i>Família 3</i>	
	<i>Mãe 1</i>	<i>Filha 1</i>	<i>Mãe 2</i>	<i>Filha 2</i>	<i>Mãe 3</i>	<i>Filha 3</i>
Utilização da internet	Diária	Diária	Diária	Diária	Diária	Diária
Tempo diário de utilização?	Menos que uma hora	Mais que três horas	Menos que uma hora	Entre duas e três horas	Menos que uma hora	Mais que três horas
Local preferencial	Trabalho	Casa	Casa	Casa	Casa	Casa
Meio preferencial	Telemóvel	Telemóvel	Telemóvel	Telemóvel	Telemóvel	Tablet
Plataformas preferenciais	<i>Facebook</i>	Redes sociais e <i>YouTube</i>	Facebook	<i>Messenger (Facebook) e Instagram</i>	<i>Facebook, YouTube e email</i>	Redes sociais e outros sites não especificados
Objetivos aquando da utilização	1. Dar a conhecer o trabalho; 2. Comunicar com amigos e familiares.	1. Comunicar com amigos; 2. Partilhar fotografias e frases.	1. Comunicar com os amigos; 2. Conhecer pessoas; 3. Acompanhar os seus interesses.	1. Comunicar com os amigos; 2. Partilhar fotografias.	1. Comunicar com os amigos e família; 2. Enviar e receber correio eletrónico.	1. Comunicar com amigos e família; 2. Partilhar e ver fotografias; 3. Ver séries e filmes.

Fonte: Autor

Quando questionadas sobre a utilização semanal que fazem da *web*, todas as entrevistadas afirmam utilizá-la diariamente. O tempo que dedicam às diversas plataformas da internet varia entre mães e filhas, sendo que as primeiras gastam menos do seu tempo diário na *web* (menos de uma hora), enquanto as filhas a utilizam cerca de três horas quotidianas. À exceção de uma mãe (1) que utiliza mais a internet no trabalho, sempre que tem tempo livre entre marcações, todas as outras entrevistadas dizem ser a suas habitações o local onde mais utilizam a internet. Quanto ao meio de utilização preferencial, com exceção de uma filha (3) que usa preferencialmente o

tablet, todas as outras entrevistadas preferem, consensualmente, navegar na internet através do telemóvel. No que se refere às plataformas mais utilizadas os agregados familiares dão prioridade ao *Facebook* (sobretudo as mães) e outras redes sociais. Para além das redes sociais, algumas entrevistadas também recorrem ao *Youtube* para ouvir música e ver vídeos, usufruindo da possibilidade de ver filmes e séries *online*, para além da utilização do correio eletrónico.

Através da tabela n.º 3, damos-nos conta que os objetivos e motivações para a utilização da internet são bastante uniformes, destacando-se a comunicação com amigos e familiares como o objectivo comum a todas as entrevistadas. Para além desses objetivos, procuram dar a conhecer o trabalho, partilhar e ver fotografias, conhecer pessoas, acompanhar interesses pessoais, utilizar o correio eletrónico e ver séries e filmes.

Ao utilizarem a internet diariamente por períodos que superam as três horas, as adolescentes alvo do nosso estudo justificam o elevado padrão português (49%), a nível europeu, de utilização excessiva desta plataforma, por parte dos jovens e de utilização do telemóvel como meio preferencial de acesso (Livingstone et al., 2012). Quanto à utilização que fazem da internet, as adolescentes também se inserem no quadro português porque:

Entre os jovens de 13-16 anos, as actividades listadas por rapazes e raparigas são mais comuns: a seguir também aos trabalhos de casa, aparecem actividades de entretenimento e de comunicação: ver vídeo clips, usar Messenger, enviar e receber mensagens e visitar perfis em redes sociais.

(Pereira, 2011)

Por seu turno, as mães estudadas são utilizadoras ativas das internet, tal como 66% dos pais portugueses e tal como eles, utilizaram menos a internet que as filhas (Livingstone et al., 2012).

As redes sociais são a plataforma da *web* mais utilizada pelas entrevistadas, que realçam os seus pontos positivos no quadro dum uso regrado, quer para comunicar com os amigos e família, quer para seguir as notícias e novidades no que diz respeito às suas áreas de interesse. Tal como a maioria das jovens portuguesas, as filhas estudadas tendem a realçar as vantagens das redes sociais, considerando que esta plataforma abrange «coisas muito boas» para a sua idade (Pereira, 2011). Clarke (in Simões, 2011: 18-19) explica que: *“O uso das redes sociais é uma importante fonte de apoio e conforto ao jovem adolescente que está a sofrer uma transição, quer cognitiva, quer física”*.

“É assim, têm o seu lado positivo, têm o seu lado negativo. Depende muito de para o que as pessoas as utilizam, não é? Acho que se tivermos consciência dos nossos atos, dos limites, acho que não são prejudiciais. Depende mesmo muito dos fins para que as pessoas vão utilizar, mas acho que não são prejudiciais se as soubermos utilizar. Até nos podem beneficiar no nosso dia-a-dia, a mim ajuda-me a dar a conhecer o meu trabalho.”

(Mãe 1)

“A minha opinião é que são interessantes, desde que não usadas abusivamente, ou seja, desde que saibamos e tenhamos noção do tempo que as devemos utilizar e o que devemos, ou não, fazer. Pronto, desde que saibamos usar com limites, eu acho que é importante e é uma abertura para o mundo, digamos assim.”

(Mãe 2)

“Que, às vezes, são vantajosas, porque, por exemplo, eu como me mudei para Braga utilizei a internet para manter contacto com as pessoas que conhecia do outro sítio, da minha tia que está a viver fora... posso manter contacto com ela, dá a oportunidade de conhecer pessoas... Mas ao

mesmo tempo também tem que se ter cuidado porque, às vezes, nem tudo é o que parece...”

(Filha 3)

Quanto às partilhas nas redes sociais, as mães tendem a ser mais contidas, compartilhando sobretudo fotografias e acontecimentos que lhes despertem interesse, frases e músicas com as quais se identificam. Por seu turno, as filhas optam por partilhar, para além das fotografias, acontecimentos pessoais quotidianos, pensamentos, opiniões, vídeos e músicas.

“Sim, principalmente no Twitter faço, que é a rede social que eu mais utilizo, faço comentários de tudo. De tudo o que está a passar na minha vida... Por exemplo, se estou com uns amigos, «posto» que estou a gostar muito desta experiência e assim. «Posto» todo o tipo de coisas...”

(Filha 1)

“Tudo o que se identificar comigo. Normalmente aquelas citações com que me identifico, eventos ou notícias, apelos sociais, normalmente, coisas com que me identifico.”

(Mãe 2)

“Coisas que me interessam, por exemplo, às vezes partilho vídeos, vejo coisas sobre animais, sobre a ciência, mas geralmente são vídeos de comédia que eu mais vejo e partilho.”

(Filha 2)

“Sim. Músicas ou, às vezes, notícias que me interessem... Eu gosto muito de páginas sobre viagens e isso tudo... porque eu quero muito viajar e estou muito mais atenta a esse tipo de partilhas...”

(Filha 3)

As filhas para além de mais conhecedoras da *web*, em contexto doméstico, confessam seleccionar menos o tipo de partilhas que fazem nas redes sociais, fator que

pode ser justificado por pertencerem a uma geração que não foi educada para ser utilizador passivo nesta plataforma, como as gerações precedentes. Ponte & Cardoso (2008: 5) explicam-no:

Crianças e adolescentes não são receptores passivos de conteúdos, e a utilização das ferramentas e informações online pressupõe um elevado nível de interactividade, selecção e acção pessoal. Eles podem escolher o que mais lhes agrada, aquilo que mais querem usar – e fazem-no. Aqui, o ponto-chave é o empowering: fornecer os dados e ferramentas cognitivas necessárias para que os jovens possam aproveitar melhor a sua relação com os novos media e evitar os perigos indesejáveis.

Em jeito de conclusão podemos afirmar que, a diferença geracional entre mães e filhas entrevistadas, no que respeita à internet, caracteriza-se por um certo fosso, quer em tempo dispensado à sua utilização, quer no tipo de uso que fazem dela. Também na opinião pessoal sobre as redes sociais é visível alguma disparidade, pois enquanto as mães exprimem por iniciativa própria as desvantagens que uma utilização não regrada pode, eventualmente, ter, as filhas apenas falam delas quando são diretamente questionadas sobre a sua existência.

J. Vigilância e perigos associados à web

No seu discurso, as mães defendem um uso moderado das redes sociais, conscientes (com excepção da mãe 1) dos riscos inerentes à presença ativa nas redes sociais, mas apenas a família 2 especificou alguns dos riscos associados à internet, nomeadamente a entrada forçada em contas pessoais, o roubo de identidade e o *cyberbullying*. A mãe 3 considera que a exposição em demasia do quotidiano pessoal e

familiar constitui um dos riscos, não tendo as restantes entrevistadas definido qualquer risco associado à *web*.

“Se calhar, provavelmente, não sei. Não estou muito, nunca pensei muito sobre isso, muito honestamente...”

(Mãe 1)

“Sim. A mim, felizmente ainda não me aconteceu nada. Já tenho tido colegas com algumas situações chatas, como por exemplo, é usada a conta deles. Felizmente, por acaso, ainda não tive problemas, nunca me aconteceu e tento definir e vou-me orientando pelas instruções que lá tem.”

(Mãe 2)

“O roubo de identidade. Tenho um caso próximo a quem já fizeram. Também os insultos, o tão falado Cyberbullying. Pronto, acho que são as maiores desvantagens. E já me contaram que na América eles têm os dados das pessoas que criam Facebook, por cinquenta anos e... isso assusta-me um bocadinho...”

(Filha 2)

“Há, sim sim sim. Há pessoas que eu acho que se expõe muito nas redes sociais, ah... eu acho que isso é prejudicial.”

(Mãe 3)

Também na consciencialização das problemáticas de privacidade associadas à internet, em específico às redes sociais, verificamos uma discrepância entre famílias proporcional às habilitações das progenitoras. Na família 1, a mãe, detentora do menor grau de habilitações afirma não ter perdido muito tempo a pensar nos riscos que uma utilização excessiva das redes sociais pode ter. Enquanto que na família 2, onde a mãe é licenciada, ambas as entrevistadas reconhecem e exemplificam os perigos existentes nas redes sociais.

Nenhuma das entrevistadas mencionou por si a vigilância como um dos maiores riscos, em especial nas redes sociais, mas quando questionadas diretamente sobre os problemas relativos às falhas de privacidade, quatro das entrevistadas demonstram ter alguma consciência e conhecimento destas questões. As restantes (mãe 1 e filha 2) afirmam não ter sequer ouvido falar sobre o assunto. A filha 2 afirma inclusivamente que, na escola, local onde são, geralmente, abordados este tipo de situações, nunca a alertaram para tal. O que demonstra ainda haver um longo caminho a percorrer na prevenção dos perigos e riscos presentes na *web*.

“Sim. Agora na televisão sempre que falam das redes sociais falam sobre isso, sobre os casos e dos perigos principalmente...”

(Filha 1)

“Já ouvi falar de qualquer coisa, mas não estou por dentro do assunto, não posso falar sobre isso.”

(Mãe 2)

“Eu não costumo ouvir assim essas notícias, até porque na escola, que é onde eu sei dessas coisas e... nunca me falaram disso, por isso não tenho ideia.”

(Filha 2)

Tal como a filha 2, cerca de 65% dos adolescentes e dos pais portugueses afirmam haver pouca informação nas escolas sobre a segurança *online*. A prevenção para os riscos da *web* ainda não faz parte do programa escolar português, mas seria importante que as questões de segurança fossem abordadas em contexto escolar, pois como descrevem o relatório por países da EU Kids Online:

Teachers' readiness to deal with issues of internet safety and support children and their families is an urgent issue. So too is an investment in children's digital skills: although Portuguese children claim to have an average level of skills, they seem less able to use those skills when coping with risks.

O pouco conhecimento que as entrevistadas revelam ter sobre as falhas nas políticas de privacidade na internet foi conseguido através de notícias dadas pelos *media*. Porém, não definem que tipo de conhecimentos concretos adquiriram.

No que se refere às ferramentas de controlo mais comuns presentes nos navegadores de *web* (histórico de navegação e *cookies*), três das entrevistadas não têm qualquer conhecimento acerca da sua existência (mãe 1, filha 2 e mãe 3), duas admitem apenas saber que existem, mas sem conhecimentos concretos (mãe 2 e filha 3) e apenas uma (filha 1) demonstra possuir um conhecimento mais aprofundado do papel que desempenham no âmbito da vigilância das movimentações *online*.

Outro sinal da vigilância de que somos alvo no âmbito da nossa *e-vida* materializa-se diariamente no *Facebook* e no *Instagram* com as sugestões personalizadas para cada utilizador de páginas e «amizades». Todos os agregados familiares confessam já ter reparado nessas sugestões, apesar de nem sempre lhes atribuírem importância, as entrevistadas têm apenas alguma perceção de como são conseguidas. Descrevendo que são o resultado da junção de dados pessoais, como os «amigos» em comum e os «*likes*» distribuídos e associados em temáticas.

“As pessoas que me são sugeridas, normalmente, é porque temos amigos em comum... agora os artigos é porque pus like numa página, agora aparece outra... Acho que deve ser por isso.”

(Filha 1)

“Mas sim, eu própria vou gostando das páginas e depois vou sendo notificada desses eventos que estão relacionados com o meu interesse. Acho que é pela associação de páginas.”

(Mãe 2)

“Eles gerem, mais ou menos, pelos meus «gostos».”

(Filha 2)

“Ah... Não sei... Se calhar, por exemplo, baseados naquilo que eu gostei ou assim... ah... eles aparecem com esse tipo de páginas.”

(Filha 3)

Associada à referida necessidade de contenção no uso das redes sociais, estão as preocupações com o alcance e as consequências que as partilhas feitas podem ter na vida quotidiana atual e futura dos intervenientes. As mães inquiridas revelam ter alguma preocupação com o alcance e as consequências que as suas partilhas podem ter nas suas vidas, através da exposição pública, quer positiva, quer negativa com juízos de valor daí resultantes.

“Sim, claro que sim. Para o bem e para mal, não é? Acho que são boas, no meu caso, para dar a conhecer um bocadinho do meu trabalho, porque sou manicure e maquilho, e assim posso pôr lá fotos para verem o meu trabalho. E se gostarem vão dar-me trabalho. Mas também acho que em excesso são más, porque conheço pessoas que falam e mostram demais da vida delas e acho isso mau.”

(Mãe 1)

“De alguma forma, digamos que sim. Pode interferir um bocadinho, se calhar estamos e somos mais expostos em certas situações que, se as redes sociais não existissem, isso não aconteceria. Não é? Por exemplo, se estivemos num evento e somos identificados numa foto, o nosso grupo de amigos vai tomar conhecimento e vai saber onde estivemos e o que fizemos. Enquanto se isso não existisse, estávamos no nosso canto e não era assim invadida a nossa privacidade. Mas claro, nós é que temos de controlar, não é?”

(Mãe 2)

“Ah... não tenho por hábito partilhar nada que me coloque em causa, só mesmo frases que me dizem alguma coisa e pouco mais... Mas acho que para quem partilha o que faz, ou o que deixa de fazer, que sim que tem consequências na vida deles, as pessoas sabem sempre onde eles estão e o que estão a fazer. E... não concordo muito com isso, acho até que é perigoso.”

(Mãe 3)

As filhas, por seu turno, demonstram não ter tanta consciência ou pelo menos, não dar tanta importância às consequências quotidianas que as suas partilhas podem ter, preocupando-se mais com a opinião pessoal dos seus pares, nomeadamente no que diz respeito às suas fotografias pessoais e às questões de imagem. Uma das filhas (3) afirma, inclusivamente, não se preocupar com as partilhas que faz *online* por considerar estarem totalmente controladas e, por isso, sem consequências negativas.

“Sim. Principalmente quando são fotos, tenho de ver se está bonitinha e se não estou mal... Porque os outros vão ver e fazer comentários e assim. Não penso muito... simplesmente posto aquilo que quero e que acho que vão gostar e que está bonito...”

(Filha 1)

“Sim, de alguma forma sim. Por exemplo se eu meter uma foto mais provocante no Instagram, claro que não me vão ver como uma menina inocente, não é? Acho eu, não sei.”

(Filha 2)

“Não me costumo preocupar muito, acho que as partilhas que faço não têm nada de mal...”

(Filha 3)

Tanto as adolescentes como as mães dizem ponderar as partilhas que fazem nas redes sociais pensando na opinião e nos juízos de valor que causam junto dos seus

pares, por saberem que estão automaticamente ao alcance deles. Ora, se definem as suas partilhas em função dos vínculos sociais, as redes sociais têm o mesmo efeito que o modelo panótico de Bentham, pois as entrevistadas controlam as suas próprias partilhas por saberem estar sobre controlo social constante. Foucault define que:

Este reino da «opinião», invocado com tanta frequência nesta época, é um tipo de funcionamento em que o poder poderá se exercer pelo simples fato de que as coisas serão sabidas e de que as pessoas serão vistas por um tipo de olhar imediato, coletivo e anônimo. Um poder cuja instância principal fosse a opinião não poderia tolerar regiões de escuridão. Se o projeto de Bentham despertou interesse, foi porque ele fornecia a fórmula, aplicável a muitos domínios diferentes, de um «poder exercendo-se por transparências», de uma dominação por «iluminação».

(Foucault, in Bello, 2011: 142)

Ainda no espectro das perturbações que as partilhas pessoais podem, eventualmente, ter na vida quotidiana dos utilizadores, não podemos esquecer a *pegada digital* de cada utilizador gerada por cada passo que vamos dando *online*. Perguntámos às entrevistadas se estavam a par desta realidade e se tinham consciência que todas as partilhas, mesmo aquelas que já foram eliminadas, continuam presentes na *web*. Todas as entrevistadas, excluindo a mãe 3, mostraram ter conhecimento dessa marca que vão deixando na internet.

De modo a tentar limitar esta exposição e a pegada a ela associada, todas as entrevistadas revelam algum conhecimento e uma utilização personalizada das definições de privacidade das redes sociais, de forma a expor as partilhas apenas aos seus «amigos». Mas ao passo que as mães se inclinam para predefinir, a montante, que todas as partilhas se dirijam apenas aos seus «amigos», com exceção da mãe 2 que define a privacidade em função das partilhas, as filhas definem sempre a privacidade de acordo com o tipo de partilhas e/ou a rede social em questão.

“Eu tenho tudo restrito, só para pessoas, da minha..., amigos e familiares. As outras pessoas não têm acesso a essas partilhas.”
(Mãe 1)

“Sim, costume. Normalmente, limito aquilo que quero que se partilhe ou não.”
(Mãe 2)

“Eu só mesmo, eu só partilho para amigos.”
(Mãe 3)

“Eu ponho as minhas fotos só para amigos e não para amigos de amigos e coisas assim... Tenho esse cuidado... E aquelas fotos mais pessoais, ou ponho só para mim ou para amigos chegados...”
(Filha 1)

“O meu Instagram é privado e o meu Facebook é limitado para amigos, portanto, sim.”
(Filha 2)

“Sim. Por exemplo, no Facebook, só costume partilhar com os meus amigos. No Instagram eu não tenho o perfil como privado, é público, mas tudo o que tenho lá é só fotografias. Quase não tenho fotografias minhas...”
(Filha 3)

As competências de *web* demonstradas pelas jovens estudadas corroboram o oitavo lugar que o país ocupa, entre os países europeus, de jovens com maior domínio das ferramentas *online* por saberem utilizar definições de privacidade e por reconhecerem o histórico de navegação e as *cookies* (Livingstone et al., 2012).

Importa referir que todas as filhas têm perfil, para além do *Facebook*, no *Instagram*, que duas têm também no *Twitter* (1 e 2) e apenas uma no *Snapchat* (2), sendo que a filha 3 tem também perfil no *Tumblr*, no *Olhares* e no *Pinterest*. Dado que definem a privacidade de acordo com a rede social em que fazem a partilha,

perguntámos às adolescentes se nas redes sociais em que as mães não estão presentes (só têm conta no Facebook) fazem partilhas que não fariam caso a mãe estivesse inscrita. Duas das entrevistadas confessaram que sim (1 e 2), ao contrário da terceira que afirma não proceder dessa forma.

“Ah... No Instagram, as fotos que ponho lá, ponho-as logo diretamente a postar no Facebook, porque a minha mãe sabe que eu ponho aquelas fotos, e acho que aquelas fotos não têm nada de mal e também acho que ela também não vai achar. No Twitter já ponho assim coisas que são mais frases, não é à base de fotos, em que era um bocadinho estranho se a minha mãe visse...”

(Filha 1)

“Hm... sei lá... Se calhar aproveito para postar mais pensamentos e assim, mais as coisas que me vão acontecendo... E fotos que não quero muito que ela veja (risos). Se calhar um bocado, sei lá...”

(Filha 2)

As adolescentes são ativas em várias redes sociais, essencialmente, por verem nelas uma forma de se assumirem enquanto cidadãs únicas e como forma de demonstrarem a sua personalidade numa fase em se encontram em constantes mudanças. Por considerarem que dominam a *web*, não se preocupam com os riscos nela presentes e aceitam o controlo social em troca da *e-vida* que permite.

Os agregados familiares alvo deste estudo demonstraram conhecer a existência de riscos, especialmente, no que diz respeito à manutenção da privacidade aquando da utilização da internet e saberem usar as definições de privacidade das redes sociais como forma de tentar preservar a sua privacidade. As jovens são mais ativas nas redes sociais e têm mais perfis que as mães e, maioritariamente (em dois dos três casos)

confessam preocupar-se mais com o controlo feito pela mãe do que com as referidas falhas de privacidade da rede.

Em jeito de conclusão, em contexto monoparental, tal como noutras circunstâncias, quando associamos o relacionamento do agregado com as práticas, os conhecimentos e as limitações impostas face à *pegada digital* e às suas consequências, deparamo-nos com uma certa vulnerabilidade na consciencialização dos riscos e na regulação de comportamentos. Nestas famílias podemos relacionar a presença quotidiana de apenas um dos progenitores ao vincar do relacionamento entre mãe e filha até um nível que é confundido com a amizade e que pode levar a falhas na imposição de normas por parte da mãe. Assim, as mães tendem a não conseguir mediar as práticas e os comportamentos das filhas na *web*, pois apesar de o tentarem fazer, a primazia das adolescentes neste meio permite-lhes evitar o controlo que as progenitoras pretendem exercer.

CONCLUSÃO

Ao terminarmos este nosso estudo exploratório, mais do que certezas, apresentamos novos desafios e pistas de reflexão. Os resultados e as contrariedades com as quais nos deparamos, assim como a natureza exploratória da nossa amostra não permitem que generalizemos as suas vulnerabilidades face aos conhecimentos e ao grau de consciencialização quanto à *pegada digital* e às suas consequências. Todavia, identificamos, claramente, défices sociais e educacionais.

A nossa dissertação procurou refletir sobre as repercussões que um quotidiano monoparental feminino pode ter na vivência *online* das adolescentes, pertencentes a uma geração entusiasta e ativa na *web* e que a vê como parte integrante da sua vida pessoal e social. Através da metodologia qualitativa e da entrevista semi-estruturada, analisámos as vivências de três famílias monoparentais femininas com descendentes também do sexo feminino, inseridas no contexto urbano de Braga, face ao conhecimento que têm da existência do *ciberpanótico*. Desta forma, procurámos fundamentar o tipo de comportamento que as adolescentes que vivem quotidianamente apenas com a mãe têm no respeitante à privacidade e à vigilância das redes sociais.

Retomando a primeira hipótese de trabalho que defendia que as jovens, em famílias monoparentais regidas pela mãe, se encontravam mais vulneráveis à hiperexposição devido aos conhecimentos, valores e normas serem estabelecidos por apenas uma pessoa, podemos afirmar que a mãe ao ser a única responsável pelo agregado familiar tende, de facto, a não conseguir afirmar as suas imposições junto da filha. A grande proximidade entre mãe e filha, que vai até à confusão com a amizade, leva a que a mãe, apesar de procurar transmitir e impor os valores e normas socialmente impostos,

nem sempre consiga o devido acompanhamento da filha. Em muito, por em contexto familiar, a figura de pulso ser mais associada ao pai e a de carinho à materna.

A segunda hipótese de investigação que definimos legítima que no mundo da *web* são as adolescentes as maiores conhecedoras e as principais responsáveis, em contexto familiar, pela partilha de conhecimentos relativos às suas ferramentas. Verificamos a veracidade desta afirmação ao concluir haver uma inversão nos papéis familiares no respeitante às novas tecnologias da informação e da comunicação, sendo sobretudo as adolescentes a assumir nestas o papel de educadoras em contexto doméstico. As mães não estão tão a par das informações e das definições existentes na internet e nas redes sociais e acabam por recorrer às filhas quando têm alguma dúvida ou quando precisam de fazer algo que ainda não tinham feito.

A terceira, e última, hipótese de estudo considerava que, nestes agregados familiares, as adolescentes apesar de terem consciência das violações de privacidade na esfera digital e de conhecerem formas de tentar salvaguardar-se delas, se preocupam mais com a vigilância que as mães exercem sobre si do que com a *pegada digital* que deixam. Uma vez mais, foi possível comprovar esta teoria, dado que todos os agregados familiares se revelaram conhecedores e utilizadores das definições de privacidade permitidas nas redes sociais. Porém, as filhas ponderam, a cada partilha, a privacidade e a rede social onde a vão fazer, acabando por fazer partilhas mais restritas na rede social onde as mães estão presentes (*Facebook*) do que nas restantes redes sociais onde têm perfis longe do olhar das mesmas.

Como em todas as investigações científicas, no decorrer do nosso processo deparamo-nos com algumas dificuldades associadas, essencialmente, à descoberta de agregados familiares que correspondessem às características pré-estabelecidas e que se

mostrassem disponíveis para colaborar connosco. Quando, finalmente, conseguimos as três famílias para entrevistar deparamos com adversidades no ajustamento das agendas face ao limitado tempo que tínhamos para terminar a investigação.

Ao analisar os dados obtidos junto das entrevistadas apercebemo-nos que se tivéssemos que repetir ou alargar o nosso estudo procederíamos, doravante, de forma algo distinta. Desde logo, haveria a necessidade de detalhar mais pormenorizadamente o historial familiar dos agregados. Seria importante perceber se, apesar de serem famílias monoparentais femininas, existe um apoio que vai para além do financeiro por parte dos progenitores (à exceção das famílias monoparentais resultantes de viuvez) ou de outros familiares que apoiem, diretamente, a mãe na educação da adolescente. Ou seja, se o pai ou outros familiares também têm algum papel na regulação de comportamentos, práticas e partilhas das jovens nas redes sociais. E se esses mesmos familiares consciencializam as adolescentes em questões relativas à *pegada digital*.

Por ser uma investigação de cariz exploratório, a nossa dissertação pode tomar novos rumos e servir de base para uma investigação mais generalizada e pormenorizada. Como novos caminhos poderia ser apontada a comparação das práticas e comportamentos dos jovens e dos seus agregados familiares entre os grupos familiares monoparentais femininos, alvo preferencial de estudo, e grupos familiares nucleares. A fim de se conseguir perceber se estas práticas são, verdadeiramente, mais vulneráveis junto das famílias não nucleares.

Outro rumo que a investigação poderia tomar, passaria pela prevenção/intervenção social junto das famílias monoparentais femininas cujas vulnerabilidades são comprovadas nas falhas existentes não apenas a nível económico, mas também na transmissão de normas e valores sociais. Tais carências podem interferir na formação

das adolescentes enquanto cidadãs e deixar marcas que ultrapassam o contexto da web, influenciando a vida social e familiar, presente e futura, das intervenientes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Albarello, L. *et al.* (1997). *Práticas e métodos de investigação em Ciências Sociais* (L. Batista trad.). Lisboa: Gradiva. (obra original publicada em 1995).
- Alboim, S. & Wall, K. (2002). Tipos de família em Portugal: interações, valores, contextos [versão eletrónica], *Análise Social*, 163, pp. 475-506.
- Alboim, S. (2003). Evolução das estruturas domésticas [versão eletrónica], *Sociologia, Problemas e Práticas*, 43, pp. 13-30.
- Almeida, A.; Alves, N.; Delicado, A. & Carvalho, T. (2013). Crianças e a internet: a ordem geracional revisitada [versão eletrónica], *Análise Social*, 207, pp. 340-366.
- Bello, C. (2011). Visibilidade, vigilância, identidade e indexação: questão da privacidade nas redes sociais digitais [versão eletrónica], *Logos*, 34, pp. 139-151.
- Amaro, M. (2012). *Urgências e Emergências do Serviço Social*. Lisboa: Universidade Católica.
- Baliana, L. (2013). *Monoparentalidade feminina e seus desafios: um estudo exploratório*. Dissertação de mestrado não publicada, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal.
- Bentham, J. (1995). Panopticon or the Inspection-house. In M. Bozovic (Ed.). *The panopticon writings*. Londres: Verso. Recuperado em 3 outubro, 2013, de <http://cartome.org/panopticon2.htm>.
- Boonaert, T. & Vettenburg, N. (2011). Young people's internet use: divider or diversified? [versão eletrónica], *Childhood*, 18, pp. 54-66.
- Brignall, T. (2002). The new panopticon: the internet viewed as a structure of social control [versão eletrónica], *Theory & Science*, 3.

Castro, G. (2013). *O panóptico virtual ou «quem vigia quem?»*. Elementos para pensar a imersão nas redes sociais online, I Colóquio Internacional Mídia e Discurso na Amazônia – Desafios contemporâneos: apropriação e regimes de visualidades. Recuperado em 10 janeiro, 2014, de http://www.researchgate.net/publication/259673352_O_Panptico_virtual_ou_quem_vigia_quem_Elementos_para_pensar_a_imerso_nas_redes_sociais_online.

Catillo, M. (1997). Estudio del pensamiento de Cesare Beccaria, en la evolución del aparato punitivo. In G. Valdés (Dir.). *História de la prisión. Teorías economicistas. Crítica* (pp. 91-111). Madrid: Edisofer.

Cella, J. (2013). Controle social e necessidade de proteção de dados pessoais [versão online], *Revista Democracia Digital e Governo Eletrônico*, 9, pp. 158-171.

Central de Proteção e Segurança da Microsoft. *O que é cookie?*. Recuperado em 1 abril, 2015, de <https://www.microsoft.com/pt-br/security/resources/cookie-what-is.aspx>.

Cruz, S. & Restivo, F. (2014). Criminalidade invisível: os jovens e os riscos das redes sociais [versão eletrônica], *Interconexões*, vol. 2, nº.2, pp. 105-118.

Duarte, J. (n.d.). *Entrevista em profundidade*. Local de edição desconhecido.

Esteves, A. (2010). *Entre o crime e a cadeia: violência e marginalidade no Alto Minho (1732-1870)*. Tese de Doutoramento, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga, Portugal.

Definição de Hacker - Franco, F., Villar, M., Almeida, J. & Casteleiro, J. (2002). *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores. p. 922.

Fernandes, J. (2013). Da utopia da sociedade em rede à realidade da sociedade de risco [versão eletrônica], *Análise Social*, 207, pp. 260-286.

- Foucault, M. (2002). *Os anormais* (2a ed.). (E. Brandão Trad.). São Paulo: Martins Fontes. (Obra original publicada em 1976).
- Foucault, M. (2007). *Vigiar e punir: nascimento da prisão* (33a ed.). (R. Ramalheira Trad.). Petrópolis: Editora Vozes. (Obra original publicada em 1987).
- Foucault, M. (2008). *Segurança, território, população*. (E. Brandão Trad.). São Paulo: Martins Fontes. (Obra original publicada em 1978).
- Fróis, C. (2010). Reflexões em torno do conceito de anonimato [versão eletrónica], *Análise Social*, 194, pp. 165-177.
- Fróis, C. (2011). *Vigilância e poder*. Lisboa: Editora Mundos Sociais.
- Gammon, A. (2010). *Google's panopticon*. Recuperado em 10 dezembro, 2013, de <http://www.umaine.edu/honors/files/2009/06/gommon1.pdf>.
- Ganascia, J. (2010). The generalized sousveillance society [versão eletrónica], *Social Science Information*, 49, pp. 488-507.
- Giddens, A. (2008). *Sociologia* (6a ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Gomes, A. (2010). *Acompanhamento Social às Famílias beneficiárias do Rendimento Social de Inserção*. Dissertação de mestrado não publicada, Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas, Instituto Universitário de Lisboa, Portugal.
- Gonçalves, G. (2012). Polícia, ordem pública e «novas» formas de vigilância: as dinâmicas e os dilemas da segurança [versão eletrónica], *Análise Social*, 204, pp. 714-725.
- Granja, B. (2008). *Assistente Social - Identidade e saber*. Dissertação de Doutoramento, Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar, Universidade do Porto.
- Guerra, I. (2006). *Pesquisa Qualitativa e análise de conteúdo: sentidos e formas de uso*. Estoril: Principia.

Haddon, L.; Livingstone, S. & EU Kids Online network. (2012). *EU Kids Online: National perspectives*.

Hintz, H. (2001). Novos tempos, novas famílias? Da modernidade à pós-modernidade [versão eletrónica], *Pensando Famílias*, 3, pp. 8-19.

Internet Live Stats, *Live*. Recuperado em 27 novembro, 2015, de <http://www.internetlivestats.com>.

Lalanda, P. (1998). Sobre a metodologia qualitativa na pesquisa sociológica, *Análise Social*, 148, 871-883.

Laranjeiro, A. (2013). Google condenada a pagar 900 mil euros por violação de dados em Espanha, *Jornal de Negócios*. Recuperado em 8 janeiro, 2014, de http://www.jornaldenegocios.pt/empresas/tecnologias/detalhe/google_condenada_a_pagar_900_mil_euros_por_violacao_de_dados_em_espanha.html

Lavoura, L. (2009). *Poder e subjetivação segundo Foucault e Deleuze*. Tese de mestrado não publicada, Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, Portugal. Recuperado em 11 outubro, 2013, de <http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/23200/2/tesemestluislavoura000093703.pdf>.

Leandro, E. (2009). *Sociologia da família nas sociedades contemporâneas*. Lisboa: Universidade Aberta.

Leandro, E. (Coord.). (2011). *Laços familiares e sociais*. Aveiro: Psicosoma.

Lee A. & Cook, P. (2014). The conditions of exposure and immediacy: Internet surveillance and Generation Y. *Journal of Sociology*, 1440783314522870, 1-15. Recuperado em 13 de agosto, 2014, de <http://jos.sagepub.com/search/results?fulltext=The+conditions+of+exposure+and+immediacy%3A+Internet+surveillance>

+ a n d + G e n e r a t i o n

+Y&x=0&y=0&submit=yes&journal_set=spjos&src=selected&andorexactfulltext=and.

S.A. (2015). Internet se converte em campo de batalha para terroristas, *Fighting Terrorism and Promoting Freedom*. Recuperado em 27 novembro, 2015, de www.defenddemocracy.org/media-hit/internet-se-converte-em-campo-de-batalha-para-terroristas/#sthash.Mz8XCxFF.dpuf.

Livingstone, S.; Haddon, L.; Görzig, A. & Ólafsson, K. (2012). *EU Kids Online: Relatório Final 2011*. Londres: The London School of Economics and Political Science.

Machado, H.; Silva, S. & Amorim, A. (2010). Políticas de identidade: perfil de DNA e a identificação genético-criminal [versão eletrónica], *Análise Social*, 196, pp. 537-553.

Malícia, A. (2012). *Estratégias de vida utilizadas pelas famílias monoparentais femininas em situação de vulnerabilidade social*. Dissertação de mestrado não publicada, Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, Portugal.

Manzini, E. (n.d.). *Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros*. São Paulo: Universidade Estadual Paulista. Recuperado em 18 janeiro, 2016, de <http://www.sepq.org.br/Isipeq/anais/pdf/gt3/04.pdf>.

Marimoto S. & Friedland, L. (2010). The lifeworld of youth in the information society [versão eletrónica], *Youth Society*, 43, pp. 549-567.

Marktest. (2015). *Observatório*. Recuperado em 27 novembro, 2015, de <http://www.marktest.com/wap/a/p/id~a8.aspx>.

Martins. H. (2004). Metodologia qualitativa de pesquisa, *Educação e Pesquisa* [versão eletrónica], 30, 289-300.

- Marwick, A. (2012). The public domain: social surveillance in everyday life [versão eletrónica], *Surveillance & Society*, 9, pp. 378-393.
- Mendes, J. (2011). França multa Google em 100 mil euros por violação de privacidade, *Exame Informática*. Recuperado em 8 janeiro, 2014, de <http://exameinformatica.sapo.pt/noticias/mercados/2011-03-21-franca-multa-google-em-100-mil-euros-por-violacao-de-privacidade>.
- Mioto, R. (2004). Trabalho com famílias: um desafio para os assistentes sociais [versão eletrónica], *Revista Virtual Textos & Contextos*, 3, pp. 1-15.
- Nascimento, L. (2009). Vigilância nos sites de rede social: apontamentos para o contexto latino-americana a partir do estudo do Facebook.com, *Vigilância, Segurança e Controle Social*, pp. 564-584.
- Oliveira, N. (2009). *Recomeçar: família, filhos e desafios*. São Paulo: Editora UNESP.
- Olmo, P. (2005). El concepto de control social en la historia social: estructuración del orden y respuestas al desorden, [versão eletrónica], *Historia Social*, 51, pp. 73-91.
- Parra, R. (1997). Jeremy Bentham. El utilitarismo y su influencia en la reforma del sistema penitenciario. In G. Valdés (Dir.). *Historia de la prisión*. Teorías economicistas. Crítica (pp. 133-147). Madrid: Edisofer.
- Pereira, A. (2006). O ginásio, um panóptico de Bentham para o cuidado de si? [versão eletrónica], *Sociologia, Problemas e Práticas*, 51, pp. 117-138.
- Petrini, G. (2009). Significados social de família [versão eletrónica], *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo*, 16, pp.111-121.
- Pinto, C. (2011). *Representações e práticas do Empowerment nos trabalhadores sociais*, tese de doutoramento, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, Portugal.

- Ponte, C. & Cardoso, D. (2008). *Entre nativos digitais e fossos geracionais. Questionando acessos, usos e apropriações dos novos media por crianças e jovens*. Lisboa: XVI Encontro da Adolescência.
- Ponte, C. (2011). *Acessos e literacias digitais: resultados portugueses do inquérito europeu EU Kids Online*. Universidade do Minho, Braga: Congresso Nacional de "Literacia, Media e Cidadania".
- Raleiras, M. (2009). *Identidade, Internet e Subjetivação*. Os sites de redes sociais. Dissertação de mestrado não publicada, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal.
- Saraceno, C. (1997). *Sociologia da família*. (M. Azevedo Trad.). Lisboa: Editorial Estampa. (Obra original publicada em 1988).
- Séneca, H. Wikileaks: utilizadores de iPhones, Blackberrys e Gmail estão a ser espiados, *Exame Informática*. Recuperado em 27 novembro, 2015, de <http://exameinformatica.sapo.pt/noticias/mercados/2011-12-02-wikileaks-utilizadores-de-iphones-blackberrys-e-gmail-estao-a-ser-espiados>.
- Simionato, M. & Oliveira R. (2003). *Funções e transformações da família ao longo da história*. [I Encontro Paranaense de Psicopedagogia]. Recuperado em 12 dezembro, 2013, de <http://www.abpp.com.br/abppprnorte/pdf/a07simionato03.pdf>.
- Simões, R. (2011). *As redes sociais na adolescência em Portugal – Quem as utiliza? Estudo de caso nos alunos do 2º e 3º ciclo do ensino básico em alguns conselhos*, tese de mestrado não-publicada, Instituto Superior de Estatística e Gestão da informação, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Portugal.
- Sousa, M. & Baptista, C. (2011). *Como fazer investigação, dissertações e relatórios segundo Bolonha*. Lisboa: Pactor.

Verbeek, P. (2006). Tecnopólis: a vida pública dos artefactos tecnológicos [versão eletrónica], *Análise Social*, 181, pp. 1105-1125.

Wall, K. & Lobo, C. (1999). Famílias monoparentais em Portugal, *Análise Social*, 150, pp. 123-145.

Wall, K. (2003). Famílias monoparentais [versão eletrónica], *Sociologia*, 43, pp. 51-66.

Zimmer, M. (2007). *The panoptic gaze of web 2.0: how web 2.0 platforms act as infrastructures of dataveillance*. New York: New York University.

Zimmer, M. (2009). *O panótico está superado? Estudo etnográfico sobre a vigilância eletrônica*. Programa de pós-graduação, Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.

ANEXOS

ANEXO N.º 1: Grelha analítica

GRELHA ANALÍTICA			
RELAÇÃO MÃE-FILHA	<p>Quotidiano familiar:</p> <ul style="list-style-type: none"> - partilha de tarefas domésticas; - o que fazem (normalmente) no tempo em que passam juntas (lazer); - partilha (diálogo) sobre os acontecimentos quotidianos; - as novas tecnologias da informação no quotidiano familiar; - a internet e as redes sociais como meio de comunicação familiar. <p>Partilha de conhecimentos e práticas sobre a <i>web</i>:</p> <ul style="list-style-type: none"> - inversão no papel de transmissão em torno dos conhecimentos digitais; - consciência das vantagens/desvantagens da presença ativa na internet; - limitações no acesso e tempo de uso de plataformas <i>online</i>; 		
PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES ONLINE	<p>Utilização da internet e das redes sociais:</p> <ul style="list-style-type: none"> - quantas vezes por semana as utilizam; - média de tempo por utilização por dia; - espaços a partir dos quais se acede (casa, trabalho/escola, rua); - modo de acesso (tablet, pc pessoal, pc partilhado, telemóvel, etc.) - tipo de utilização (chat, jogos, actualidade, hobbies, musica, etc..) <p>Representações sobre o universo <i>online</i>:</p> <ul style="list-style-type: none"> - importância dada à <i>e-vida</i>; - opinião geral sobre a internet e as redes sociais; - vida ativa nas redes sociais enquanto <i>performance</i> social e imitação dos pares. 		
VIGILÂNCIA ONLINE	<p>Conhecimentos sobre riscos e vigilância <i>online</i>:</p> <ul style="list-style-type: none"> - notícias sobre falhas na privacidade <i>online</i>; - papel do histórico de navegação e das <i>cookies</i>; - sugestões individualizadas de pessoas, artigos, informações e comportamentos. <p>Preocupações com as partilhas <i>online</i>:</p> <ul style="list-style-type: none"> - controlo familiar de parte-a-parte; - consciência da influência que a <i>e-vida</i> pode ter na vida social, profissional e familiar; - informação eliminada, mas sempre com resíduos presentes; - continuação das práticas de partilha sem limitação; - utilização de ferramentas de privacidade apenas para alguns elementos familiares; - presença em redes sociais fora do alcance familiar; - vida ativa nas redes sociais para se demonstrar enquanto ator social e porque os pares também as fazem. 		
CARATERIZAÇÃO SÓCIO-DEMOGRÁFICA	<table style="width: 100%; border: none;"> <tr> <td style="width: 50%; vertical-align: top;"> <p>Mãe: Idade; Escolaridade; Profissão; Estado civil.</p> </td> <td style="width: 50%; vertical-align: top;"> <p>Filha: Idade; Escolaridade que frequenta.</p> </td> </tr> </table>	<p>Mãe: Idade; Escolaridade; Profissão; Estado civil.</p>	<p>Filha: Idade; Escolaridade que frequenta.</p>
<p>Mãe: Idade; Escolaridade; Profissão; Estado civil.</p>	<p>Filha: Idade; Escolaridade que frequenta.</p>		

ANEXO N.º 2: Guião de entrevista (mãe)

APRESENTAÇÃO E OBJECTIVOS DA ENTREVISTA

Esta entrevista tem por objetivo abordarmos as **práticas e comportamentos na internet**, mais concretamente nas redes sociais, no contexto de uma investigação exploratória para uma dissertação de mestrado em Serviço Social na UCP-Braga. Para além das suas práticas na *web*, falaremos um pouco acerca do seu quotidiano familiar.

ENTREVISTA

I. Relação mãe-filha

Vamos abordar, em termos gerais, o seu **quotidiano familiar**:

1. O que fazem normalmente no tempo em que passam juntas (ficar por casa, ir às compras, cinema, passear, conversar, ...)?

- Têm como hábito conversar diariamente ou ocasionalmente sobre os acontecimentos que marcam o do dia-a-dia?

- Como/se mantém o contacto entre si no dia-a-dia quando não estão juntas (chamadas telefónicas, sms, internet, ...)?

- Como caracteriza a relação mãe-filha (relação de mãe/filha, de amizade, proximidade, etc.)?

2. Na relação mãe-filha há também a partilha de conhecimentos e hábitos quotidianos, como costumam ser partilhados? Esta transmissão é feita maioritariamente por si ou há abertura para uma troca de conhecimentos?

- Quem toma, maioritariamente, a iniciativa de partilhar os acontecimentos diários?

- Sente ser a responsável pela partilha de conhecimentos e hábitos com a sua filha?

- Costuma dar espaço à sua filha para partilhar consigo conhecimentos que adquira?

Em que áreas sente mais essas necessidades? No caso das novas tecnologias da informação tende a ser a sua filha a ensinar-lhe as ferramentas?

3. No que respeita especificamente às tecnologias da informação (internet e redes sociais) qual a visão e quais as práticas da sua família?

- Há partilha de conhecimentos relativos às ferramentas *online*? Quais?

- Falam sobre as vantagens e desvantagens de uma vida social ativa na *web*? Quais?

- Impõe limites ao tempo, às plataformas e às partilhas que podem ser feitas nas redes sociais pela sua filha? Como?

- Demonstra preocupações com as consequências que as partilhas quotidianas na *web* podem ter não só no presente, mas também futuramente na vida da sua filha ou mesmo na sua? Como?

- controla e intervém nas partilhas feitas pela sua filha, nem que para isso tenha pedir apoio a outrém?

II. Representações e práticas online

1. Gostaríamos agora de saber qual a utilização que faz da internet e das redes sociais, mais concretamente:

- quantas vezes utiliza a internet por semana?

diariamente 3/4 vezes por semana 1/2 vezes p/ semana outro: _____

- se utiliza diariamente em média por quanto tempo?

menos que 1h entre 1h e 2 h entre 2h e 3h mais do que 3h outro: _____

- onde utiliza a internet?

casa trabalho ambos outro: _____

- através de que meio(s)?

computador telemóvel ambos outro: _____

2. Nesse tempo que utiliza a internet fá-lo com que objetivos? Conhecer novas pessoas? Meio de comunicação? Redes sociais? Trabalho? Jogos? Cultura? Música? Filmes? Pesquisa?

- Quais as plataformas que mais utiliza? (YouTube, Google, Facebook, Office, ...).

Que práticas faz em cada uma delas?

3. Que importância considera ter a internet na sua vida quotidiana, social e familiar?

- Qual é a sua opinião pessoal em relação às redes sociais?

- Dá relevância à *e-vida*? Porquê?

- Que tipo de partilhas faz nas redes sociais (notícias, chat, fotografias, música, ...)?

III. Preocupações com a vigilância *online*

1. Considera haver riscos aquando da utilização da internet e das redes sociais? Quais?

- Tem conhecimento de notícias sobre falhas nas políticas de privacidade na internet, que expõem socialmente informações pessoais e institucionais?

- Conhece o papel dos históricos de navegação e *cookies*?

- Considera as sugestões individualizadas feitas nas redes sociais benéficas? Sabe como são feitas (artigos, informações, ‘amizades’, ...)?

2. Quanto às partilhas feitas nas redes sociais, quais são as suas principais preocupações?

- O alcance que podem ter?

- Considera que a vida social, familiar e profissional pode ser diretamente influenciada por elas?

- Tem conhecimento que a simples eliminação/supressão de partilhas não basta para que deixem de existir? Que os resíduos ficam sempre e ao alcance de quem os sabe procurar?

3. Como costuma fazer as partilhas nas redes sociais? Sem limitações? Utilizando as ferramentas de privacidade? Como?

- (des)conhecimento das ferramentas de privacidade;

- utilização das ferramentas de privacidade apenas para alguns elementos;

- presença em redes sociais apenas para controlo das partilhas da filha?

- perfil nas redes sociais para se manter socialmente ativa?

IV. Caracterização sócio-demográfica

1. Idade: _____

2. Escolaridade: _____

3. Estado Civil: _____

4. Profissão: _____

ANEXO N.º 3: Guião de entrevista (filha)

APRESENTAÇÃO E OBJECTIVOS DA ENTREVISTA

Esta entrevista tem por objetivo abordarmos as **práticas e comportamentos na internet**, mais concretamente nas redes sociais, no contexto de uma investigação exploratória para uma dissertação de mestrado em Serviço Social na UCP-Braga. Para além das suas práticas na *web*, falaremos um pouco acerca do seu quotidiano familiar.

ENTREVISTA

I. Relação mãe-filha

Podes falar-nos, em termos gerais, do teu **quotidiano familiar**:

1. O que fazem normalmente no tempo em que passam juntas (ficar por casa, ir às compras, cinema, passear, conversar, ...)?

- Têm como hábito conversar diariamente ou ocasionalmente sobre os acontecimentos que marcam o do dia-a-dia?

- Como/se mantém o contacto entre si no dia-a-dia quando não estão juntas (chamadas telefónicas, sms, internet, ...)?

- Como caraterizas a vossa relação mãe-filha (relação de mãe/filha, de amizade, proximidade, etc.)?

2. Na relação mãe-filha há também a partilha de conhecimentos e hábitos quotidianos, como costumam fazer essas partilhas? Esta transmissão é feita maioritariamente pela tua mãe ou há abertura para uma troca de conhecimentos?

- Quem toma, maioritariamente, a iniciativa de partilhar os acontecimentos diários?

- Sentes que a tua mãe é a principal responsável pela partilha de conhecimentos e hábitos que deves seguir?

- Costumas partilhar com a tua mãe os conhecimentos que adquires no teu dia-a-dia? Em que áreas/assuntos o fazes mais? No caso das novas tecnologias da informação tendes a ser a maior conhecedora das ferramentas e és tu quem as ensina à tua mãe?

3. No que respeita especificamente às tecnologias da informação (internet e redes sociais) qual a tua visão e quais as práticas da tua família?

- Há partilha de conhecimentos relativos às ferramentas *online*?

- Falam sobre as vantagens e desvantagens de uma vida social ativa na *web*?
- Tens limite de tempo, plataformas ou partilhas que pode fazer com autorização da mãe? Como?
- Preocupaste com as consequências que as partilhas quotidianas na *web* podem ter não só no presente, mas também no futuro?
- A tua mãe intervém diretamente nas partilhas que fazes? Como?
- As tuas partilhas são controladas pela tua mãe?

II. Representações e práticas online

1. Gostaríamos agora de saber qual a utilização que faz da internet e das redes sociais, mais concretamente:

- quantas vezes utilizas a internet por semana?
diariamente 3/4 vezes por semana 1/2 vezes p/ semana outro: _____
- se utilizas diariamente em média por quanto tempo?
menos que 1h entre 1h e 2 h entre 2h e 3h mais do que 3h outro: _____
- onde utilizas a internet?
casa trabalho ambos outro: _____
- através de que meio(s)?
computador telemóvel ambos outro: _____

2. Nesse tempo em que utilizas a internet com que objetivos o fazes? Conhecer novas pessoas? Meio de comunicação? Redes sociais? Trabalho? Jogos? Cultura? Música? Filmes? Pesquisa?

- Quais as plataformas que mais utilizas (YouTube, Google, Facebook, Office, ...)?
Como utilizas casa uma dessas plataformas?

3. Que importância consideras ter a internet na tua vida quotidiana, social e familiar?

- Qual é a tua opinião pessoal em relação às redes sociais?
- Dás relevância à *e-vida*? Porquê?
- Que tipo de partilhas fazes nas redes sociais (notícias, chat, fotografias, música, ...)?

III. Preocupações com a vigilância *online*

1. Consideras haver riscos aquando da utilização da internet e das redes sociais? Quais?

- Tens conhecimento de notícias sobre falhas nas políticas de privacidade na internet, que expõem socialmente informações pessoais e institucionais?

- Conheces o papel dos históricos de navegação e *cookies*?

- Consideras as sugestões individualizadas feitas nas redes sociais benéficas? Sabe como são feitas (artigos, informações, ‘amizades’, ...)?

2. Quanto às partilhas feitas nas redes sociais quais são as tuas principais preocupações?

- O alcance que podem ter?

- A tua mãe ter conhecimento das mesmas?

- Teres a consciência que a vida social, familiar e profissional pode ser diretamente influenciada por elas?

- Tens consciência que o simples ‘eliminar’ de partilhas não basta para deixem de existir? Que os resíduos ficam sempre e ao alcance de quem os sabe procurar?

3. Como costumavas fazer as partilhas nas redes sociais? Sem limitações? Utilizando as ferramentas de privacidade? Porquê?

- (des)conhecimento das ferramentas de privacidade;

- utilizas as ferramentas de privacidade apenas para alguns elementos presentes na tuas redes sociais?

- tens perfil em redes sociais em que o olhar da mãe não esteja presente? Tens menos atenção às partilhas que fazes nestes perfis por saberes que a tua mãe não irá, em princípio, ter conhecimento delas?

- tens perfil nas redes sociais para te manter socialmente ativa?

IV. Caracterização sócio-demográfica

1. Idade: _____

2. Grau de ensino: _____

3. Ano de escolaridade em que se encontra: _____

ANEXO N.º4: Transcrição da entrevista da «mãe 1»

ENTREVISTADOR: Boa tarde, como sabe, contactei-a para lhe pedir colaboração para a investigação da minha dissertação de mestrado. A dissertação tem como tema as práticas e os comportamentos dos jovens na internet e nas redes sociais, abordando também a relação entre mãe e filha. Primeiro, gostaria que me falasse, se for possível, sobre o vosso quotidiano familiar. O que costuma fazer com a sua filha no tempo em que estão juntas?

MÃE 1: Olá, boa tarde Raquel. É assim, hm..., não temos muito tempo, não é? Eu trabalho, ela estuda, mas nos tempos que temos livres, hm..., procuramos fazer coisas juntas. Por exemplo, ir às compras, conversar, aproveitar para pôr a conversa em dia, ficar também em casa a assistir a um bocadinho de televisão, estarmos em família.

ENTREVISTADOR: Costumam partilhar o que acontece no vosso dia-a-dia, nos momentos em que não estão juntas?

MÃE 1: Sim, partilhamos.

ENTREVISTADOR: E quando não estão juntas costumam falar por telemóvel ou por SMS, por exemplo?

MÃE 1: Sim, normalmente eu ligo-lhe muitas vezes, como não estou com ela. Para me ir mantendo informada também do que se vai passando com ela.

ENTREVISTADOR: Então como é que me diria que é a sua relação com ela? Acha que é uma relação típica entre mãe e filha? Ou leva a vossa relação também mais para a amizade, para que ela não a veja só como mãe, mas também, digamos, como uma amiga?

MÃE 1: Sim, pronto, eu tento ser amiga, mas acima de tudo mãe. Mas, tento sempre também manter a distância necessária entre mãe e filha. Ela tem que entender que eu sou mãe dela, mas acima de tudo também uma amiga, para ela ter confiança. Tem que haver esse respeito entre mãe e filha e também tentamos manter uma amizade.

ENTREVISTADOR: A mãe é, normalmente, responsável por cultivar conhecimentos novos na filha, quer sobre a vida, quer sobre a sociedade, sobre tudo um pouco, tendo o papel de educadora.

MÃE 1: Sim, sem dúvida. Sinto que tenho esse importante papel para ela, tento sempre ensinar-lhe o que sei sobre a vida, apesar dela nem sempre querer saber, insisto muito com ela sobre o que acho que ela deve ou não fazer. Porque, em relação ao resto ela ela sabe mais do que eu já. Na escola não a consigo ajudar.

ENTREVISTADOR: Também dá espaço à sua filha para ela partilhar os conhecimentos que vai conseguindo?

MÃE 1: Sim, dou-lhe um pouco de liberdade nesse aspeto, gosto que ela me fale nas coisas dela. Tento pô-la à vontade para ela também se exprimir e falar sobre tudo o que quiser ou precisar, não a repreendo muito, ouço e depois tiver que realmente chamar à atenção de alguma coisa chamo. Mas ponho-a à vontade para falar sobre o que quer que seja.

ENTREVISTADOR: Agora vamos passar à parte mais específica da dissertação, as tecnologias da informação, a internet e as redes sociais. Aquilo que nós gostaríamos de saber, neste momento, é se vocês costumam conversar sobre a internet, se usam a internet, quando e como.

MÃE 1: Sim, falamos sobre isso. Costumo falar com ela sobre os perigos que há na internet, sobre tudo um bocado. Ela também já tem noção sobre alguns perigos, não é? E também falamos, falamos muito abertamente sobre isso.

ENTREVISTADOR: Tem uma vida ativa na internet? E permite que ela também tenha?

MÃE 1: Sim sim.

ENTREVISTADOR: Impõe limites ao tempo que ela usa a internet? A que sites é que ela pode ou não ir? Se pode ter perfis nas redes sociais? O que pode ou não pôr nas redes sociais...

MÃE 1: Sim sim. Normalmente, ela tem as redes sociais, o *Facebook*, o *Instagram*, tem essas coisas todas. Mas ela já tem a noção do quê que pode pôr ou não, não é? E também tem limite, pronto, sabe que a partir de «x» horas que acabou, que não pode estar mais nas redes sociais. E ela tenta cumprir essas regras que imponho.

ENTREVISTADOR: Tem perfil em alguma rede social?

MÃE 1: Sim sim, no *Facebook*. Foi a minha filha que me criou o perfil quando eu lhe pedi e que me ensinou tudo o que sei lá fazer. Ainda sei muito pouca coisa, só mesmo o que preciso, mas, às vezes, ainda tenho que lhe pedir ajuda para fazer algumas coisas que não sei fazer.

ENTREVISTADOR: Utiliza esse perfil para controlar as partilhas que a sua filha faz?

MÃE 1: Sim. Eu também tenho acesso ao *Facebook* e também vou vendo um bocadinho. Tenho acesso ao perfil dela e vou vendo também. Ela mesmo, às vezes, deixa o perfil dela aberto e eu não tenho qualquer problema. Ela também não se importa, claro que tem as coisas dela, não é? O que é normal e também não vou estar a vasculhar tudo, mas tento ter um olhito sobre o que ela faz.

ENTREVISTADOR: Quantas vezes é que utiliza a internet por semana? Tem noção? Diariamente? Três a quatro vezes por semana? Uma a duas vezes?

MÃE 1: Todos os dias. Vou sempre.

ENTREVISTADOR: E por quanto tempo? Menos que uma hora? Entre uma e duas? Entre duas e três?

MÃE 1: Eu muito pouco, não tenho tempo. Muito menos que uma hora. Agora ela talvez mais nos tempos livres que tem, ocupa-se mais com isso.

ENTREVISTADOR: Onde costuma utilizar mais a internet? Em casa? Ou no trabalho?

MÃE 1: Mais no trabalho, nos meus tempos livres. Em casa raramente, só se for um caso mesmo, está ligada, mas não tenho mesmo tempo para estar a utilizar.

ENTREVISTADOR: E através de que meios? Telemóvel? Tablet? Computador?

MÃE 1: Normalmente no telemóvel.

ENTREVISTADOR: No tempo em que utiliza a internet fá-lo mais com que objetivos? E que plataformas utiliza? Para trabalhar? Para conhecer pessoas novas? Para ouvir música ou ver filmes?

MÃE 1: Utilizo mais o *Facebook*, para dar a conhecer o meu trabalho, tenho também uma página do meu trabalho e para expor, um bocadinho, os meus trabalhos. E também para comunicar com os meus amigos e familiares, mais para esse fim. Não para o resto. Tudo o que tenho na internet são pessoas que eu já conheço. Às vezes vou também ao *YouTube*, mas muito dificilmente, não tenho tempo.

ENTREVISTADOR: Que importância considera que a internet tem na sua vida, no seu cotidiano familiar, social e profissional? Que opinião pessoal tem sobre as redes sociais?

MÃE 1: Hm... É assim, têm o seu lado positivo, têm o seu lado negativo. Depende muito de para o que as pessoas as utilizam, não é? Acho que se tivermos consciência dos nossos atos, dos limites, acho que não são prejudiciais. Depende mesmo muito dos fins para que as pessoas vão utilizar, mas acho que não são prejudiciais se as soubermos utilizar. Até nos podem beneficiar no nosso dia-a-dia, a mim ajuda-me a dar a conhecer o meu trabalho.

ENTREVISTADOR: Que tipo de partilhas é que costuma fazer então nas redes sociais? Notícias? Fotografias? Músicas? Opiniões pessoais?

MÃE 1: Mais com os meus amigos e familiares, que é quem eu tenho nas minhas redes sociais, fotografias, ah..., música... Mas muito, muito... Não costumo partilhar muito, só as novidades. E falar com as pessoas que estão distantes de mim, é a única forma que, às vezes, nos permite comunicar.

ENTREVISTADOR: Há pouco falamos dos perigos da internet, considera a vigilância um deles?

MÃE 1: Se calhar, provavelmente, não sei. Não estou muito, nunca pensei muito sobre isso, muito honestamente...

ENTREVISTADOR: Mas tem conhecimento sobre as recentes notícias que têm surgido sobre as falhas de privacidade na internet? Sobre a publicação de dados pessoais que eram, supostamente, privados?

MÃE 1: Pois, não. Como não utilizo muito, se calhar não estou muito a par dessa informação.

ENTREVISTADOR: E dos históricos de navegação e das *cookies* tem conhecimento? Sabe para que servem?

MÃE 1: Não conheço e acho que nunca ouvi falar...

ENTREVISTADOR: Passemos agora, concretamente, ao *Facebook*. Certamente já deve ter reparado que o *Facebook* nos sugere páginas e «amigos», como acha que essas sugestões são feitas? Acha isso positivo ou negativo?

MÃE 1: Ah... Depende, depende. Eu não sei, como eu também não costumo aderir muito a isso, não sei também. Não é? Porque, normalmente, eu não vou... Se aparece uma sugestão, eu normalmente não ligo. Portanto, também não sei muito sobre isso, não posso falar muito... Mas realmente aparecem-me coisas que me interessam, mas não sei como é que eles fazem isso. Não mesmo.

ENTREVISTADOR: Tem alguma preocupação quando partilha alguma coisa nas redes sociais?

MÃE 1: Costumo pensar no que os outros vão pensar sobre aquilo que estou a partilhar, claro que sim. Tento sempre pôr coisas, nada que me vá comprometer, não é? A minha família (...) também comprometer-me a mim própria. E também ter esse cuidado, não é? Tento publicar só coisas que não nos vão prejudicar.

ENTREVISTADOR: Considera, então, que as partilhas que fazemos *online* podem ter consequências na nossa vida pessoal?

MÃE 1: Sim, claro que sim. Para o bem e para mal, não é? Acho que são boas, no meu caso, para dar a conhecer um bocadinho do meu trabalho, porque sou manicure e maquilho, e assim posso pôr lá fotos para verem o meu trabalho. E se gostarem vão dar-me trabalho. Mas também acho que em excesso são más, porque conheço pessoas que falam e mostram demais da vida delas e acho isso mau.

ENTREVISTADOR: *Tem consciência que um «simples» eliminar das partilhas que faz não basta para que deixem de existir na sua totalidade? Que ficam sempre alguns vestígios?*

MÃE 1: Sim, sim, sim. Tenho.

ENTREVISTADOR: E em relação às definições de privacidade que o *Facebook* permite, tem conhecimento? Costuma utiliza-las?

MÃE 1: Sim, conheço. Eu tenho tudo restrito, só para pessoas, da minha, amigos e familiares. As outras pessoas não têm acesso a essas partilhas. E a tudo o que eu partilho. No meu perfil pessoal. claro. Porque tenho um para o meu trabalho e lá tenho tudo público.

ENTREVISTADOR: Acha o Facebook importante para se manter ativa socialmente?

MÃE 1: Talvez, talvez. Mas para mim nem por isso, uso mais para trabalhar. Ah! E para falar com os meus amigos que estão longe e com os meus familiares, tenho muita gente fora do país e é a única forma que temos para falar.

ENTREVISTADOR: Por fim, preciso apenas que me diga a sua idade, por favor.

MÃE 1: Quarenta e um.

ENTREVISTADOR: A escolaridade que tem?

MÃE 1: O nono ano.

ENTREVISTADOR: O estado civil?

MÃE 1: Sou separada.

ENTREVISTADOR: E a profissão que desempenha neste momento?

MÃE 1: Esteticista.

ENTREVISTADOR: Muito obrigada! A sua colocação foi mesmo fundamental para conseguir terminar a minha dissertação.

MÃE 1: Obrigada Raquel. Desejo que corra tudo bem.

ANEXO N.º 5: Transcrição da entrevista da «filha 1»

ENTREVISTADOR: Boa Tarde. A tua mãe deve ter-te explicado que preciso da tua ajuda para conseguir fazer a minha dissertação de mestrado, que é sobre as práticas dos jovens nas redes sociais e sobre a utilização da internet no geral. Mas primeiro precisava de saber um bocado como é que é o vosso quotidiano familiar entre ti e a tua mãe. O que fazem quando estão juntas?

FILHA 1: Olá. Eu e a minha mãe costumamos falar, falamos muito, conversamos, mas também vamos às compras algumas vezes e, normalmente, quando estamos em casa vemos televisão, não fazemos grande coisa... Só isso.

ENTREVISTADOR: Quando chegam a casa ao fim do dia, costumam conversar sobre o que se passou no vosso dia?

FILHA 1: Sim. Principalmente à hora do jantar.

ENTREVISTADOR: Durante o dia, quando não estão juntas, costumam manter contacto entre vocês?

FILHA 1: Sim. Ela manda-me muitas mensagens ou liga-me a perguntar se está tudo bem. Pergunta-me se precisa de comprar alguma coisa para mim ou assim. Ela quer sempre saber se eu estou bem e se me estou a portar bem e... assim essas coisas.

ENTREVISTADOR: Então como é que caracterizas a tua relação com a tua mãe? Achas que é uma relação, simplesmente, de mãe e filha, ou achas que também podes caracterizar como uma relação de amizade?

FILHA 1: Sim. Nós temos uma relação muito à base de mãe e filha, mas também muito à base de amizade. Porque eu sei que ela é uma das minhas melhores amigas. Eu falo com ela como eu falo como as minhas amigas.

ENTREVISTADOR: Quando me dizes que sabes que a tua mãe é uma das tuas melhores amigas, mas que é muito à base de mãe e filha, porquê que dizes isso?

FILHA 1: Oh... porque ela é minha amiga, mas também me está sempre a meter regras e resmungando quando não faço o que ela quer. E obriga-me a estudar e essas coisas.

ENTREVISTADOR: E conhecimentos? Costumam partilhar conhecimentos entre vocês?

FILHA 1: Sim. Ah... Ela responde-me e dá-me conhecimentos sobre algumas coisas. Por exemplo, na parte sobre...., nós falamos muito abertamente sobre a parte da sexualidade. Eu às vezes pergunto-lhe e ela responde-me na boa... Mas quando se trata, tipo, de questões, com as coisas modernas, tipo a internet ou assim ela pergunta-me e eu esclareço-lhe as dúvidas e ensino-lhe....

ENTREVISTADOR: Disseste-me que ensinas e ajudas a tua mãe a trabalhar com o *Facebook*, a internet e as redes sociais fazem, então, parte dos assuntos sobre os quais costumam falar?

FILHA 1: Sim.

ENTREVISTADOR: Então a tua mãe e tu falam sobre as vantagens e as desvantagens que uma rede social tem? Por exemplo.

FILHA 1: Sim. A minha mãe está sempre a dizer-me que não posso pôr isto ou aquilo na internet, porque diz que é perigoso...

ENTREVISTADORA: A tua mãe impõe-te tempo ou plataformas que possa utilizar na internet? Por exemplo, quanto tempo podes utilizar?

FILHA 1: Não... É muito à minha escolha... Ela só me diz para ter cuidado com o que eu posto ou assim, e com quem falo...

ENTREVISTADOR: Achas que as partilhas que fazes na internet podem ter algumas consequências na tua vida, não só de agora, mas também futuramente?

FILHA 1: Sim, se calhar. Porque os postes que eu faço são vistos por muita gente e as pessoas podem pensar coisas sobre mim ou assim. Sei lá...

ENTREVISTADOR: A tua mãe intervém nas partilhas que tu fazes?

FILHA 1: Não... Ela só me diz para ter cuidado e eu também só faço partilhas que não têm nada de especial... só fotos e às vezes um postes com uma frase... nada de especial. Ela até me diz para pôr algumas fotos, mas nada de grave!

ENTREVISTADOR: Agora passando para uma parte mais fácil... Quantas vezes é que costumavas utilizar a internet por semana? Diariamente?

FILHA 1: Sim. Todos os dias... quase até todas as horas.

ENTREVISTADOR: Durante quanto tempo, mais ou menos? Dirias que três horas?

FILHA 1: Sim! Muito mais!

ENTREVISTADOR: E onde é que utilizas mais a internet? Em casa? Na escola? Na rua?

FILHA 1: Eu na escola utilizo muito, mas como tenho mais tempo livre em casa, é mais em casa.

ENTREVISTADOR: Através de que meio? Computador? Telemóvel?

FILHA 1: Telemóvel!

ENTREVISTADOR: Quando utilizas a internet, com que objetivos é que o fazes? Redes sociais? *Youtube*? Para trabalhos da escola?

FILHA 1: Nas redes sociais principalmente, mas também, às vezes, para pesquisar coisas para a escola e não só... Eu curto muito a internet e uso muita coisa lá, também vejo series e filmes e ouço música.

ENTREVISTADOR: Costumas conhecer pessoas através da internet?

FILHA 1: Hum... Não tenho muito esse hábito. Eu só falo com pessoas que conheço.

ENTREVISTADOR: Qual é então a tua opinião sobre as redes sociais?

FILHA 1: São importantes para mantermos contacto com amigos ou família... Também acho que serve para pessoas que estão fora... Sei lá, também que as redes sociais podem ser perigosas, mas da maneira que eu utilizo acho que não, acho que são positivas...

ENTREVISTADOR: Para além das fotografias e frases que há pouco me disseste fazer nas redes sociais, fazes mais algum tipo de partilhas?

FILHA 1: Sim, principalmente no *Twitter* faço, que é a rede social que eu mais utilizo, faço comentários de tudo. De tudo o que está a passar na minha vida... Por exemplo, se estou com uns amigos, «posto» que estou a gostar muito desta experiência e assim. «Posto» todo o tipo de coisas...

ENTREVISTADOR: Achas que a utilização das redes sociais pode ter algum risco? Quais?

FILHA 1: Sim, acho que há riscos... Mas nunca pensei muito nisso.

ENTREVISTADOR: Tens conhecimento de algumas notícias que têm saído ultimamente sobre a privacidade e, neste caso, sobre a falta de privacidade que há na internet?

FILHA 1: Sim. Agora na televisão sempre que falam das redes sociais falam sobre isso, sobre os casos e dos perigos principalmente...

ENTREVISTADOR: Conheces o histórico de navegação e as *cookies*?

FILHA 1: Sim. O histórico serve para ver aquilo que nós visitamos. Das *cookies* já ouvi falar, mas não sei o que são nem para quê que servem...

ENTREVISTADOR: No *Facebook*, por exemplo, aparecem-nos aquelas sugestões pessoais, quer de amizades, quer de objetos que tu possas vir a gostar. Sabes como é que elas são feitas?

FILHA 1: As pessoas que me são sugeridas, normalmente, é porque temos amigos em comum... agora os artigos é porque pus *like* numa página, agora aparece outra... Acho que deve ser por isso.

ENTREVISTADOR: Quando fazes partilhas nas redes sociais tens alguma preocupação?

FILHA 1: Sim. Principalmente quando são fotos, tenho de ver se está bonitinha e se não estou mal... Porque os outros vão ver e fazer comentários e assim. Não penso muito... simplesmente posto aquilo que quero e que acho que vão gostar e que está bonito...

ENTREVISTADOR: Achas que a tua vida pode sofrer consequências por aquilo que partilhas nas redes sociais?

FILHA 1: (Acena que sim)

ENTREVISTADOR: Sabes que uma partilha que apagues não é por completo?

FILHA 1: Sei. Vai continuar lá e algumas pessoas conseguem ter acesso a tudo.

ENTREVISTADOR: E as ferramentas de privacidade nas redes sociais, conheces? Costumas utilizá-las?

FILHA 1: Sim. Eu ponho as minhas fotos só para amigos e não para amigos de amigos e coisas assim... Tenho esse cuidado... E aquelas fotos mais pessoais, ou ponho só para mim ou para amigos chegados...

ENTREVISTADOR: Em que redes sociais é que tens perfil?

FILHA 1: Ah... *Instagram*, *Facebook*, *Twitter*, ah... , acho que são só esses...

ENTREVISTADOR: Disseste-me que ajudas a tua mãe no *Facebook*, as partilhas que fazes no *Facebook* são mais limitadas que as que fazes noutros perfis por saberes que a tua mãe as vai ver?

FILHA 1: Ah... No *Instagram*, as fotos que ponho lá, ponho-as logo diretamente a postar no *Facebook*, porque a minha mãe sabe que eu ponho aquelas fotos, e acho que aquelas fotos não têm nada da mal e também acho que ela também não vai achar. No *Twitter* já ponho assim coisas que são mais frases, não é à base de fotos, em que era um bocadinho estranho se a minha mãe visse...

ENTREVISTADOR: Quais são os motivos que apontas para ter perfis ativos nas redes sociais?

FILHA 1: Antes era mais porque, por os outros terem, toda a gente tem, eu também tenho que ter *Facebook*, também tenho que ter *Instagram*, também tenho que ter isto ou aquilo porque os outros têm... Mas eu agora já não uso muito nem o *Facebook*, nem o *Instagram*... Aliás, agora já utilizo mais o *Instagram*, mas dantes não utilizava tanto e não sentia falta. Os meus amigos falavam e eu dizia “Ah, eu já nem ligo!”, porque há uma fase da vida que já nem quero saber... Eu tenho as redes sociais para conversar com os meus amigos e com a minha família e para postar lá coisas para os outros verem e para ver o que os outros partilham claro.

ENTREVISTADOR: Para terminar, preciso que me digas a tua idade por favor...

FILHA 1: Tenho quinze anos.

ENTREVISTADOR: E em que ano escolar estás?

FILHA 1: Décimo ano.

ENTREVISTADOR: Muito obrigada por me teres ajudado, foi mesmo importante ter a tua colaboração.

FILHA 1: De nada!

ANEXO N.º 6: Transcrição da entrevista da «mãe 2»

ENTREVISTADOR: Boa tarde, quero agradecer, desde já, a sua disponibilidade. A presente entrevista insere-se na minha dissertação de mestrado e tem como tema as práticas e comportamentos dos jovens na internet, mas fala também sobre as relações familiares nas famílias monoparentais. Para começar precisava que me falasse um pouquinho sobre o que costumam fazer quando estão as duas juntas.

MÃE 2: Boa tarde. Hm, hm.. Pronto, fazemos de tudo um bocadinho, não é? No dia-a-dia, durante a semana, eu trabalho e não estamos juntas. Eu estou a trabalhar e ela está na escola. No final do dia jantamos e, normalmente, ficamos um bocadinho a ver televisão e a conversar um bocadinho e pouco mais. Porque, pronto, depois já é hora de dormir, não é? Ao fim de semana, aí sim, ela está alternadamente comigo e, com o pai, fim de semana sim, fim de semana não, um passa com o pai, outro com a mãe e, no que está comigo eu procuro fazer programas com ela, partilhamos as tarefas de casa, passeamos... essas coisas normais.

ENTREVISTADOR: E têm o hábito de conversar sobre aquilo que acontece no vosso dia-a-dia?

MÃE 2: Sim sim! Todos os dias falamos. Pelo menos questiono-a de como correu o dia, o que aconteceu de especial, relativamente a amiguinhos especiais, por exemplo, não é? E falo-lhe também sobre o meu dia... É que já está numa idade em que começa a despertar para essas áreas e, pronto, ela vai falando abertamente comigo e daí eu também me sentir à vontade, até uma possível decepção.

ENTREVISTADOR: Quando não estão juntas, durante o dia, por estar a trabalhar e ela na escola, costumam entrar em contacto uma com a outra? Por exemplo por telefone?

MÃE 2: Sim, sim! Ou por telefone, ou por mensagem, mas normalmente por telefone. Como passo o dia todo fora de casa, por trabalhar a uma hora de casa, gosto sempre de falar com ela para ter a certeza que ela está bem, se não precisa de nada...

ENTREVISTADOR: Então como é que caracterizaria a vossa relação entre mãe e filha? Apenas como relação de mãe e filha ou acha que também têm uma relação de amizade?

MÃE 2: É assim, para além da relação de mãe e filha temos bastante à-vontade, bastante proximidade. Serei eu a melhor amiga dela? Claro que uma amiga, coleguinha, é completamente diferente. Com a mãe, como ela me diz às vezes, não me conta tudo, porque tem coisas em que não se sente à vontade. Mas pronto, eu sinto que conversamos abertamente sobre todos os temas. Mas não me posso esquecer que sou a mãe dela, nem deixo que ela se esqueça disso.

ENTREVISTADOR: Quando me diz que não se pode esquecer que é a mãe dela a que se refere?

MÃE 2: Falo de tentar sempre ensinar-lhe o que sei, tento passar-lhe os meus valores. não é? E também tenho que conseguir o respeito de mãe, de lhe pôr regras e limites... e... também tenho que a castigar quando não segue as coisas que lhe digo. Mas tenho sorte, é raro.

ENTREVISTADOR: Considera dar espaço para que sua filha partilhe consigo as coisas que vai aprendendo?

MÃE 2: Sim, quando é uma inovação, não é? Qualquer coisa que ela viu, uma experiência nova, quando vai fazer uma visita de estudo, qualquer coisa de novo. Quando é aquela rotina diária, normalmente, fala mais quando aconteceu alguma coisa excepcional, ou quando tem um teste... liga-me a dar o resultado do teste, liga-me a dizer como correu. Pronto, estas coisas.

ENTREVISTADOR: Passando para a parte das tecnologias de informação, mais concretamente da internet e das redes sociais, o que eu gostaria de saber, primeiramente, era se vocês costumam falar sobre isso.

MÃE 2: Mais ou menos. Eu utilizo o *Facebook*, mais que isso só aquelas coisas normais, como o mail. Ela utiliza outras redes que eu sinceramente nem domino, por exemplo, o *Twitter*. Mas ela vai-me mostrando fotos que publica ou comentários que lhe

vão fazendo, ou quando há alguma coisa que não gosta. Por exemplo, um amiguinho, os tais amiguinhos coloridos que vão surgindo, ou até aquelas amigas que se calhar nem são assim tão amigas, quando vão comentando, ela vai-me mostrando, e até pede a minha opinião e vamos conversando sobre isso.

ENTREVISTADOR: Costumam falar sobre as vantagens e as desvantagens que uma vida ativa na internet tem?

MÃE 2: Sim, sim! Falamos sobre isso, apesar de ela desvalorizar um bocadinho aquilo que eu digo, porque acha que eu não domino tão bem, então ela acha que tem tudo sobre controlo. Pronto, aí eu acho que ela se aproveita um bocadinho da minha ignorância, entre aspas, nessa área, dizendo que nem tem assim tanta importância.

ENTREVISTADOR: Se calhar então nesta área até é a sua filha quem lhe vai ensinando mais, ao contrário do que acontece noutras situações.

MÃE 2: Sim. Claro que eu vou estando atenta, vou vendo e vou perguntando o porquê daquilo estar ali, quem comenta, quem diz o quê. Pronto, vou tentando estar atenta, na medida do possível.

ENTREVISTADOR: E em relação às plataformas e ao tempo que passa na internet costuma impor limites à sua filha?

MÃE 2: Sim, está estipulado. Embora eu confesse que nem consigo controlar muito bem isso, porque de dia não estou com ela. Mas ela tem a internet com limite, tem barrados alguns sites que eu pedi para barrarem quando fiz o contrato, mas em termos de tempo, o que ela utiliza, isso não consigo controlar. Claro que há um limite de tempo no pacote, mas especialmente à noite, procuro sempre que ela desligue um bocadinho antes de ir dormir, mas confesso que ela não cumpre bem aquilo que eu lhe digo.

ENTREVISTADOR: Considera que as partilhas que fazemos na internet podem ter consequências na nossa vida?

MÃE 2: Sim! Sem dúvida.

ENTREVISTADOR: E costuma partilhar essa preocupação com a sua filha? Costumam falar sobre isso?

MÃE 2: Sim, costumamos conversar sobre isso. Muitas vezes, ela antes de publicar alguma coisa até me pergunta o que acho sobre aquela fotografia. Claro que a preocupação dela pode ser no sentido de estar bonita ou feia, não será tanto se está muito ou pouco exposta, mas por norma nunca coloca coisas pouco recomendáveis.

ENTREVISTADOR: Quantas vezes é que costuma utilizar a internet por semana?

MÃE 2: Ah, diariamente.

ENTREVISTADOR: E em média, por quanto tempo? Menos de uma hora, entre uma e duas horas?

MÃE 2: Eu? Ora bem, se somarmos o tempo, em média um hora, mais ou menos isso.

ENTREVISTADOR: E quando é que mais utiliza a internet? Diria que é quando está em casa, no trabalho, ou em ambos os locais?

MÃE 2: É mais em casa. Porque no trabalho é só no intervalo e é pouquinho tempo. Sim, é mais em casa.

ENTREVISTADOR: E através de que meios utiliza mais? Computador? Telemóvel? Tablet?

MÃE 2: Telemóvel.

ENTREVISTADOR: E no tempo em que utiliza a internet quais são os principais objetivos? Será conhecer pessoas novas? Comunicar com amigos e familiares? Trabalho? Ouvir música? Usar o email?

MÃE 2: Agora a nível de trabalho não muito. Utilizava mais quando fiz a licenciatura, aí utilizava, também para esse fim. Agora, a nível de trabalho não uso muito. Uso mais para estar um bocadinho *online*, a nível mais social. Aí sim, no fundo é para partilhar coisas com amigos, conhecer pessoas ou acompanhar coisas que eu goste, por exemplo,

gosto muito de caminhadas e estou, assim, um bocadinho por dentro desses acontecimentos.

ENTREVISTADOR: Passando só para as redes sociais, qual é que é a sua opinião pessoal em relação às redes sociais?

MÃE 2: A minha opinião é que são interessantes, desde que não usadas abusivamente, ou seja, desde que saibamos e tenhamos noção do tempo que as devemos utilizar e o que devemos, ou não, fazer. Pronto, desde que saibamos usar com limites, eu acho que é importante e é uma abertura para o mundo, digamos assim. Mas, que deve ser usada com limitações, devemos ter noção disso.

ENTREVISTADOR: Que tipo de partilhas costuma fazer mais nas redes sociais? Notícias? Informações sobre o seu quotidiano? Música?

MÃE 2: Tudo o que se identificar comigo. Normalmente aquelas citações com que me identifico, eventos ou notícias, apelos sociais, normalmente, coisas com que me identifico.

ENTREVISTADOR: Em relação ao uso das redes sociais, tem conhecimento das falhas nas políticas de privacidade? Não sei se já ouviu falar disto ou se já leu notícias sobre isto?

MÃE 2: Sim. A mim, felizmente ainda não me aconteceu nada. Já tenho tido colegas com algumas situações chatas, como por exemplo, é usada a conta deles. Felizmente, por acaso, ainda não tive problemas, nunca me aconteceu e tento definir e vou-me orientando pelas instruções que lá tem. Até à data não tive problemas, por isso não explorei muito mais do que aquilo que lá tem.

ENTREVISTADOR: E das falhas de privacidade que a internet tem tido nos últimos tempos ao revelar informações pessoais secretas, tem conhecimento?

MÃE 2: Já ouvi falar de qualquer coisa, mas não estou por dentro do assunto, não posso falar sobre isso.

ENTREVISTADOR: Conhece o histórico de navegação e as *cookies*? Sabe para que servem?

MÃE 2: Não! Quando me aparece, eu fecho a caixa de diálogo das *cookies*. Nem sei, nem nunca me interessei por saber o que é que aquilo faz.

ENTREVISTADOR: No *Facebook* aparecem sugestões individualizadas daquilo que nós gostamos. Seja em termos de roupa, ou no seu caso, talvez em termos de caminhadas, faz ideia de como isso é conseguido?

MÃE 2: Não digo que seja uma noção assim muito alargada. Porque sou na base do utilizador que não explora, não sou de explorar, porque nem sequer tenho muito tempo nem é de mim procurar essa informação. Mas sim, eu própria vou gostando das páginas e depois vou sendo notificada desses eventos que estão relacionados com o meu interesse. Acho que é pela associação de páginas.

ENTREVISTADOR: Ao fazer partilhas nas redes sociais tem alguma preocupação?

MÃE 2: Sim... acho que sim. Apesar de só partilhar interesses meus e não o meu dia-a-dia, fico sempre a pensar no que os outros vão achar, se vão achar bem ou se me vão criticar...

ENTREVISTADOR: Considera que as partilhas que fazemos nas redes sociais podem intervir na nossa vida, quer pessoal, quer familiar ou profissional? Que podem ter consequências?

MÃE 2: De alguma forma, digamos que sim. Pode interferir um bocadinho, se calhar estamos e somos mais expostos em certas situações que, se as redes sociais não existissem, isso não aconteceria. Não é? Por exemplo, se estivemos num evento e somos identificados numa foto, o nosso grupo de amigos vai tomar conhecimento e vai saber onde estivemos e o que fizemos. Enquanto se isso não existisse, estávamos no nosso canto e não era assim invadida a nossa privacidade. Mas claro, nós é que temos de controlar, não é?

ENTREVISTADOR: Tem consciência que mesmo quando apagamos alguma partilha os seus vestígios permanecem?

MÃE 2: Sim... já cheguei a ver em filmes que aqueles *hackers* conseguem tudo o que querem, mesmo o que supostamente já apagamos.

ENTREVISTADOR: Pelo seu discurso de à pouco, percebi que tem conhecimento que há no *Facebook* ferramentas de privacidade que podem ser utilizadas, costuma utilizá-las?

MÃE 2: Sim, costumo. Normalmente, limito aquilo que quero que se partilhe ou não. É assim, claro que há lá coisas que confesso não dominar, algumas coisas que até gostaria de saber, mas também reconheço que é por não me dedicar.

ENTREVISTADOR: Que motivos aponta para estar presente nas redes sociais?

MÃE 2: Funciona como combate à solidão, conheço pessoas novas e falo com as que conheço.

ENTREVISTADOR: Agora pedia-lhe só que me dissesse a sua idade, por favor.

MÃE 2: Quarenta e um.

ENTREVISTADOR: Disse-me que é licenciada, certo?

MÃE 2: Sim sim.

ENTREVISTADOR: Estado civil?

MÃE 2: Divorciada.

ENTREVISTADOR: Profissão?

MÃE 2: Técnica tributária.

ENTREVISTADOR: É tudo. Muito obrigada pela disponibilidade e por ter aceite participar nesta entrevista. Foi fundamental para eu conseguir acabar a minha dissertação. Muito obrigada!

MÃE 2: De nada, muito sucesso para o seu trabalho.

ANEXO N.º 7: Transcrição da entrevista da «filha 2»

ENTREVISTADOR: Boa tarde, a começo por te explicar que a entrevista é para a minha dissertação de mestrado, que tem como objetivos perceber as práticas que tu e os jovens têm nas redes sociais. Mas, primeiro, preciso que me fales um pouco da relação que tens com a tua mãe, daquilo que costumam fazer no tempo em que passam juntas.

FILHA 2: Boa tarde... No tempo que passamos juntas costumamos, por exemplo, ir jantar as duas fora, no verão costumamos ir à praia, mas geralmente até costumamos ficar mais por casa a ver filmes, uma coisa mais discreta. Também costumamos arrumar a casa juntas...

ENTREVISTADOR: No final do dia, depois da tua mãe ter estado a trabalhar e no tu na escola, costumam falar do que aconteceu no vosso dia-a-dia?

FILHA 2: Depende muito dos dias. Se for um dia em que eu tenha alguma coisa para fazer, por exemplo estudar, não conversamos muito. Ah... se for um dia em que tenhamos mais tempo, então costumamos falar mais um bocado sobre aquilo que aconteceu no dia, ou sobre os meus problemas. Depois também vemos a novela juntas e... praticamente é isso.

ENTREVISTADOR: Durante o dia, quando estás na escola e a tua mãe no trabalho, costumam entrar em contacto uma com a outra?

FILHA 2: Sim. Nós costumamos falar ao telefone. Ou ela me liga, ou ligo eu, para dar alguma instrução ou novidade. Sim, falamos muitas vezes, como ela passa o dia fora quer sempre saber se eu estou bem.

ENTREVISTADOR: Então como é que consideras ser a relação com a tua mãe? Apenas uma relação de mãe e filha, ou também uma relação de amigas?

FILHA 2: Considero a minha mãe uma amiga, porque ela sabe tudo sobre mim. Eu conto-lhe as coisas sobre as minhas relações, por exemplo, mas claro que há coisas que é melhor guardar para mim, mas sim, é mais uma amizade até. Mas há coisas que

também não lhe conto, só às minhas amigas, porque a minha mãe é sempre a minha mãe.

ENTREVISTADOR: Pedia, agora, que me falasses um pouco sobre a partilha de conhecimentos que fazem entre vocês. Quem achas ser a principal responsável pela transmissão de conhecimentos e de regras, por exemplo?

FILHA 2: Acho que é a minha mãe, claro. Ela sabe mais coisas do que eu e está sempre a dizer-me isso, que um dia vou acabar por lhe dar razão nas coisas que me está sempre a dizer, de como devo fazer as coisas e assim... Eu ouço o que ela diz, mas, às vezes, não... não faço assim tudo como ela diz...

ENTREVISTADOR: Então e no que respeita às tecnologias da informação, a internet e redes sociais em especial, costumam falar as duas sobre isso? Há uma partilha de conhecimentos?

FILHA 2: Até sou mais eu que ensino a minha mãe, porque estou mais ligada a essas coisas. Por vezes mostro-lhe, quando acho alguma coisa interessante, no *Facebook*. Mas pronto, não falamos muito sobre isso, não é um dos nossos temas. Mas sim, partilhamos algumas coisas.

ENTREVISTADOR: Passando para as redes sociais, quais consideras ser as vantagens? E as desvantagens?

FILHA 2: Eu acho que a vantagem é poder estar em contacto com amigos meus, que já não vejo há muito tempo, ou que estão longe e também, no caso do *Facebook*, dá para fazer aquelas chamadas sem serem pagas e permite estar em contacto com toda a gente. Mais ou menos isto.

ENTREVISTADOR: E achas que tem desvantagens?

FILHA 2: Acho que sim. Por exemplo no *Ask*, de vez em quando há uns insultos e assim, o que é um aspeto negativo, porque nos deitam um bocado a baixo. E, por exemplo, eu desativei isso, por causa disso mesmo. Mas pronto.

ENTREVISTADOR: E agora falando um pouco de limites, a tua mãe impõe-te limites de tempo e sites que possas utilizar?

FILHA 2: Não, a minha mãe não me impõe limites, porque ela sabe que eu também sou responsável e que sei perfeitamente quando devo parar ou não. Eu também estou mais na internet à noite, antes de ir para a cama. Às vezes, ela manda-me desligar, porque tenho escola no dia seguinte e tenho que descansar.

ENTREVISTADOR: E achas que as partilhas que fazes na internet podem influenciar a tua vida? Que têm consequências?

FILHA 2: De certa forma sim. Até porque eu quando ponho alguma coisa no *Facebook*, e me lembro de alguns amigos ou de pessoas da minha família que lá tenho, penso sempre que não devia por isto, porque podem comentar ou associar a outras coisas, não sei o que vai na ideia deles. Mas sim, limita um bocadinho.

ENTREVISTADOR: A tua mãe intervém nas partilhas que fazes?

FILHA 2: Ela não diz que não deixa postar alguma coisa ou foto, ela aconselha. Por exemplo, alguma foto em que eu possa estar mais exposta, quando lhe pergunto o que é que ela acha da foto, se estou bem ou não, ela dá opinião e diz o que acha e aconselha.

ENTREVISTADOR: Achas que a tua mãe controla as partilhas que fazes?

FILHA 2: Não, acho que não. A minha mãe nem sequer é minha amiga no *Facebook* (risos). Por isso, acho que não, até porque nem consegue. Mas eu também lhe mostro as coisas que ponho.

ENTREVISTADOR: Agora numa parte mais prática, perguntar-te-ia se utilizas a internet diariamente.

FILHA 2: Sim.

ENTREVISTADOR: Durante quanto tempo, mais ou menos, tens noção? Dirias que menos de uma hora? Entre uma a duas horas? Ou até mais do que isso?

FILHA 2: Talvez mais do que isso. Mais um bocadinho, não muito.

ENTREVISTADOR: Entre duas e três então?

FILHA 2: Sim, por aí.

ENTREVISTADOR: E onde é que utilizas maioritariamente a internet? Em casa? Na escola? Em locais públicos?

FILHA 2: Em casa.

ENTREVISTADOR: E através de que meios? Computador? Telemóvel? Tablet?

FILHA 2: Telemóvel.

ENTREVISTADOR: No tempo em que tu usas a internet é com que objetivos? Como meio de comunicação pelas redes sociais? Trabalhos? Outras coisas?

FILHA 2: Normalmente utilizo mais para o *Messenger*, para estar sempre em contacto e o *Instagram*. São as redes sociais que utilizo mais.

ENTREVISTADOR: E que importância é que achas que tem a Internet na tua vida?

FILHA 2: Eu acho que tem muita importância, porque é um meio de comunicação e, porque já não me imagino chegar à noite e não por assim uma foto no *Instagram*. Acho que já faz parte do meu dia-a-dia e das minhas rotinas.

ENTREVISTADOR: E o que é que partilhas mais além das fotografias?

FILHA 2: Coisas que me interessam, por exemplo, às vezes partilho vídeos, vejo coisas sobre animais, sobre a ciência, mas geralmente são vídeos de comédia que eu mais vejo e partilho.

ENTREVISTADOR: Tens conhecimento das notícias sobre falhas de privacidade e de dados pessoais na internet?

FILHA 2: Eu não costumo ouvir assim essas notícias, até porque na escola, que é onde eu sei dessas coisas e... nunca me falaram disso, por isso não tenho ideia.

ENTREVISTADOR: Mas achas que há algum risco ao utilizares a Internet ou achas que é cem por cento seguro?

FILHA 2: Não, acho que há riscos.

ENTREVISTADOR: Quais é que apontarias?

FILHA 2: O roubo de identidade. Tenho um caso próximo a quem já fizeram. Também os insultos, o tão falado *Cyberbullying*. Pronto, acho que são as maiores desvantagens. E já me contaram que na América eles têm os dados das pessoas que criam *Facebook*, por cinquenta anos e... isso assusta-me um bocadinho...

ENTREVISTADOR: Já ouviste falar nos históricos de navegação e nas *cookies*? Sabem para que servem?

FILHA 2: Não... Não sei o que é isso.

ENTREVISTADOR: E aquelas sugestões que te aparecem no *Facebook*, por exemplo, para gostares daquela página de música, ou de roupa, tens alguma ideia de como isso acontece?

FILHA 2: Eles gerem, mais ou menos, pelos meus «gostos».

ENTREVISTADOR: Preocupaste, de alguma forma, com as partilhas que fazes?

FILHA 2: Sim, quero estar sempre bonita e tento não estar muito exposta... Não quero que as pessoas pensem mal de mim.

ENTREVISTADOR: E achas que a tua vida escolar, social e familiar, pode ser influenciada pelas partilhas que fazes nas redes sociais?

FILHA 2: Sim, de alguma forma sim. Por exemplo se eu meter uma foto mais provocante no *Instagram*, claro que não me vão ver como uma menina inocente, não é? Acho eu, não sei.

ENTREVISTADOR: E sabias que as partilhas que fazemos, mesmo quando as apagamos, ficam lá de alguma forma?

FILHA 2: Sim, acho que sim. Nos Estados Unidos principalmente...

ENTREVISTADOR: E tens conhecimento das ferramentas de privacidade existentes nas redes sociais? Costumas utiliza-las?

FILHA 2: O meu *Instagram* é privado e o meu *Facebook* é limitado para amigos, portanto, sim.

ENTREVISTADOR: E geres a privacidade de acordo com cada publicação, ou é sempre a mesma política de privacidade que utilizas?

FILHA 2: Depende. Por exemplo, se for um vídeo, não tenho qualquer problema em deixar público, mas fotos minhas e assim, defino a privacidade.

ENTREVISTADOR: E tens perfil em que redes sociais?

FILHA 2: *Facebook, Instagram, Snapchat e Twitter.*

ENTREVISTADOR: O facto de a tua mãe ter perfil no *Facebook* faz com que limites as partilhas que lá fazes? Nas redes sociais em que a tua não está presente fazes mais partilhas?

FILHA 2: Hm... sei lá... Se calhar aproveito para postar mais pensamentos e assim, mais as coisas que me vão acontecendo... E fotos que não quero muito que ela veja (risos). Se calhar um bocado, sei lá...

ENTREVISTADOR: Que motivos te levam a ter perfil nas redes sociais?

FILHA 2: É mesmo mais para conversar... E também para partilhar as minhas e coisas e ver as novidades dos outros...

ENTREVISTADOR: Para terminar, em que ano estás?

FILHA 2: Nono.

ENTREVISTADOR: E tens quantos anos?

FILHA 2: Tenho quinze.

ENTREVISTADOR: Pronto, é só isto, espero não ter sido muito chata. Obrigada por teres aceite responder às minhas perguntas, foi mesmo muito importante para mim.

FILHA 2: De nada! Boa sorte.

ANEXO N.º 8: Transcrição da entrevista da «mãe 3»

ENTREVISTADOR: Bom dia. Como sabe, preciso da sua colaboração na investigação da minha dissertação de mestrado, que é sobre as práticas e os comportamentos dos jovens na internet, mais nas redes sociais. Mas primeiro precisávamos, se for puder ser, que fale um pouco da sua relação com a sua filha. Perguntaria-lhe, então, o que costumam fazer, normalmente, no tempo em que estão juntas.

MÃE 3: Boa dia. É... É praticamente ver televisão. Ah... muitas vezes passeámos, vamos às compras e... é, conversamos muito. Ela é uma miúda que desabafa muito comigo, conta-me o dia-a-dia dela na escola e... é basicamente isso.

ENTREVISTADOR: Disse-me, então, que a sua filha costuma partilhar o dia-a-dia dela na escola consigo. Também o faz? Também partilha com ela o que lhe vai acontecendo no dia-a-dia?

MÃE 3: Sim sim, sim. Também o faço, acho que é importante para me manter próxima dela e para conseguir que ela faça o mesmo.

ENTREVISTADOR: Durante o dia, quando não estão juntas, costumam entrar em contacto uma com a outra?

MÃE 3: Ah sim! Ela liga-me, e eu também lhe ligo muitas vezes a ela. Principalmente quando não vem almoçar a casa e está o dia todo fora, para saber se está tudo bem. Ou, às vezes, liga-me para me contar alguma coisa que lhe tenha acontecido ou para me perguntar alguma coisa.

ENTREVISTADOR: Como é que caracterizaria, então, a vossa relação? Diria que é uma relação típica entre mãe e filha ou acha que também há espaço para a amizade?

MÃE 3: Sim, é uma relação muito estreita, uma vez que, pronto, a minha filha não tem pai. Ah... a ligação, a ligação fica muito mais intensa entre mim e ela, porque, pronto, ela colmata a falta do pai agarrando-se bastante a mim e... a necessitar muito da minha atenção.

ENTREVISTADOR: Na vossa relação também há a partilha de conhecimentos, de valores, de normas, a quem atribuiria a iniciativa e a responsabilidade nesses casos?

MÃE 3: Muito mais a mim, claro. A educação tem que partir sempre dos pais, defendo sempre disso. Há pais e mães que não pensam muito assim, mas eu sim... Foi a minha profissão que me ensinou isso, há pais que acham que nós professores é que temos a responsabilidade de educar os filhos deles... mas não, nós ensinamos, não educamos.

ENTREVISTADOR: Mas também dá espaço para que a sua filha partilhe consigo aquilo que vai aprendendo no dia-a-dia?

MÃE 3: Sim sim, a minha filha, pronto, ela cresceu, teve que crescer muito rápido dada a situação da morte do pai, que foi uma... Pronto, foi horrível para ela, porque ela era muito ligada ao pai e... então coincidiu a morte do pai com o eu ficar sem emprego. Pronto, foram duas coisas horríveis para ela, porque quando ela precisava de mim, eu também estava fragilizada. E... têm sido anos bastante difíceis, de altos e baixos. Ah... a minha filha é uma miúda bastante adulta, até para a idade, tanto que ela nem se, nem se vê muito a viver a idade da adolescência, porque... E, hm... a minha filha tem bastantes valores e vive muito com os problemas e... é fácil, fácil transmitir os valores, porque ela própria os absorve. Ela, pronto, vendo a maneira... Eu desde pequenininha insisti sempre nos valores. Ah... no valorizar o que se tem e não querer mais do que se pode ter e, pronto, a minha filha viveu e absorveu muito bem esses valores.

ENTREVISTADOR: Agora, no que respeita especificamente às tecnologias da informação, mais à internet e às redes sociais, neste caso, costumam conversar sobre isso?

MÃE 3: Sim, conversamos, a minha filha, pronto, é adepta ao *Facebook* e às redes sociais. Mas claro que ela tem a consciência de que, dos perigos e das limitações que tem que ter com isso e... Apesar de eu sou um pouquinho mais, não gosto muito de, nem, às vezes, nem estou muito dentro dessas situações, mas eu confio na minha filha. Porque, a minha filha tem a consciência dos perigos que é ultrapassar os limites, do que se pode fazer nessa... com essa tecnologia, não é?

ENTREVISTADOR: Diria então que, no que respeita, às redes sociais, talvez seja a sua filha a ter o papel de educadora, digamos assim?

MÃE 3: Ah! Sim sim, sem dúvida! Porque eu sou um bocadinho, um bocadinho, anti-computador. Eu é mesmo só para a nível, pronto, quando trabalhava, mesmo, é o mínimo. O computador para mim é o mínimo. Quando preciso de alguma coisa assim mais diferente é a minha filha que me ajuda.

ENTREVISTADOR: Falou-me à pouco que a sua filha tem a consciência de que tem que ter alguns limites nas partilhas que faz nas redes sociais. Costumam conversar sobre isso também? Sobre as vantagens e as desvantagens que a vida *online* pode ter?

MÃE 3: Sim sim. Tento chegar a um consenso com ela, explico-lhe quais acho que devem ser os limites nas partilhas e ela costuma aceitar. Até porque ela põe assim mais fotos, ela gosta muito de fotografia, e acho que nem costuma pôr as fotos em que ela aparece...

ENTREVISTADOR: Costuma-lhe impor limites de tempo? Ou das plataformas que ela pode utilizar na internet?

MÃE 3: Ah... Sim. Sim, porque, às vezes, ela está mais que na, ah..., vai para lá da conta do tempo em que está, principalmente, no *Facebook* e ela depois também entra naqueles programas de fotografia. Porque ela gosta muito de fotografia e passa muito tempo a ver fotografias e a colocar fotografias dela, e ela até tem ganho uns concursos.

E..., mas pronto, estou atenta e estou sempre a dizer “filha desliga um bocadinho isso”.

E... Sim, nisso eu controlo, o tempo que ela está.

ENTREVISTADOR: Preocupa-se com as consequências que as partilhas na internet podem ter na vida quotidiana, de agora ou no futuro?

MÃE 3: Ah! Sim sim sim. Mas ela tem essa consciência, de que, mas estou sempre a lembrar-lhe, porque ela própria até relata factos de que eu, pronto, que eu não sei. Que me, que realmente me transmite que ela tem consciência que, pronto, nessas redes não se pode pôr tudo e tem que ter limites. E... pronto. E nisso ela tem.

ENTREVISTADOR: Gostaríamos, agora de saber qual é o tipo de utilização que faz da internet. Mais concretamente, quantas vezes é que diria que utiliza a internet por semana? Diariamente? Entre três a quatro vezes? Menos?

MÃE 3: Ah... eu?

ENTREVISTADOR: Sim sim.

MÃE 3: Eu praticamente todos os dias. Mas pouquinho.

ENTREVISTADOR: E, em média, durante quanto tempo? Menos que uma hora? Entre uma e duas? Ou mais do que isso?

MÃE 3: Aí, menos. Menos que uma hora. Sim.

ENTREVISTADOR: E onde é que utiliza, maioritariamente, a internet? Em casa? Em locais públicos?

MÃE 3: Ah! Em casa, todos os dias, um bocadinho ao fim do dia, à noite. Também, às vezes, quando estou à espera, numa sala de espera, ou, pronto, para ser atendida para alguma coisa, às vezes faço, para me entreter.

ENTREVISTADOR: E através de que meios? Computador? Tablet? Telemóvel?

MÃE 3: Telemóvel.

ENTREVISTADOR: Falou-me que utiliza a internet para ir ao Facebook, mas utiliza-a também com outros objetivos? Para ver o email, por exemplo? Ou para ouvir música?

MÃE 3: Ah sim! O *YouTube*. O email também quando recebo e para enviar. E... praticamente, o *Facebook*, porque temos amigos que estão longe e temos um grupo e que, normalmente, falamos, ah... por isso, como meio de comunicação entre nós. É uma maneira de matar as saudades e de continuarmos na vida uns dos outros.

ENTREVISTADOR: Considera, então, que a internet tem alguma importância na sua vida quotidiana?

MÃE 3: Ah... sim... tem... Por exemplo, faz com que... a gente fique mais perto estando longe de amigos e familiares. Eu tenho a minha irmã, que está no México, e a internet é importante, porque temos o *Skype* e podemos estar em comunicação com ela a custo zero, não é? E pronto, há vantagens.

ENTREVISTADOR: Que opinião pessoal é que tem, então, sobre as redes sociais?

MÃE 3: Eu acho que sim, que é bom, desde que não haja excessos. E que a gente saiba lidar com elas, que é para não, para o feitiço não se virar contra o feiticeiro, não é?

ENTREVISTADOR: Em relação às partilhas que faz nas redes sociais, disse-me que tem perfil no *Facebook*, que tipo partilhas é que faz? Se é que as faz, claro. Músicas? Opiniões pessoais? Notícias?

MÃE 3: Opiniões pessoais não as coloco diretamente, por exemplo, há uma frase que me diz qualquer coisa e eu partilho essa frase. Ponho músicas, ah... e é essencialmente. Não sou aquela pessoa que, por exemplo, que faz um passeio e coloca lá uma fotografia, porque foi aquele lugar, não, não faço uma referência a uma, ao meu dia-a-dia. Não faço. Ah... é mais saber de pessoas que conheço, de amigos, aliás, quem está no *Facebook* são amigos que eu conheço, não tenho ninguém que não conheça e que fiz amizade através do *Facebook*, não tenho esse hábito. São pessoas que eu conheço no dia-a-dia e tenho-as no *Facebook*. É, essencialmente, mais para comunicar e, às vezes, realmente, ah... vejo uma frase ou algo que me diz alguma coisa e partilho.

ENTREVISTADOR: Falou-me, à pouco, que acha que as redes sociais são positivas, mas que não devem ser utilizadas em excesso. Considera, então, que também há alguns riscos associados às redes sociais? Quais?

MÃE 3: Há, sim sim sim. Há pessoas que eu acho que se expõe muito nas redes sociais, ah... eu acho que isso é prejudicial.

ENTREVISTADOR: Tem conhecimento das notícias recentes que alertam para as falhas que a internet tem no manter da nossa privacidade e os dados que fornecemos nessa condição?

MÃE 3: Sim, tenho...

ENTREVISTADOR: E o histórico de navegação e as *cookies*? Conhece? Sabe para que servem?

MÃE 3: Não...

ENTREVISTADOR: No Facebook aparecem umas sugestões de amizade e de páginas que eles dizem ser as ideais para nós. Como é que acha que isso é feito?

MÃE 3: Realmente já reparei nisso, mas não, não tenho noção...

ENTREVISTADOR: Quando faz alguma partilhas nas redes sociais quais são as suas preocupações? Acha que a sua vida pode ser influenciada por elas?

MÃE 3: Ah... não tenho por hábito partilhar nada que me coloque em causa, só mesmo frases que me dizem alguma coisa e pouco mais... Mas acho que para quem partilha o que faz, ou o que deixa de fazer, que sim que tem consequências na vida deles, as pessoas sabem sempre onde eles estão e o que estão a fazer. E... não concordo muito com isso, acho até que é perigoso.

ENTREVISTADOR: Tem consciência que mesmo que eliminadas as partilhas feitas continuam lá de certa forma?

MÃE 3: Não sabia disso não... agora acho ainda mais preocupante e vou ter ainda mais cuidado com o que partilho lá... Que horror!...

ENTREVISTADOR: Como é que costuma fazer as partilhas nas redes sociais? Não sei se tem conhecimento das definições de privacidade que o *Facebook* tem para as partilhas que fazemos...

MÃE 3: Ah! Sim sim, tenho.

ENTREVISTADOR: E costuma utilizar essas ferramentas?

MÃE 3: Sim sim. Eu só mesmo, eu só partilho para amigos. Naquela, para as pessoas que eu tenho como amigos no *Facebook*, que são mesmo meus amigos.

ENTREVISTADOR: Que motivos a levam a estar presente nas redes sociais?

MÃE 3: Ah!... Tenho o perfil lá no *Facebook* por conseguir conversar com os meus amigos e familiares através dele, é por isso.

ENTREVISTADOR: Por fim, pedia só que me revelasse a sua idade, por favor?

MÃE 3: Quarenta e três anos.

ENTREVISTADOR: A escolaridade que tem?

MÃE 3: Bacharelato em Educação de Infância.

ENTREVISTADOR: O estado civil?

MÃE 3: Sou viúva.

ENTREVISTADOR: Profissão?

MÃE 3: Estou desempregada... infelizmente estou desempregada.

ENTREVISTADOR: Muito obrigada pela colaboração, foi mesmo essencial para mim, para conseguir concluir a minha dissertação.

MÃE 3: De nada querida! Espero ter conseguido ajudar e que tenhas imenso sucesso.

ANEXO N.º 9: Transcrição da entrevista da «filha 3»

ENTREVISTADOR: Bom Dia. Estamos aqui hoje porque tenho que te fazer uma entrevista que vai fazer parte da minha dissertação de mestrado... É sobre os comportamentos e as práticas dos jovens na internet e também um pouco da relação familiar que tu e a tu mãe têm. Gostaria, então, que começasses por me falar, se puderes, sobre o vosso quotidiano familiar. Quais são as atividades que costumam fazer juntas., como é o tempo que passam juntas.

FILHA 3: Bom dia. A maior parte das vezes ficamos a conversar, a ver séries, ah..., acho que é tudo muito por aí, quando temos que ir, vamos juntas às compras, acaba por ser tudo por volta disso... Aqui em casa ajudo-a a limpar a casa, às vezes, sou eu que cozinho e não sei quê... Até é mais em casa do que fora que ficamos, conversamos muito também...

ENTREVISTADOR: Costumam conversar sobre aquilo que acontece quando não estão juntas? Sobre o vosso dia-a-dia?

FILHA 3: Sim... sim... acho que sim... Pelo menos eu falo muito com a minha mãe.

ENTREVISTADOR: Quando não juntas durante o dia, costumam estar em contacto uma com a outra?

FILHA 3: Sim! Por exemplo, agora quando ela está à espera de receber alguns telefonemas por causa de... do emprego ou assim... de receber chamadas, eu ligo-lhe e pergunto “Então mãe? Já alguém te ligou?”. Por exemplo, ela agora está a trabalhar como *babysitter* e no outro dia passei lá ao pé da casa e liguei-lhe “Oh mãe, anda à janela... Estou aqui só para dizer olá e mandar um beijinho!” e assim...

ENTREVISTADOR: Então como é que caracterizarias a relação que tens com a tua mãe? É uma relação típica de mãe e filha ou achas que também é um pouco de amizade?

FILHA 3: Aí... Eu acho que... eu pelo menos nunca conheci ninguém que tivesse a relação que eu tenho com a minha mãe. É tanto de mãe e filha, como é muito a amizade. Eu acho que ela é a pessoa em quem eu mais confio mesmo! E..., por exemplo, quando tiver que ir para a universidade vai ser muito difícil, porque vai ser uma espécie de desmame e, como o meu pai morreu, fiquei muito pegada à minha mãe, mesmo muito! Então eu e ela é como se fosse uma pessoa só.

ENTREVISTADOR: Na vossa relação entre mãe e filha também há transmissão de conhecimentos, quer de valores, quer daquilo que tu deves ou não fazer socialmente, quer do que deves fazer em relação aos estudos?

FILHA 3: Sim...

ENTREVISTADOR: A tua mãe também te dá abertura para partilhares com ela aquilo que vais aprendendo no dia-a-dia?

FILHA 3: Sim... sim... Por exemplo, às vezes, descubro alguma coisa que depois conto à minha mãe e não sei quê... e ela dá a sua opinião e sim... há essa confiança.

ENTREVISTADOR: Agora vamos então passar à parte mais específica, às tecnologias da informação... E vou-te perguntar se vocês, no vosso quotidiano, conversam um pouco sobre este tema. Se conversam sobre as redes sociais, se fazem parte do vosso dia-a-dia...

FILHA 3: Sim! Eu tenho *Facebook* e *Instagram*... Eu, por exemplo, eu gosto muito de tirar fotografias e então no *Instagram* utilizo muito os *hashtag's* para participar em vários concursos, por exemplo, eu estou sempre a dizer à minha mãe quando ganho

alguma coisa... E por exemplo, às vezes, quando conheço pessoas *online* conto-lhe na boa...

ENTREVISTADOR: Costumam partilhar os conhecimentos sobre essas plataformas? Sobre a internet e as redes sociais?

FILHA 3: Sim... Nessas coisas até costumo ser mais eu a ensinar a minha mãe e não sei quê... porque, porque ela não liga muito e pergunta-me quando tem dúvidas e assim...

ENTREVISTADOR: E costumam conversar sobre as vantagens e as desvantagens que uma vida social ativa na internet pode ter?

FILHA 3: Ah... Não sei... Acho que não... Não me lembro de algumas vez termos falado sobre isso...

ENTREVISTADOR: A tua mãe impõe-te limite de tempo ou de *webites* que possas utilizar na internet?

FILHA 3: Não! Ela confia em mim e eu também tenho consciência do limite.

ENTREVISTADOR: Preocupas-te com as consequências que as partilhas que fazes na internet e nas redes sociais possam ter na tua vida, agora e no futuro?

FILHA 3: Sim... sim... sim... Eu o que utilizo principalmente nas redes sociais é para partilhar o meu trabalho de fotografia e assim... E, às vezes, para conhecer pessoas, mas nunca também assim nada de muito aprofundado...

ENTREVISTADOR: A tua mãe costuma intervir nas partilhas que tu fazes? Ou opinar nas partilhas que fazes?

FILHA 3: Sim. Por exemplo, ela, às vezes, no *Facebook*, quando eu ponho fotografias, ela põe *like* e vê...

ENTREVISTADOR: Achas então que a tua mãe controla um bocado, dessa forma, o teu perfil, neste caso, do *Facebook* e das partilhas que publicas?

FILHA 3: Ah... Não sei porque, normalmente, o que eu partilho mais no *Facebook* é mesmo fotografias, fotografias de viagens e essas coisas todas... e acho que ela também tem a noção disso... e não há muito para ela se preocupar... Acho que ela sabe...

ENTREVISTADOR: Vamos falar então mais acerca das redes sociais. Quantas vezes é que utilizas a internet por semana? Todos os dias?

FILHA 3: Sim. Todos os dias.

ENTREVISTADOR: Em média por quanto tempo? Tens noção? Dirias, menos que uma hora? Entre uma e duas? Entre duas e três? Ou até mais do que isso?

FILHA 3: Provavelmente mais, porque como eu trabalho em artes tenho de estar sempre a procurar imagens, ou... e depois também estar sempre em contacto com os meus colegas, para perguntar opiniões ou sobre os trabalhos deles...

ENTREVISTADOR: Onde utilizas mais a internet? Em casa? Na escola? Em locais públicos?

FILHA 3: É mais em casa.

ENTREVISTADOR: E através de que meios essencialmente? No computador? No telemóvel? Num tablet?

FILHA 3: Normalmente é mais no meu tablet... por vezes, também utilizo o meu computador, mas é quando é para fazer algo mais específico.

ENTREVISTADOR: Estávamos agora a falar que também utilizas muito a internet por causa da escola e para as redes sociais. Com que mais objetivos a costumavas utilizar? Jogos? Música? Para ver filmes ou séries?

FILHA 3: Sim... Principalmente para ver séries e filmes no computador. Ou para fazer pesquisas... De resto é tudo, ver imagens, filmes, séries...

ENTREVISTADOR: Então consideras a internet importante na tua vida?

FILHA 3: Ah... É importante... Acho que conseguia viver sem ela, porque eu já passei muito tempo sem internet e não me fez grande coisa... porque o que mais eu utilizo na internet são pesquisas para a escola e para partilhar as minhas fotografias e assim... Mas, ao mesmo tempo, acho que se passasse um mês ou uma semana sem um telemóvel não me fazia grande diferença porque, por exemplo, desde que tenha, ... vou ao meu tablet para tirar fotografias já fico feliz.

ENTREVISTADOR: Tens então uma opinião formada sobre as redes sociais?

FILHA 3: Acho que sim...

ENTREVISTADOR: O que dirias então?

FILHA 3: Que, às vezes, são vantajosas, porque, por exemplo, eu como me mudei para Braga utilizei a internet para manter contacto com as pessoas que conhecia do outro sítio, da minha tia que está a viver fora... posso manter contacto com ela, dá a oportunidade de conhecer pessoas... Mas ao mesmo tempo também tem que se ter cuidado porque, às vezes, nem tudo é o que parece...

ENTREVISTADOR: Para além da partilha de fotografias nas redes sociais, das quais já falamos, costumavas fazer mais algum tipo de partilhas?

FILHA 3: Sim. Músicas ou, às vezes, notícias que me interessem... Eu gosto muito de páginas sobre viagens e isso tudo... porque eu quero muito viajar e estou muito mais atenta a esse tipo de partilhas...

ENTREVISTADOR: Consideras que as redes sociais podem ter alguns riscos? Quais?

FILHA 3: Sim...

ENTREVISTADOR: Estás a par das mais recentes notícias que falam acerca da falha de privacidade na internet, em que os dados pessoais das pessoas são dados a conhecer, quando não deviam ser?

FILHA 3: Não...

ENTREVISTADOR: Conheces os históricos de navegação e as *cookies*? Sabes para que servem?

FILHA 3: Eu já vi as *cookies*, mas, por acaso, nunca soube o que é que eram... O histórico de navegação dá-me sugestões sobre os sites que costumo utilizar...

ENTREVISTADOR: Em relação àquelas sugestões que aparecem de pessoas ou páginas no *Facebook*, tens noção de como é que conseguem isso?

FILHA 3: Ah... Não sei... Se calhar, por exemplo, baseados naquilo que eu gostei ou assim... ah... eles aparecem com esse tipo de páginas.

ENTREVISTADOR: Qual é a tua preocupação quando partilhas alguma coisa nas redes sociais?

FILHA 3: Não me costumo preocupar muito, acho que as partilhas que faço não têm nada de mal...

ENTREVISTADOR: Consideras que aquilo que partilhas nas redes sociais pode interferir na tua vida, agora ou no futuro? Ou achas que não?

FILHA 3: Acho que sim, por isso é que eu tenho muito cuidado com isso.

ENTREVISTADOR: Sabes também que o eliminar dos teus conteúdos não é completamente definitivo?

FILHA 3: Sim. Isso sim...

ENTREVISTADOR: Como costumavas fazer a partilha nas redes sociais? Costumas utilizar as ferramentas de privacidade?

FILHA 3: Sim. Por exemplo, no *Facebook*, só costumo partilhar com os meus amigos. No *Instagram* eu não tenho o perfil como privado, é público, mas tudo o que tenho lá é só fotografias. Quase não tenho fotografias minhas... são muito mais fotografias que eu tiro e... enquanto que no *Facebook* é tudo, quase tudo, só para amigos.

ENTREVISTADOR: Falaste que tens perfil no *Facebook* e no *Instagram*. Tens perfil em mais alguma rede social?

FILHA 3: Tenho no *Tumblr* e no *Olhares* que é também só de fotografia. Depois tenho outras, por exemplo, no *Pinterest*, mas isso... aí não é para partilhar nada, é só para ver.

ENTREVISTADOR: Falaste-me que a tua mãe está presente no *Facebook*. Está presente em mais alguma rede social?

FILHA 3: Não... acho que não... acho que é só no *Facebook*.

ENTREVISTADOR: E achas que tens mais liberdade de fazer partilhas nas outras redes sociais por saberes que a tua mãe não vai ter acesso a elas?

FILHA 3: Não! Não penso muito nisso...

ENTREVISTADOR: Porque dirias que tens perfis nas diferentes redes sociais e está ativa nelas?

FILHA 3: Ah... Porque costumo partilhar lá muitas coisas... de coisas que vejo. E no *Instagram* ponho, pelo menos, três fotografias por dia, porque gosto mesmo de mostrar o meu trabalho às outras pessoas e ver os trabalhos das outras pessoas também. Acho que é mais porque... o facto de ter *Instagram* já me deu oportunidade para tanta coisa... Por exemplo, eu já ganhei dois concursos com isso, ganhei uma entrevista numa revista e agora ganhei, até foi pelo *Facebook* um passatempo numa revista cá de Braga e acabo por utilizar isso mesmo para mostrar o meu trabalho.

ENTREVISTADOR: Para terminar, preciso só de saber a tua idade, por favor...

FILHA 3: Tenho quinze anos...

ENTREVISTADOR: E em que ano estás?

FILHA 3: Décimo ano.

ENTREVISTADOR: Muito obrigada, a tua ajuda foi mesmo muito importante para mim, sem ela não ia conseguir o meu objetivo, acabar a minha dissertação.

FILHA 3: De nada! Que corra tudo bem, espero ter conseguido ajudar.